



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e na Portaria TCU nº 321/2015.

Elaboração:

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, com a colaboração das demais Unidades Administrativas e Acadêmicas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Reitora

Raimunda Nonata Monteiro

Vice-Reitor

Anselmo Alencar Colares

Pró-Reitora de Administração

Geany Cleide Carvalho Martins

Pró-Reitor da Comunidade, Cultura e Extensão

Thiago Almeida Vieira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Maria de Fátima de Sousa Lima

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Izaura Cristina Nunes Pereira (até 30/3/2015)

Everton Lopes de Souza (até 2/6/2015)

Milton Renato da Silva Melo (a partir de 3/6/2015)

Pró-Reitor de Gestão Estudantil

Raimundo Valdomiro de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Sérgio de Melo

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Edson Akira Asano (até 1º/2/2015)

Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos (a partir de 2/2/2015)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

DIRIGENTES DAS UNIDADES ACADÊMICAS

Diretora do Centro de Formação Interdisciplinar

Delaine Sampaio da Silva

Diretora do Instituto de Biodiversidade e Florestas

Elaine Cristina Pacheco de Oliveira

Diretor do Instituto de Ciências da Educação

Edilan de Sant'Ana Quaresma

Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade

Jarsen Luis Castro Guimarães

Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas

Keid Nolan Silva Sousa

Diretor do Instituto de Engenharia e Geociências

Manoel Roberval Pimentel Santos

Diretor do Instituto de Saúde Coletiva

Waldiney Pires Moraes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

ELABORAÇÃO

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Pró-Reitor

Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos

Diretor de Avaliação e Informação Institucional

Edson Akira Asano

Coordenador de Informações Institucionais

Ediclei dos Santos Oliveira

Organização e Elaboração

Ediclei dos Santos Oliveira

Equipe Técnica

*José Leandro da Silva Correa
Raianne Cristina Mourão Carlos*

Colaboração

Unidades Administrativas e Acadêmicas da Ufopa

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AG – Alunos Regularmente Matriculados na Graduação
AGE – Alunos Equivalentes de Graduação
AGTI – Alunos da Graduação em Tempo Integral
AIT – Agência de Inovação Tecnológica
APG – Alunos da Pós-Graduação *stricto sensu*
APGTI – Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral
AR – Alunos de Residência Médica
ARNI – Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais
ARTI – Alunos em Tempo Integral de Residência Médica
AUDIN – Auditoria Interna
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFI – Centro de Formação Interdisciplinar
CGU – Controladoria-Geral da União
CONSAD – Conselho Superior de Administração
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUN – Conselho Universitário
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPAD – Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar
CTIC – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DINTER – Doutorado Interinstitucional
DMA – Diretoria de Meio Ambiente
ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio
FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FAPESPA – Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa
IBEF – Instituto de Biodiversidade e Florestas
ICED – Instituto de Ciências da Educação
ICS – Instituto de Ciências da Sociedade
ICTA – Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas
IEG – Instituto de Engenharia e Geociências
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural Nacional
IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente
IQCTA – Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo
ISCO – Instituto de Saúde Coletiva
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores para o Ensino Básico
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPA – Plano Plurianual
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PROCCE – Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROEXT – Programa de Extensão Universitária
PROGES – Pró-Reitoria de Gestão Estudantil
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPPIT – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PSE – Processo Seletivo Especial
PSR – Processo seletivo Regular
SESU – Secretaria de Educação Superior
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Serviços ao Cidadão
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINFRA – Superintendência de Infraestrutura
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
TCU – Tribunal de Contas da União
TSG – Taxa de Sucesso na Graduação
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma Geral da Ufopa.....	19
Figura 2 – Mapa Estratégico da Ufopa – 2012-2016.	33
Figura 3 – Priorização de incidente para atendimento	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre as unidades estratégicas da Ufopa.....	20
Quadro 2 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Sociedade”.....	29
Quadro 3 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Processos”.....	29
Quadro 4 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.....	30
Quadro 5 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Sociedade”.....	34
Quadro 6 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Processos”.....	35
Quadro 7 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.....	36
Quadro 8 – Acompanhamento físico-financeiro da ação 20GK, constante na Lei Orçamentária Anual – 2015.	38
Quadro 9 – Acompanhamento físico-financeiro da ação 4002, constante da Lei Orçamentária Anual – 2015.	41
Quadro 10 – Ação 0181, Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis – 2015.	43
Quadro 11 – Ação 4572, Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.	44
Quadro 12 – Ação 2010, Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis.	44
Quadro 13 – Ação 2004, Assistência Médica e Odontológica aos servidores civis.	45
Quadro 14 – Ação 2012, Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militar.	45
Quadro 15 – Ação 2011, Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militar.	46
Quadro 16 – Ação 00M1, Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade.	47
Quadro 17 – Ação 09HB, Contribuição da União, de suas autarquias e fundações.	47
Quadro 18 – Ação 20TP, Pagamento de pessoal ativo da União.	48
Quadro 19 – Ação 8282, Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior.....	49
Quadro 20 – Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa.....	49
Quadro 21 – Ação 20RK, funcionamento de instituições federais de ensino superior.	50
Quadro 22 – Ação 29 RJ, Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica.....	50
Quadro 23 – Ação 00OL, Contribuições e anuidade a organismos e entidades nacionais.	51
Quadro 24 – Despesas por modalidade de contratação.	54
Quadro 25 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	55
Quadro 26 – Resultado dos indicadores no exercício 2015.	56
Quadro 27 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.....	58
Quadro 28 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.....	59
Quadro 29 – Panorama de aquisição de recursos pedagógicos/tecnologias assistivas no ano de 2015.....	70
Quadro 30 – Equipamentos disponíveis na Ufopa.	70
Quadro 31 – Força de Trabalho da UPC.	76
Quadro 32 – Distribuição da Lotação Efetiva.	77
Quadro 33 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Ufopa.....	77
Quadro 34 – Despesas do pessoal (R\$).	78
Quadro 35 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	80
Quadro 36 – Composição do Quadro de Estagiários.....	81
Quadro 37 – Ações desenvolvidas pela Coordenação de Suporte do CTIC em 2015.....	88
Quadro 38 – Ações desenvolvidas pela Coordenação de Segurança do CTIC em 2015.....	88
Quadro 39 - Ações desenvolvidas pela Coordenação de Suporte do CTIC em 2015.	89
Quadro 40 – Ações desenvolvidas pela Coordenação de Sistemas do CTIC em 2015.	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Convênios para estágios em 2015.	23
Tabela 2 – Convênios para estágios em 2015 (agentes de integração).	24
Tabela 3 – Distribuição das bolsas de Monitoria em 2015 por Unidade Acadêmica.	24
Tabela 4 – Ações de Extensão realizadas em 2015.	26
Tabela 5 – Indicadores Pibex - Programas e Projetos de Extensão da graduação por Unidade e Público Beneficiado. Vigência: 1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015.	27
Tabela 6 – Indicadores Pibex - Programas e Projetos de Extensão da graduação por Unidade e Público Beneficiado. Vigência: 1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015.	27
Tabela 7 – Indicadores Proext - Programas e Projetos de Extensão da graduação por Unidade e Público Beneficiado. Vigência: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.	27
Tabela 8 – Ações de extensão nas modalidades programas e projetos, divididas por área temática - 2015.	28
Tabela 9 – Detalhamento das despesas referentes ao Programa de Extensão “Patrimônio Cultural da Amazônia”, durante o exercício de 2015.	40
Tabela 10 – Detalhamento das despesas referentes ao Projeto de Extensão “Projeto de Restauração, Organização e Preservação de Documentos Históricos”, durante o exercício de 2015.	40
Tabela 11 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.	52
Tabela 12 – Quantitativo de manifestações na Ouvidoria – 2015.	67
Tabela 13 – Quantitativo de atendimentos na Ouvidoria por tipo de usuário - 2015.	67
Tabela 14 – Questionário de Pesquisa de Satisfação e-SIC.	68
Tabela 15 - Distribuição da Força de Trabalho.	74
Tabela 16 – Média anual de km rodado.	83
Tabela 17 – Idade média dos veículos.	83
Tabela 18 – Gastos com combustíveis.	83
Tabela 19 – Gastos com manutenção.	83
Tabela 20 – Membros com CGTI.	86
Tabela 21 – Despesas com publicidade.	98

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	15
1.1 Finalidade e competências.....	15
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade	16
1.3 Ambiente de atuação	16
1.4 Organograma	19
1.5 Macroprocessos finalísticos	21
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	29
2.1 Planejamento Organizacional.....	29
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	29
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	31
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	31
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	34
2.3 Desempenho Orçamentário	38
2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.....	38
2.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.	38
2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	52
2.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	52
2.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores	52
2.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos	53
2.3.7 Informações sobre a realização das receitas	53
2.3.8 Informações sobre a execução das despesas.....	54
2.3.9 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.....	56
2.4 Desempenho operacional.....	56
2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	58
2.5.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	58
2.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	60
3 GOVERNANÇA	62
3.1 Descrição das estruturas de governança	62
3.2 Atuação da unidade de Auditoria Interna	64
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	65

3.4 Gestão de riscos e controles internos.....	66
4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	67
4.1 Canais de acesso do cidadão	67
4.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	68
4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.	68
4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	68
4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.	69
5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	72
5.1 Desempenho financeiro no exercício	72
5.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	72
5.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão.	72
5.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados.	72
5.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.	73
5.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	73
5.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas	73
6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	74
6.1 Gestão de Pessoas.....	74
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	76
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	78
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	79
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	80
6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	81
6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	81
6.2.1 Gestão da frota de veículos	82
6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	83
6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União	83
6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	84
6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiro.....	84
6.2.6 Informações sobre a infraestrutura física	85
6.3 Gestão da tecnologia da informação.....	85
6.3.1 Principais sistemas de informações	91
6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	92

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	97
7.1 Tratamento de determinações do TCU	97
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	97
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	97
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993	97
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	98
7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda	98
Parecer da Unidade de Auditoria Interna	99
Relatório de Instância ou Área de Correição	109
Declaração de Integridade e Completude das Informações Sobre Contratos e Convênios nos Sistemas Estruturantes da Administração Pública Federal	110
Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	111
Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei 8.730/1993 Quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas	112
Declaração de Integridade dos Registros das Informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	113
Declaração Sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	114
Declaração do Contador Sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira Do Governo Federal (Siafi)	115
Informações Sobre Projetos Desenvolvidos Pelas Fundações de Apoio Regidas Pela Lei 8.958/199	116

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Oeste Pará (Ufopa) apresenta seu Relatório de Gestão Individual referente ao exercício de 2015, para cumprir o compromisso com a transparência pública. Além de ser peça obrigatória de prestação de contas aos órgãos de controle, este Relatório pretende divulgar à sociedade as atividades desenvolvidas pela Ufopa.

A gestão institucional no exercício de 2015 foi norteadas pelas leis reguladoras do Ensino Superior do Serviço Público Federal; pelas deliberações do Conselho Universitário da Ufopa, criado pela Portaria nº 1.245, de 1º de agosto de 2011, da Reitoria; pelo Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013 e por seu Regimento Interno. O Relatório de Gestão apresenta um resumo das ações desenvolvidas pelas Unidades Acadêmicas, Administrativas e Órgãos Suplementares da Instituição e, além de cumprir as exigências legais, serve como instrumento interno de reflexão sobre o desempenho da Instituição durante o exercício. Este relatório atende ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e na Portaria 321/2015 TCU e seus desdobramento no sistema e-Contas do TCU.

Este relatório está dividido em 7 (sete) capítulos, conforme consta da estrutura do sistema e-Contas do TCU. Com relação às informações sobre programas temáticos de responsabilidade da UJ, esta Universidade esclarece que os executados por ela são direcionados pelo Ministério da Educação (MEC), tendo em vista o Plano Plurianual (PPA). Quanto às ações 4006, 4009 e 8667, estas são de movimentação orçamentária externa.

Durante o exercício de 2015, a Ufopa buscou trabalhar com base no seu Plano de Desenvolvimento Estratégico, por meio da oferta de vagas para os cursos de graduação e pós-graduação, estimulando a pesquisa e a extensão universitária, além de oferecer vagas em concursos para professor substituto; e continuou efetivando o provimento de candidatos aprovados em concurso realizado em exercício anterior.

Em 2015, a Ufopa continuou oferecendo programas de assistência estudantil, com a oferta de bolsas para os discentes, levando-se em conta o desempenho acadêmico e o grau de vulnerabilidade social, ações de assistência psicossociopedagógica para atender aos acadêmicos com dificuldades na aprendizagem, além de promoção de eventos de cultura, esporte e lazer, envolvendo toda a comunidade universitária.

Quanto à sua infraestrutura, durante o exercício, a Ufopa continuou o investimento em projetos de construção, reforma, ampliação e adequação de espaços físicos e na melhoria dos serviços de conservação e limpeza, segurança, transporte e manutenção da infraestrutura, proporcionando condições de funcionamento da Universidade. Essas ações realizadas pela Superintendência de Infraestrutura (Sinfra) demonstram a preocupação da Administração Superior em atender às categorias discente, docente e técnico-administrativa, além da comunidade externa, as perspectivas de ordem acadêmica, administrativas e social.

Quanto à consolidação das políticas de ensino, foram ofertadas 1.248 vagas para a graduação em seus processos seletivos. No processo de seleção regular, via nota do Enem, foram 1.193 vagas na cidade de Santarém, sendo 549 (quinhentas e quarenta e nove) vagas para ampla concorrência e 547 (quinhentas e quarenta e sete) vagas destinadas ao sistema de cotas. No Campus de Oriximiná, foram ofertadas 22 (vinte e duas) vagas para ampla concorrência e 23 (vinte e três) vagas destinadas ao sistema de cotas e, por fim, para o Campus de Óbidos 20 (vinte) vagas para ampla concorrência e 20 (vinte) vagas destinadas ao sistema de cotas. No ensino de pós-graduação, foram ofertadas 970 vagas para os cursos de especialização e 343 vagas para os cursos de mestrado e doutorado.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e competências

A Ufopa é uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída na forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, com sede e foro na cidade de Santarém, estado do Pará. É dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada pela Constituição Federal, observada a legislação vigente e seu Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013, bem como o Regimento Geral e normas complementares aprovadas em suas respectivas instâncias colegiadas. De acordo com sua lei de criação, a Ufopa tem como objetivo “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária”; como missão “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”; e a visão de futuro de “Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento”.

Ela assegura, em seu Estatuto, ter como finalidade precípua a educação superior voltada à produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integrado no ensino, na pesquisa e na extensão, tendo em vista o pleno desenvolvimento do ser humano, a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados em iniciativas que promovam o desenvolvimento da sociedade em bases sustentáveis.

Para a consecução de seus fins, a Ufopa realiza:

I – ensino superior, visando à excelência acadêmica, científica, profissional e humana, nas diferentes áreas do conhecimento, estimulando a criação cultural e a inovação;

II – pesquisa e atividades inovadoras nas ciências, nas tecnologias, nas letras, nas artes e na filosofia, respeitando e valorizando os saberes tradicionais;

III – extensão universitária aberta à participação e interação com a comunidade, promovendo sinergias entre o conhecimento gerado no âmbito acadêmico e a sociedade, visando ao desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico;

IV – qualificação e capacitação permanente de seus servidores;

V – cooperação para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, para o compartilhamento de conhecimento e para o empreendimento de uma cultura de solidariedade e paz.

A Ufopa é a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, sendo uma universidade multicampi. Além de Santarém, foi pactuado com o MEC a implantação de campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, existem: a Unidade Amazônia, a Unidade Rondon e a Unidade Tapajós, além de utilizar outros espaços locados para atendimento das necessidades de espaço físico administrativo e acadêmico da Instituição, até a construção de novos prédios.

A proposta acadêmica da Ufopa está estruturada em um sistema norteado pela flexibilidade curricular, interdisciplinaridade, mobilidade e formação em ciclos, constituindo um sistema integrado de educação continuada. A formação é iniciada com um ciclo de disciplinas comuns a todos que ingressam nos institutos temáticos da Instituição, cujas áreas de atuação estão vinculadas ao contexto amazônico e às questões sociais e educacionais. São Institutos da Ufopa: Instituto de Biodiversidade e Floresta (Ibef); Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA); Instituto de Engenharia e Geociências (IEG); Instituto de Ciências da Educação (Iced); Instituto de Ciências da Sociedade (ICS); e Instituto de Saúde Coletiva (Isco).

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufopa (2012-2016), são descritos os objetivos estratégicos da Universidade, considerando as perspectivas da sociedade, dos processos internos, de pessoas e de infraestrutura e orçamento. Neles são estabelecidos um conjunto de medidas e uma relação de causa e efeito entre esses objetivos.

O Mapa Estratégico, presente no PDI, é composto de 4 (quatro) perspectivas (Sociedade, Processos Internos, Pessoas/Infraestrutura e Orçamento); 7 (sete) temas estratégicos (Excelência na Gestão, Excelência Acadêmica, Promoção de Modelos Curriculares Inovadores, Produção de Conhecimento e Articulação com a Sociedade, Gestão de Pessoas e Infraestrutura); e os objetivos estratégicos. Dessa forma, as ações da Ufopa estão sendo orientadas de modo a gerar e difundir o conhecimento de forma inovadora, como um instrumento estratégico para a minimização dos *déficits* encontrados nas mesorregiões do Baixo Amazonas.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade

A Ufopa foi criada pela Lei 12.085/2009 para ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. A Ufopa é regida pela Lei nº 12.085, de 2009, e legislação federal pertinente; pelo seu Estatuto; por seu Regimento Geral; pelas resoluções de seus órgãos colegiados de deliberação superior; e por regimentos específicos, elaborados em consonância com os textos legais referidos nos incisos anteriores.

O Estatuto foi aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013. Nele é definido que a Ufopa dispõe de sua estrutura multicampi, observadas as seguintes diretrizes de organização: unidade de administração e patrimônio, com organização sistêmica multicampi de bibliotecas, laboratórios e outras instalações, equipamentos e tecnologias com acesso garantido à comunidade acadêmica e à sociedade; convergência de áreas do conhecimento, nas Unidades Acadêmicas, abrangendo ensino, pesquisa e extensão; descentralização de responsabilidades e competências de gestão, com vistas à autonomia das Unidades Acadêmicas e dos Órgãos Suplementares; cooperação entre as Unidades Acadêmicas e os Órgãos Suplementares, visando à unidade de ação na implementação do PDI e na gestão do corpo docente e técnico-administrativo.

A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da Ufopa, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, foram definidas no seu Estatuto, compondo-se de Conselhos Superiores; Reitoria; Pró-Reitorias; Unidades Acadêmicas e Campi; e Órgãos Suplementares. O Regimento Geral da Ufopa foi aprovado pela Resolução nº 55, de 22 de julho de 2014, do Consun, e complementa o Estatuto da Ufopa e regulamenta os aspectos de organização e de funcionamento comuns aos vários órgãos e às instâncias deliberativas, atribuindo-lhes competências e funcionamento de seus órgãos: colegiados superiores deliberativos; colegiados superiores consultivos; dos órgãos executivos. No Regimento Geral da Ufopa, as atividades fundamentais são definidas em ensino de graduação e pós-graduação; pesquisa; e extensão.

1.3 Ambiente de atuação

A Ufopa é uma universidade *multicampi* e a primeira instituição federal de ensino superior situada num dos pontos mais estratégicos no interior da Amazônia brasileira, com sede no município de Santarém, com campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. A criação da Ufopa fez parte do programa de expansão das universidades federais e é fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o MEC e a Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual se prevê a ampliação do ensino superior na região amazônica.

A Ufopa tem como missão “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia” e sua atuação abrange a região oeste do estado do Pará. Suas ações estão voltadas para a formação de cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica; valorização da diversidade cultural, contribuição, de forma inovadora, para o avanço científico e tecnológico, adotando valores éticos e democráticos, como a inclusão social e o desenvolvimento sustentável; potencialização da vocação regional; fortalecimento e ampliação a produção e disseminação de conhecimento.

O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e extensão. Independente do nível de ensino, o foco da Instituição é a abordagem

interdisciplinar, a flexibilidade curricular, a formação continuada e a mobilidade acadêmica. Os cursos são estruturados em conformidade com os parâmetros curriculares nacionais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia. Aos Institutos estão vinculados os cursos de Bacharelados Interdisciplinares com duração de 3 (três) anos ou Bacharelados e Licenciaturas Profissionais, com duração entre 4 (quatro) a 5 (cinco) anos.

A Ufopa tem atuação nos municípios de Santarém, com oferta regular de cursos de graduação; Óbidos (em 2015 foi ofertada vagas para a primeira turma do curso de Licenciatura em Pedagogia); Oriximiná (ofertada a primeira turma do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Biológicas e Conservação); Alenquer; Itaituba, Juruti; Monte Alegre; e Almeirim com turmas dos cursos do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor). A abrangência da Ufopa chega ao total de 20 municípios.

A população total desses municípios é de 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 41% da área total do estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 hab/km², sendo o município de Santarém o de maior densidade demográfica – 12,87 habitantes/km². Fazem parte dessa área de abrangência da Ufopa municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (representados por Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa), além dos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à mesorregião do sudoeste paraense.

De acordo com a Prefeitura de Santarém, a cidade está situada no estado do Pará, na microrregião dos rios Amazonas e Tapajós. Está distante de Belém, a capital, 1.369 km (807 em linha reta) e ocupa uma área de 22.887 km², com população de 294.580 habitantes (IBGE, 2010). Para Manaus, esta distância cai para 722 km em linha reta. Embora seja uma das cidades mais importantes do interior da Amazônia, ainda possui estrutura razoável. Tem porto de intenso movimento, capaz de abrigar navios de grandes calados, com operações internacionais (importação e exportação), que está ligado à Rodovia BR-163, que liga as cidades de Santarém-PA a Cuiabá-MT. Possui linhas domésticas regulares para todo Brasil, principalmente para Belém, Macapá e Manaus, com mais de 10 voos diários. A ligação da cidade com a Rodovia Transamazônica, por meio da Rodovia BR-163, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento local e regional com constantes visitas de empresários de todo o Brasil, levando-se em conta principalmente o comércio exterior, além de ser considerada uma cidade turística. Ela recebe em média mais de 12 navios do tipo transatlântico por ano, movimentando a economia local.

Nos últimos 10 anos, o município tem se destacado como “polo universitário na região oeste do Pará”, de acordo com os dados no site do MEC. A cidade de Santarém possui 16 instituições de ensino superior e com o levantamento feito pelo Censo da Educação Superior no ano de 2014, baseado nos dados do ano de 2013, totalizou 77 cursos regulares de graduação, incluindo os de categoria EAD, com 27 mil alunos matriculados (Inep, 2014), sendo o segundo município do Pará com maior número de universidades, ficando atrás apenas da capital Belém e seguida do município de Marabá, que é a terceira. No ensino fundamental e no ensino médio, segundo o último Censo Escolar realizado pelo Inep em 2015, com base no ano de 2014, a região de abrangência da Ufopa possui um total de 310.424 alunos matriculados em escolas públicas e privadas, além daqueles alunos participantes do EJA.

Dentre as instituições públicas de ensino superior, a Ufopa possui o maior campus da cidade, composto pela Unidade Tapajós, Amazônia e Rondon; atende a um total de 4.371 acadêmicos dos cursos regulares de graduação, sem incluir os alunos do Parfor distribuídos nas cidades de Santarém, Alenquer, Almeirim, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

Para instituições privadas de ensino superior, destaca-se a Faculdades Integradas do Tapajós (FIT), fundada em 1985 e considerada uma das instituições particulares mais antigas da cidade, com

oferta de 13 cursos de graduação. As outras principais instituições que oferecem cursos superiores na cidade e que podem ser consideradas concorrentes da Ufopa são: Universidade Estadual do Pará (UEPA), Centro Universitário Luterano de Santarém (Ulbra), Instituto Esperança de Ensino Superior (Iespes), Universidade Norte do Paraná (Unopar), Instituto Federal do Pará (IFPA), Universidade Paulista (Unip).

Visando contribuir com o desenvolvimento da região em que a Ufopa está inserida, alguns de seus campi estão em fase de elaboração do Projeto Básico e Executivo da Infraestrutura Física de Laboratórios e de Infraestrutura Tecnológica e em fase de construção das obras referentes aos campi das cidades de Juruti, Óbidos e Oriximiná. Além de fornecer meios para a ampliação e a melhoria da qualidade de ensino na educação básica, a Ufopa tem como desafio implementar cursos de nível superior em cada um dos campi fora de sede, com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso à educação superior, contribuindo para a cidadania e para o desenvolvimento regional. A inserção regional da Ufopa pode ainda ser caracterizada pela sua estrutura organizada em unidades acadêmicas temáticas, focadas na interdisciplinaridade, potencialidades regionais (entre as quais destacamos a biodiversidade florestal e aquática, potencial mineral e diversidade social) e na formação de professores da educação básica. Essa inserção regional ocorre também pela oferta dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

A Ufopa desenvolve programas e projetos de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e inovação, com o objetivo de contribuir para a cidadania e para o desenvolvimento da região onde está diretamente inserida e do País. Ela encontra-se organizada em 7 (sete) Unidades Acadêmicas, sendo 1 (um) Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) e 6 (seis) Institutos Temáticos – Ciências da Educação, Ciências da Sociedade, Ciências e Tecnologia das Águas, Biodiversidade e Floresta, Engenharia e Geociências e Saúde Coletiva. Em 2015, foram ofertados vagas em 32 (trinta e dois) cursos de graduação, além de 4 (quatro) cursos de mestrado acadêmicos, 1 (um) doutorado ofertado pela Ufopa e 1 (um) Dinter e 2 (dois) cursos de especialização.

As Unidades Acadêmicas da Ufopa têm atuação nas seguintes áreas do conhecimento:

- **Centro de Formação Interdisciplinar:** Origem e Evolução do Conhecimento, Sociedade Natureza e Desenvolvimento, Estudos Integrativos da Amazônia, Lógica, Linguagem e Comunicação.

- **Instituto de Ciências da Educação:** Ciências Humanas – Educação; Linguagens e Artes: Linguagem, Línguas, Literatura; Ciências Biológicas; Ciências Matemáticas e Naturais: Matemática, Física, Biologia, Química.

- **Instituto de Ciências da Sociedade:** Ciências Socialmente Aplicadas: Direito, Economia; Planejamento Urbano e Regional; Ciências Humanas, Antropologia e Arqueologia, Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional.

- **Instituto de Engenharia e Geociências:** Ciências da Terra, Engenharias e Computação, Ciências Matemáticas e Naturais, Energia, Automação e Controle, Tecnologia da Informação.

- **Instituto de Biodiversidade e Floresta:** Ciências Agrônomicas e Veterinárias – Recursos Florestais, Agronomia, Zootecnia, Alimentos e Recursos Florestais.

- **Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas:** Ciências Biológicas, Saneamento Ambiental, Recursos Hídricos e Recursos Pesqueiros.

- **Instituto de Saúde Coletiva:** Farmácia, Biotecnologia e Saúde Coletiva.

Na pós-graduação, a atuação acadêmica ocorre nas seguintes áreas: Ciências Biológicas; Biotecnologia; Educação; Letras/Linguística; Matemática/Probabilidade e Estatística; Ciências Ambientais; Biodiversidade; Ciências Ambientais.

1.4 Organograma

A atual Estrutura Organizacional da Ufopa foi divulgada pela Portaria nº 2.059, de 28 de agosto de 2014. Demonstrada a seguir:

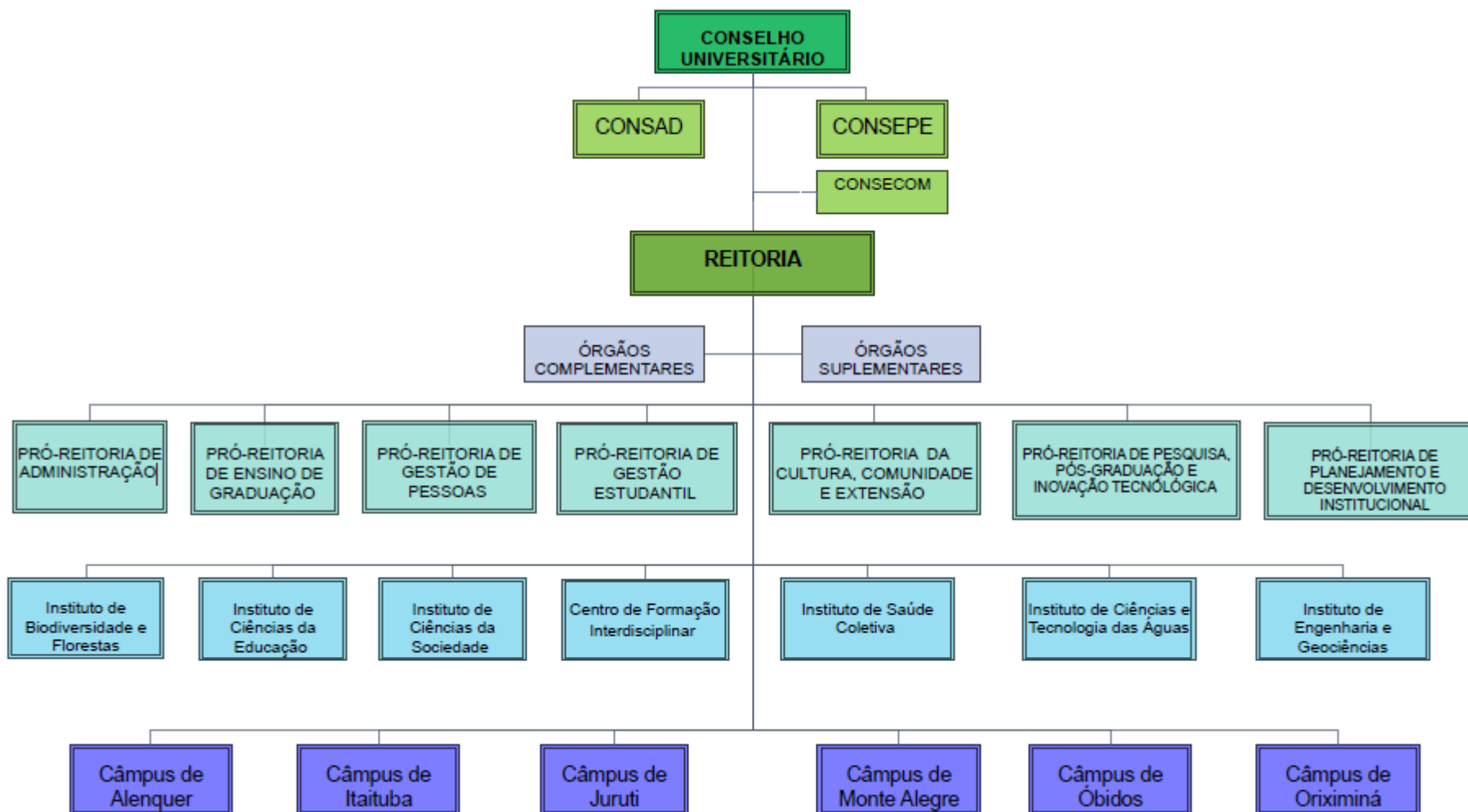


Figura 1 – Organograma Geral da Ufopa.

A Ufopa tem por finalidade precípua a educação superior voltada à produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integrado no ensino, na pesquisa e na extensão, tendo em vista o pleno desenvolvimento do ser humano, a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados em iniciativas que promovam o desenvolvimento da sociedade em bases sustentáveis. As unidades que se destacam como setores estratégicos da gestão da Ufopa são:

Quadro 1 – Informações sobre as unidades estratégicas da Ufopa.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	Cabe à Reitoria a superintendência, o planejamento, a gestão, a fiscalização e o controle das atividades da Universidade, estabelecendo as medidas regulamentares pertinentes.	Raimunda Nonato Monteiro	Reitora	Exercício de 2015
Proplan	Cabe à Proplan definir normas detalhadas para a elaboração do orçamento da Ufopa e a coordenação das ações, consolidação geral da previsão orçamentária da Universidade, elaboração do anteprojeto de proposta orçamentária.	Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Exercício de 2015
Procce	Cabe à Procce o cadastro de projetos de extensão em seu banco de dados, divulgação do catálogo de projetos e atividades de extensão da Ufopa; emitir portaria de alocação de carga horária de participação em projetos de extensão; e acompanhar o andamento dos projetos. Sua atuação está pautada em planejar, executar, coordenar e avaliar, de forma integrada, as ações de extensão e de cultura, propiciando a integração do ensino, pesquisa e extensão.	Thiago Almeida Vieira	Pró-Reitor da Cultura, Comunidade e Extensão	Exercício de 2015
Proen	Cabe à Proen a coordenação das atividades didático-pedagógicas relacionadas ao ensino de graduação.	Maria de Fátima de Sousa Lima	Pró-Reitora de Ensino de Graduação	Exercício de 2015
Proppit	É responsável pela execução, na Ufopa, de programas financiados por agências federais e estaduais de fomentos à pesquisa e à pós-graduação, além da promoção de intercâmbio entre a Ufopa e demais instituições governamentais ou não, sejam nacionais, sejam internacionais; responsável, ainda, pela definição de políticas e elaboração de metas para a pesquisa, a pós-graduação e a inovação tecnológica.	Sérgio de Melo	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica	Exercício de 2015

1.5 Macroprocessos finalísticos

A Ufopa ainda não realizou completamente o mapeamento de seus processos de ação. Suas atividades são baseadas em sua lei de criação, no seu PDI 2012-2016, no seu Regimento e no Estatuto da Instituição. Dessa forma, consideram-se como macroprocessos finalísticos da Ufopa o ensino, a pesquisa e a extensão.

O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) e extensão. Os cursos são estruturados em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia.

O ensino de graduação da Ufopa é de atribuição da Proen, responsável pela proposição, coordenação e avaliação das políticas de ensino de graduação, em consonância com as diretrizes estabelecidas no PDI e em cooperação com as Unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa.

Aos Institutos estão vinculados os cursos de Bacharelados Interdisciplinares com duração de 3 (três) anos e/ou Bacharelados Profissionais e Licenciaturas Integradas ou Plenas, com duração entre 4 (quatro) e 5 (cinco) anos.

Durante o exercício de 2015, a Ufopa ofertou 32 (trinta e dois) cursos de graduação, sendo 20 (vinte) Bacharelados Específicos, 3 (três) Licenciaturas Integradas, 3 (três) Licenciaturas Plenas e 6 (seis) Bacharelados Interdisciplinares. O acesso aos cursos oferecidos pela Ufopa é realizado pelos Processos Seletivo Regular que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou pelo Processo Seletivo Especial, destinados a candidatos específicos.

a) Processos Seletivos

A Ufopa vem adotando como critério de seleção para os candidatos inscritos no PSR o resultado do Enem aplicado nos dois últimos anos. Serão admitidos à Ufopa os candidatos portadores de certificados de conclusão de ensino médio ou equivalente, além dos que concluíram o ensino superior em cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC. Nos processos seletivos especiais, adotou em 2015 prova de leitura e interpretação de textos, além da entrevista dos candidatos indígenas, as decisões foram pautadas com base nos três Seminários descentralizados realizados nas cidades de Oriximiná, Jacareacanga e tendo sua culminância na cidade de Santarém, com objetivo de nortear as ações deste processo.

- Processo Seletivo Regular (PSR)

Para seleção de novos estudantes, em seu processo seletivo principal, além da nota do Enem, a Ufopa adota o sistema de reserva de vagas por cotas sociais, conforme estabelece a Lei nº 12.711/2012. Em 2015, foi ofertado, por meio de Edital do Processo Seletivo nº 01/2014 CPSR, de 1º de dezembro de 2014, 1.191 (mil cento e noventa e uma) vagas para o ingresso nos cursos (Bacharelados Interdisciplinares e Licenciaturas), distribuídas nos turnos matutino, vespertino e noturno, destinadas ao Campus de Santarém, sendo 549 (quinhentas e quarenta e nove) vagas para ampla concorrência e 547 (quinhentas e quarenta e sete) vagas destinadas ao sistema de cotas. Para o Campus de Oriximiná, 22 (vinte e duas) vagas para ampla concorrência e 23 (vinte e três) vagas destinadas ao sistema de cotas. Para o Campus de Óbidos, 20 (vinte) vagas para ampla concorrência e 20 (vinte) vagas destinadas ao sistema de cotas, em conformidade com critérios estabelecidos pela Lei nº 12.711, de 16 de agosto de 2012, Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012.

Foram acrescidas ao edital 27 (vinte e sete) vagas, uma vaga por curso de graduação, destinada exclusivamente a pessoa com deficiência (PcD). As vagas que não foram preenchidas foram automaticamente extintas.

- Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI)

Visando à inclusão de indígenas no ensino superior, desde a sua criação, em 2009, a Ufopa possui um processo seletivo especial destinado ao ingresso destes candidatos aos cursos de graduação, tendo como principal objetivo a implantação de uma política de inclusão dos povos

indígenas por meio da reserva de vagas na Instituição e da seleção diferenciada aos candidatos indígenas.

Em 2015, foram ofertadas em edital 55 (cinquenta e cinco) vagas para o Campus de Santarém, 5 (cinco) vagas para o Campus de Oriximiná e 5 (cinco) vagas para o Campus de Óbidos, totalizando 65 (sessenta e cinco) vagas.

- Processo Seletivo Especial Quilombola – PSEQ

Em 2015, foi ofertado o primeiro Processo Seletivo Especial Quilombola, para acesso de candidatos quilombolas aos cursos de graduação, licenciaturas integradas e bacharelados interdisciplinares, objetivando a implantação de uma política de inclusão dos povos quilombolas por meio da reserva de vagas na Instituição e da seleção diferenciada aos candidatos quilombolas.

Em 2015, foram ofertadas em edital 55 (cinquenta e cinco) vagas para o Campus de Santarém, 5 (cinco) vagas para o Campus de Oriximiná e 5 (cinco) vagas para o Campus de Óbidos, totalizando 65 (sessenta e cinco) vagas.

- Mobilidade Acadêmica Interna ou Reopção

Este processo destina-se aos discentes da Ufopa como transferência de um curso de graduação para outro, neste caso conceituado como reopção, de acordo com as normas a serem estabelecidas no Regulamento de Graduação e em obediência aos seguintes critérios: existência de vagas remanescentes; aprovação em processo seletivo interno elaborado pela Proen, podendo considerar o Índice de Desempenho Acadêmico (IDA) e a análise do currículo e inscrever-se até a metade da duração do curso, uma única vez.

- Mobilidade Acadêmica Externa ou Transferência

Poderão ser aceitas transferências de discentes oriundos de outras instituições de ensino superior, nacional ou estrangeira, para cursos de graduação correspondentes ou para cursos afins, conforme processo de seleção definido em edital.

- Processos Interinstitucionais

O ingresso por processos interinstitucionais nos cursos de graduação da Ufopa destina-se a atender alunos aprovados em processos seletivos prévios de outras instituições, amparados por legislação específica.

São modalidades de ingresso por processos interinstitucionais:

- Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), o qual está destinado ao ingresso de estudantes estrangeiros selecionados em seu país de origem, de acordo com a legislação federal.
- Transferência *ex officio*, sendo concedida ao servidor público e a seus dependentes, na forma da lei.
- Convênio interinstitucional, o qual atenderá a estudantes oriundos de instituições conveniadas.
- Matrícula de cortesia concedida a funcionário estrangeiro de país que assegure o regime de reciprocidade com o Brasil.

A Ufopa ainda realizou 47 convênios para que fosse realizado o estágio curricular, item presente nos projetos pedagógico dos cursos. Para que isso ocorresse no exercício de 2015, a Universidade contou com a Coordenação de Estágio vinculada à Proen. Suas atribuições, entre outras, são: coordenar e acompanhar o desenvolvimento das atividades de estágio não obrigatório e de forma indireta; e de estágio obrigatório dos discentes desta Ifes em empresas e instituições conveniadas. Suas atividades estão embasadas na Lei de Estágio (Lei nº 11.788/2008) e na Instrução Normativa da Ufopa nº 6/2010.

O principal objetivo da Coordenação de Estágio é viabilizar as oportunidades de estágio aos discentes da Ufopa, enfatizando o caráter pedagógico do estágio, visando, dessa forma, desenvolver habilidades e competências de conteúdo prático, em complemento aos conteúdos teóricos do curso, permitindo ao discente a interação com seu universo de atuação profissional.

Em 2015, foram realizados 47 convênios com instituições e empresas conveniadas como concedentes de estágio, elencadas a seguir:

Tabela 1 – Convênios para estágios em 2015.

Nº	Instituição/Empresa	Vigência	
1	Apae - Associação dos Pais e Amigos de Excepcionais	18/6/14	17/6/19
2	Aprusan – Associação dos Produtores Rurais de Santarém	14/4/14	14/4/19
3	Armando A. N. Miqueiro - ME	10/2/15	10/2/20
4	Bioativa – Farmácia de Manipulação	6/11/13	6/11/16
5	Ceapac – Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária	26/9/14	26/9/19
6	Ceaps – Projeto Saúde e Alegria	1º/4/14	1º/4/19
7	Cepes – Centro de Educação Profissional Esperança	18/11/14	18/11/19
8	Colégio Dom Amando	26/6/14	26/6/19
9	Colégio Santa Clara	12/6/14	12/6/19
10	Colônia de Pescadores Z-20	9/7/14	9/7/17
11	Coomflona – Cooperativa Mista da Flona do Tapajós	24/6/14	24/06/19
12	Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns – CITA	10/2/15	10/2/20
13	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santarém – PA	21/8/15	21/8/20
14	Defensoria Pública do Estado do Pará – N.R.B. Amazonas	14/9/15	14/9/17
15	Distribuidora Big Ben S.A	30/12/13	30/12/16
16	Ebata – Produtos Florestais LTDA	19/11/15	19/11/20
17	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará	3/11/11	3/11/16
18	Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	10/5/11	10/5/16
19	Estado do Pará – Secretaria de Administração do Estado do Pará – Sead (e órgãos da administração direta autárquica e fundacionais)	18/12/2013 ou 31/10/2013	17/12/17
20	Fadesp – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa	6/3/15	6/3/20
21	FIT – Faculdades Integradas do Tapajós	26/3/14	26/3/19
22	Frigorífico O Peixão	16/12/15	16/12/20
23	Frigorífico Ribeiro	1º/10/14	1º/10/19
24	GST Evolução	15/12/14	15/12/19
25	Fundação Esperança	22/8/15	22/8/17
26	IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	28/2/14	28/2/19
27	ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	9/7/15	9/7/17
28	Laboratório Celso Matos	6/5/14	6/5/19
29	MRN – Mineração Rio do Norte S.A.	1º/7/15	1º/7/20
30	Ministério Público do Estado do Pará – MPE	16/9/15	15/9/16
31	Ministério Público Federal – MPF	22/3/13	22/3/16
32	Ministério Público do Trabalho - 8ª Região	7/7/10	7/7/16
33	Pastoral do Menor	10/9/14	10/9/19
34	Promam Empreendimentos LTDA (consultoria e assessoria agroambiental)	10/4/14	10/4/19
35	Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – HR	29/11/13	29/11/16
36	Associação Santarena de Estudos e Aproveitamento dos Recursos da Amazônia	26/11/15	26/11/20
37	SMIG – Serviços de Mineração e Geologia – ME	2/9/15	2/9/20
38	STTR/STM – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém	16/3/15	16/3/20
39	Sirsan - Sindicato Rural de Santarém	19/5/15	19/5/20
40	Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba	22/5/15	22/5/20
41	Sipcop – Sindicato de Indústria e de Panificação e Confeitaria do Oeste do Pará	4/3/15	4/3/20
42	Tapajós Alimentos	21/10/14	21/10/19
43	Uepa – Universidade do Estado do Pará	6/3/15	6/3/20
44	Ufla – Universidade Federal de Lavras	26/1/15	26/1/20
45	UFPA – Universidade Federal do Pará	24/3/15	24/3/20
46	UFT – Universidade Federal do Tocantins	17/3/15	17/3/20
47	Ulbra – Universidade Luterana do Brasil	16/12/13	16/12/18

Fonte: Proen.

Além das instituições da tabela 1, a Ufopa tem convênio com 6 (seis) Agentes de Integração. Os Agentes de Integração são responsáveis pela intermediação entre a instituição de ensino, a concedente de estágio e o estudante, possibilitando o desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes, visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio nos entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superiores, devidamente registrados, denominados concedentes, de interesse pedagógico e curricular que venham a complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes.

Tabela 2 – Convênios para estágios em 2015 (agentes de integração).

Nº	Agentes de Integração	Vigência	
1	Centro de Integração Empresa Escola – CIEE	21/10/2010	Indeterminado
2	Centro de Treinamento e Formação do Estudante	23/09/2015	23/09/2020
3	Fundação Ulbra	19/03/2014	Indeterminado
4	Instituto Brasileiro de Educação Profissional	23/09/2015	23/09/2020
5	Super Estágios Ltda.	13/06/2012	13/06/2017
6	Usina de Talentos	17/12/2014	17/12/2019

Fonte: Proen.

A Ufopa também oferece o Programa de Monitoria, criado pela Lei nº 5.540/68 que propunha a Reforma Universitária no Brasil. O Programa de Monitoria Acadêmica da Ufopa é uma ação institucional direcionada ao fortalecimento dos cursos de graduação e incentivo ao desenvolvimento de metodologias, recursos didáticos, procedimentos, avaliações e tecnologias voltados para o ensino e aprendizagem na graduação, envolvendo docentes e discentes, respectivamente, na condição de orientadores e monitores, a ser efetivado por meio de projetos de monitoria e projetos de ensino integrados, em conformidade com o respectivo projeto pedagógico de cada curso. Com o objetivo de possibilitar maior participação do aluno na realização de trabalhos práticos e experimentais, com base em experiências, auxiliando o professor na preparação de material didático e em participações de atividades de classe e/ou laboratório, colaborando, ainda, na orientação de alunos, esclarecendo e tirando dúvidas em atividades de classe e/ou laboratório e participando de atividades que propiciem o seu aprofundamento na disciplina e formação acadêmica.

Na Ufopa, o Programa de Monitoria é coordenado pela Proen. É uma atividade que visa despertar o interesse pela carreira docente, prestar auxílio a professores para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades técnico-didáticas, bem como contribuir para a manutenção de um relacionamento pedagógico produtivo entre alunos e professores, podendo ser desenvolvida em duas modalidades: bolsista e voluntária.

O Programa de Monitoria Acadêmica, em 2015, lançou o Edital nº 8/2015 – Proen, de 23 de fevereiro de 2015, para concessão de 144 (cento e quarenta e quatro) bolsas para o atendimento de demanda de disciplinas, laboratórios de ensino e de informática e para o desenvolvimento de atividades dos projetos integrados. A vigência da monitoria de disciplinas ocorreu de 1º/4 a 4/7/2015, e a de laboratórios de ensino/informática/projetos integrados de 1º/4 a 31/12/2015.

Tabela 3 – Distribuição das bolsas de Monitoria em 2015 por Unidade Acadêmica.

Unidade Acadêmica	Laboratório	Disciplinas	Total
CFI	3	19	22
Ibef	6	14	20
Iced	15	13	28

ICS	7	12	19
ICTA	7	15	22
IEG	7	14	21
Isco	8	4	12
Programa de Restauração e Conservação de Documentos Históricos	3		3
Programa de Monitoria de Inclusão/Acessibilidade	3		3
Bolsa Baobá	5		5
Total de bolsas concedidas			155

Fonte: Proen.

Quanto ao ensino de pós-graduação, a responsabilidade pelo acompanhamento e desenvolvimento é da Proppit, que é um órgão executivo central, integrante da Administração Superior da Ufopa, criada com o objetivo de auxiliar a Reitoria em suas tarefas executivas nas áreas da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica.

A Proppit busca contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da Ufopa nas áreas de pesquisa e inovação tecnológica, por meio de políticas institucionais, do desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação sobre projetos e atividades relacionados a essas áreas, com divulgação dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito da Universidade. É responsável pela execução, na Instituição, de programas financiados por agências federais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação, além de promover o intercâmbio entre a Ufopa e demais instituições governamentais ou não, nacionais ou internacionais.

O ensino de pós-graduação da Ufopa vem se destacando na oferta de cursos *lato sensu* direcionados ao atendimento de profissionais do ensino fundamental e médio, contando com mais de 1000 (mil) alunos matriculados em 2015. Destaca-se, também, o aumento no número de cursos de mestrados profissionais direcionados ao atendimento dos professores da rede pública de ensino. Finalizou 2015 com dois cursos em atividade e um aprovado para iniciar em 2016. Em relação aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a Ufopa findou 2015 com 4 (quatro) cursos de mestrado em funcionamento, com 80 (oitenta) novos alunos matriculados e 71 (setenta e um) alunos titulados. Destaca-se a aprovação, no ano de exercício, de mais um curso de mestrado acadêmico, o primeiro na área de ciências sociais da Instituição (mestrado em Ciências da Sociedade).

Em relação aos cursos de doutorado, destacam-se as defesas das primeiras teses no Dinter com a Unicamp e a matrícula de 27 (vinte e sete) alunos no ano de 2015 no doutorado Sociedade Natureza e Desenvolvimento. Ao mesmo tempo, destaca-se o fortalecimento da Instituição no âmbito dos dois doutorados em rede vigentes (Biodiversidade e Biotecnologia – Rede Bionorte e doutorado Educação em Ciências e Matemática – rede Reamec).

Quanto à pesquisa, na Ufopa objetiva-se incentivar professores, alunos e técnicos, em busca de um maior conhecimento científico, bem como da introdução de inovações tecnológicas que contribuam para a melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente na região amazônica. Com relação às pesquisas em desenvolvimento e grupos de pesquisa, a Universidade conta com 43 grupos de pesquisas certificados no CNPq e com 152 projetos cadastrados na Proppit, seguindo as normativas da Resolução nº 84, de janeiro de 2015, da Ufopa. Entre os principais parceiros institucionais, destacam-se a Capes, a Fapespa e o CNPq, com concessão de bolsas de pós-graduação e iniciação científica e auxílio financeiro ao desenvolvimento de pesquisa e pós-graduação. Os resultados da pesquisa foram publicados em anais de eventos, em periódicos científicos e em livros.

A unidade responsável pelo desenvolvimento da extensão na Ufopa é a Procce. Criada em 2013, tem como objetivos planejar, executar, coordenar e avaliar, de forma integrada, as ações de extensão e de cultura, propiciando a integração do ensino, pesquisa e extensão. Considerando que a Ufopa apoia-se nos princípios da universalidade do conhecimento, do fomento à interdisciplinaridade e da valorização das práticas regionais, a Procce visa, por meio de suas ações,

aproximar a Ufopa aos diferentes segmentos da sociedade. Para isso, ela deve receber, homologar e registrar propostas de ações extensionistas de diferentes áreas do conhecimento, geradas pelas unidades acadêmicas ou administrativas da Ufopa, devidamente aprovadas por seus conselhos deliberativos.

As ações de extensão da Ufopa são organizadas em programas, projetos, cursos, oficinas, trabalhos de campo, eventos, publicação e outros produtos acadêmicos. Em 2015 a Diretoria de Extensão (Direx), vinculada a Procce, realizou/apoiou 39 (trinta e nove) eventos de extensão, o que inclui ações de extensão enquadradas nas modalidades semanas acadêmicas, simpósios, seminários, palestras, cursos, dentre outras.

Tabela 4 – Ações de Extensão realizadas em 2015.

Tipo de Atividade	Número de Eventos	Número de participantes
Cursos	3	76
Minicursos	3	67
Oficinas	3	87
Palestras	9	474
Conferências	1	95
Seminários	3	444
Encontros	1	180
Simpósios	2	207
Fórum	2	50
Cinema	1	50
Semanas	3	1260
Feiras	2	320
Ciclo de debate	1	120
Salão	1	346
Festival	1	162
Mesa Redonda	1	63
Outros(*)	2	40
Total	39	4.041

Fonte: Procce.

Em todos estes eventos, a Ufopa emitiu, registrou e disponibilizou certificados, sendo que neste ano, devido ao expressivo aumento do número de ações de extensão formalizadas na Procce, a emissão, o registro e a disponibilização de certificados para os participantes de tais atividades também demandaram grande esforço por parte das coordenações vinculadas a Direx. Para a maioria dos eventos, foi oferecido ainda apoio na divulgação, inscrições, na disponibilização de material de consumo, como pastas e canetas e na organização em geral.

Na Ufopa o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), gerenciado pela Procce, trata da concessão de bolsas de extensão universitária, auxílio financeiro destinado para discentes de graduação vinculados a um Programa ou Projeto de extensão, dirigido e acompanhado por um docente da Ufopa, no efetivo exercício de suas funções. O PIBEX visa estimular a execução de projetos de produção, disponibilização, sistematização e divulgação de conhecimentos científicos e/ou tecnológicos que tenham como princípio norteador o ensino, a pesquisa e a extensão, associados à inserção social.

Foram ofertadas 52 bolsas PIBEX no Edital de 2014/2015 e a mesma quantidade no Edital de 2015/2016. Cada discente recebe mensalmente uma bolsa no valor de R\$ 400,00 para a execução de seus planos de trabalho. Para o próximo edital (2016/2017), espera-se aumentar a quantidade de bolsas disponibilizadas para 70. Na Tabela 5 é apresentada uma sumarização das informações referentes ao PIBEX cuja vigência iniciou em outubro de 2014 e encerrou em setembro de 2015. Na

Tabela 6 é apresentada a sistematização das informações referentes ao Pibex cuja vigência iniciou em outubro de 2015 e se estende até setembro de 2016. A vinculação dos programas e projetos está relacionada à unidade acadêmica do coordenador de cada um deles.

Tabela 5 – Indicadores Pibex - Programas e Projetos de Extensão da graduação por Unidade e Público Beneficiado. Vigência: 1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015

Unidades	Programas	Projetos	Docentes	Discentes	Técnicos
CFI	0	8	7	11	0
Ibef	0	8	8	10	0
Iced	0	2	5	8	0
ICS	0	4	4	5	0
ICTA	0	5	5	5	0
IEG	1	2	7	8	0
Isco	0	4	3	5	0
Total	1	33	39	52*	0

Fonte: Procce.

* Duas bolsas foram canceladas

Tabela 6 – Indicadores Pibex - Programas e Projetos de Extensão da graduação por Unidade e Público Beneficiado. Vigência: 1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015.

Unidades	Programas	Projetos	Docentes	Discentes	Técnicos
CFI	1	6	7	8	0
Ibef	0	6	8	11	0
Iced	0	5	8	9	0
ICS	1	5	6	8	0
ICTA	1	2	5	5	0
IEG	1	3	5	8	0
Isco	0	2	2	2	0
Oriximiná	1	0	2	1	0
Total	5	29	43	52	0

Fonte: Procce.

Além do Pibex, a Ufopa possui o Programa de Extensão Universitária (Proext), promovido pelo MEC/Sesu, tem âmbito nacional e seu processo seletivo inicia no primeiro semestre de cada ano, para vigência de janeiro a dezembro do ano subsequente, se projeto; ou por dois anos, se programa. A Ufopa, para o ano de 2015, obteve aprovação de duas propostas, sendo um programa, vinculado ao ICS e um projeto vinculado ao Iced.

Tabela 7 – Indicadores Proext - Programas e Projetos de Extensão da graduação por Unidade e Público Beneficiado. Vigência: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Unidades	Programas	Projetos	Docentes	Discentes	Técnicos
CFI	0	0	-	-	-
Ibef	0	0	-	-	-
Iced	0	1	6	5	-
ICS	1	0	3	20	-
ICTA	0	0	-	-	-
IEG	0	0	-	-	-
Isco	0	0	-	-	-
Total	1	1	9	25	-

Fonte: Procce.

As Unidades Acadêmicas promovem diversas ações extensionistas, principalmente por meio de cursos, oficinas, palestras e outros tipos de eventos. Essas ações ocorrem nas áreas de Meio Ambiente; Agricultura; Recursos Florestais; Educação; Geologia; Tecnologia Digital; Informática; Direito; Ciências Sociais; Economia; Trabalho; Produção Pesqueira e Aquicultura; Patrimônio Cultural; Diversidade Cultural; Arte e Cultura; Inclusão Social, Turismo etc. Os projetos desenvolvidos pela Universidade atendem aos objetivos estratégicos do PDI, os quais visam: intensificar o uso de tecnologias educacionais; valorização da diversidade cultural; valorização de aspectos éticos e democráticos, inclusão social e desenvolvimento sustentável (por meio da sensibilização social e ambiental). Esses objetivos são atendidos hoje pelas metas estabelecidas para a vigência do PDI: número de projetos de extensão voltados à diversidade cultural e ao meio ambiente.

Tabela 8 – Ações de extensão nas modalidades programas e projetos, divididas por área temática - 2015.

Áreas Temáticas	Programas		Projetos	
	Quantidade	Docentes Participantes	Quantidade	Docentes Participantes
Comunicação	0	-	0	-
Cultura	1	8	7	14
Desenvolvimento Econômico	0	-	0	-
Direitos Humanos	0	-	3	8
Educação	0	-	10	32
Meio Ambiente	0	-	3	7
Saúde	0	-	4	5
Tecnologia e Produção	0	-	1	5
Trabalho	0	-	0	-
Total	1	8	28	71

Fonte: Procce.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

A Ufopa elaborou em 2012 seu PDI com duração de 4 (quatro) anos, desde então vem utilizando esse plano para cumprir metas institucionais prevista para o período (2012 a 2016). Em virtude de ser seu primeiro plano estratégico, houve a necessidade de aditamento que iniciou em 2014 e terminou em 2015. Ele passou por análise e avaliação dos gestores da Ufopa, quando foram verificadas lacunas e em seguida corrigidas.

O PDI identifica a Ufopa, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver pelo prazo de 5 (cinco) anos.

A primeira versão do documento – que contém seu mapa estratégico explicitando os 25 objetivos estratégicos, além de indicadores e metas da instituição - foi estruturado da seguinte forma: perfil institucional, agenda estratégica, PDI, cronograma de implantação e de desenvolvimento da Instituição e dos cursos, perfil dos servidores, organização administrativa, política de atendimento aos discentes, infraestrutura, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários. O PDI da Ufopa pode ser encontrado no endereço eletrônico “<http://www.ufopa.edu.br/institucional/pdi>”.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A Ufopa definiu no seu PDI seus objetivos estratégicos e vem trabalhando para atingir suas metas estabelecidas para o período de vigência do plano (2012 a 2016). Os objetivos estratégicos da Ufopa estão organizados por perspectivas, sendo elas: Sociedade; Processos; Pessoas e Infraestrutura; e Orçamento.

Quadro 2 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Sociedade”.

Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
Formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica.	Cidadãos criativos, empreendedores, inovadores e conscientes da realidade regional.
Formar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade.	Profissionais com visão sistêmica de biodiversidade, recursos hídricos, ciências, tecnologias e aspectos socioeconômicos.
Valorizar a diversidade cultural.	Respeito às diferenças, com base nos aspectos étnicos, religiosos, linguísticos e sociais.
Contribuir para o avanço científico e tecnológico da região amazônica.	Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras que contribuam para agregar valores aos recursos naturais da região.
Promover valores éticos e democráticos e inclusão social.	Ampliação de oportunidades, redução da pobreza e das desigualdades, respeitando o meio ambiente.
Contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.	Promover ações de sensibilização da comunidade acadêmica de respeito ao meio ambiente.

Quadro 3 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Processos”.

Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
Ampliar e diversificar as oportunidades educacionais.	Ampliar o acesso e a oferta aos diferentes níveis de ensino e diversificar as oportunidades educacionais.

Promover a interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na extensão.	Capacitar, formar, atrair profissionais e estimular o ensino e a pesquisa interdisciplinar.
Potencializar a vocação regional.	Fortalecer e criar novos projetos pedagógicos voltados para as temáticas e demandas regionais.
Fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos.	Estimular e fomentar a criação de novos grupos de pesquisa, fortalecer os existentes e as atividades de ensino e extensão.
Intensificar a atividade de pesquisa de relevância social.	Promover o desenvolvimento de pesquisas comprometidas em atender aos desafios sociais e regionais.
Promover maior interação com empresas e comunidades.	Estabelecer uma agenda de atividades integradas com base nas necessidades das empresas e da sociedade.
Alavancar e ampliar parcerias estratégicas.	Intensificar a articulação com organizações públicas e privadas, terceiro setor, organismos de pesquisa e de fomento, nacionais e internacionais.
Fortalecer a interação com a educação básica.	Formar profissionais da área da Educação e ampliar as oportunidades para uma educação continuada, tendo como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica.
Intensificar o uso de tecnologias educacionais.	Investir na aquisição, desenvolvimento e utilização de novas tecnologias e metodologias educacionais.
Fortalecer o envolvimento institucional das pessoas.	Demonstrar a pertinência e a relevância da estratégia da Universidade para toda comunidade acadêmica.
Integrar as ações de planejamento e aprimorar a gestão estratégica.	Implantar modelo de gestão, alinhando as ações de cada área aos objetivos institucionais, a fim de criar uma cultura orientada para resultados.
Sistematizar, integrar e proteger a informação.	Organizar e hierarquizar o acesso e a disponibilidade da informação, alinhados à política de segurança institucional.
Institucionalizar política de comunicação.	Estabelecer procedimentos de comunicação efetivos e canais adequados para difundir e disseminar as informações institucionais.

Quadro 4 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.

Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
Promover a qualificação dos servidores.	Ampliar e otimizar as oportunidades de capacitação e treinamento, considerando as competências atuais e as metas da Instituição.
Atrair e fixar pessoal qualificado.	Ampliar a divulgação de concursos públicos e editais de seleção de professores pesquisadores, oferecendo condições adequadas de trabalho de acordo com objetivos em comum.
Estimular a motivação e a valorização dos servidores com foco em resultados institucionais.	Organizar as rotinas de trabalho e proporcionar ambientes adequados e agradáveis que possibilitem um bom desempenho e a satisfação profissional.
Ampliar e adequar a infraestrutura acadêmica e administrativa.	Dotar a Instituição de espaços, serviços e equipamentos de qualidade e em quantidade suficiente para realização das atividades.
Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.	Otimizar o espaço existente, ampliando a área construída e modernizando a estrutura tecnológica.
Assegurar recursos para a implantação da estratégia.	Garantir recursos de acordo com as demandas institucionais, as quais assegurem a implementação e o alcance da estratégia organizacional.

Em relação aos objetivos do PPA, a Ufopa não aparece nominalmente no Plano Plurianual, por ser uma unidade orçamentária vinculada ao MEC, do tipo universidade federal, tendo seus recursos orçamentários incluídos na Ação 8282 – Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A Ufopa utiliza como planejamento estratégico seu PDI (2012-2016), que identifica a Instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver pelo prazo de 5 (cinco) anos. Em 2012, foi elaborada, com a participação de lideranças e representantes da comunidade acadêmica, envolvendo representação das categorias de docente, técnicos administrativos em educação e discentes, a primeira versão do documento, que contém seu mapa estratégico explicitando os 25 objetivos estratégicos, além de indicadores e metas da Instituição.

O PDI da Ufopa foi estruturado de forma a proporcionar o alcance da sua missão e visão, possuindo a seguinte estrutura: perfil institucional, agenda estratégica, cronograma de implantação e de desenvolvimento da instituição e dos cursos, perfil dos servidores, organização administrativa, política de atendimento aos discentes, infraestrutura, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários.

No entanto, com as mudanças que vieram a ocorrer na gestão em 2014, foi detectado que o PDI precisaria ser aditado, para incluir algumas informações que seriam essenciais para gestão. Dessa forma, em 2015 foi apresentado o Aditamento ao PDI 2012-2016, elaborado de forma participativa e em conformidade com as exigências legais do que determina o art. 16 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, para proporcionar uma melhor visão da realidade institucional e determinação de metas e objetivos que visem à consolidação dessa etapa.

O processo para o aditamento ocorreu por meio de reuniões com os setores acadêmicos e administrativos da Instituição, sob a coordenação da Proplan, com base na análise da agenda estratégica do PDI, o que permitiu comparar o que havia sido traçado em 2012 com os resultados já obtidos, bem como verificar o que não era viável para a Ufopa e o que ainda precisava acrescentar ao documento, adequando-o ao modelo de gestão atual.

O aditamento permitirá um acompanhamento mais efetivo das metas traçadas, uma vez que os ajustes necessários foram realizados, o que permitirá à Ufopa buscar o cumprimento de sua missão, que é de “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”. O documento finalizado está disponível para visualização no site da Ufopa (<http://www.ufopa.edu.br/institucional/pdi>).

Quanto à avaliação e ao acompanhamento do desempenho e desenvolvimento institucional, a Ufopa trabalha com relatórios anuais de atividades e de gestão, elaborados pelas unidades da Instituição, bem como utilizará a autoavaliação realizada por sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) com representantes de todas as categorias (discentes, técnicos administrativos em educação e docentes) para elaborar seu plano de melhorias para os próximos anos. A Instituição também elabora, anualmente, documentos informativos de seu desempenho, como o anuário estatístico e o Ufopa em Números, os quais mostram a evolução estatística da instituição desde o começo.

A Ufopa ainda está vivenciando um momento de implantação e consolidação e, por consequência, ainda está estruturando sua metodologia de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento e desempenho institucional. Nesse contexto, em janeiro de 2016 será realizado o evento de apresentação e de avaliação das ações realizadas, conforme o planejamento estratégico, para a comunidade acompanhar o desenvolvimento institucional.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A Ufopa utiliza, como referência para o desenvolvimento das atividades, o seu projeto de implantação; os objetivos definidos na sua lei de criação; o seu PDI 2012-2016 para melhoria do desempenho institucional; o seu Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013, bem como o Regimento Geral e normas complementares aprovadas em suas respectivas instâncias colegiadas.

A Ufopa possui apenas o Plano Estratégico, representado em seu PDI, que é parte integrante da avaliação das Instituições de Ensino Superior e identifica a Instituição quanto à filosofia de trabalho, à missão, à visão, às diretrizes pedagógicas que orientam as ações, estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver.

Destacaram-se como principais instrumentos legais utilizados na elaboração do PDI a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; o Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais; e o Plano Nacional da Educação, que apresenta 10 (dez) diretrizes objetivas e 20 (vinte) metas, seguidas das estratégias específicas de concretização.

As metas do PNE seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão dos estudantes com dificuldades socioeconômicas para frequentar e permanecer na Universidade, assim como alunos portadores de necessidades educativas especiais, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida.

O PDI (2012–2016) da Ufopa está estruturado da seguinte forma: perfil institucional, agenda estratégica, cronograma de implantação e de desenvolvimento da Instituição e dos cursos, perfil dos servidores, organização administrativa, política de atendimento aos discentes, infraestrutura, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários. O PDI foi elaborado com vistas a alcançar a missão e visão institucional. Isso pode ser observado em seu Mapa Estratégico presente no PDI (figura 2).



MAPA ESTRATÉGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ 2012-2016

MISSÃO

Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

VISÃO DE FUTURO

Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento.



SOCIEDADE

Formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica

Formar Profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade

Valorizar a diversidade cultural

Contribuir para o avanço científico e tecnológico da região amazônica

Promover valores éticos e democráticos e inclusão social

Contribuir para o Desenvolvimento sustentável da região

PROCESSOS

Promoção de Modelos Curriculares Inovadores

Ampliar e diversificar as oportunidades educacionais

Promover a interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão

Potencializar a vocação regional

Produção de conhecimento

Fortalecer e ampliar a produção e disseminação de conhecimentos

Intensificar a atividade de pesquisa de relevância social

Articulação com a sociedade

Promover maior interação com empresas e comunidades

Alavancar e ampliar parcerias estratégicas

Fortalecer a interação com a educação básica

Excelência acadêmica

Intensificar o uso de tecnologias educacionais

Fortalecer o envolvimento institucional das pessoas

Excelência na gestão

Integrar as ações de planejamento e aprimorar a gestão estratégica

Sistematizar, integrar e proteger a informação

Institucionalizar política de comunicação

PESSOAS & INFRAESTRUTURA

Gestão de pessoas

Promover a qualificação dos servidores

Atrair e fixar pessoal qualificado

Estimular a motivação e valorização dos servidores com foco em resultados institucionais

Infraestrutura

Ampliar e adequar a infraestrutura acadêmica e administrativa

Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica

ORÇAMENTO

Assegurar recursos para implantação da estratégia

Desenvolvido por GD consult

Figura 2 – Mapa Estratégico da Ufopa – 2012-2016.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Na Ufopa, a forma de monitoramento de seus objetivos estratégicos ocorre por meio de seus indicadores estratégicos. Os indicadores têm o propósito de testar o progresso da Ufopa em direção aos seus objetivos estratégicos. O princípio é simples: se não há medição, não há controle. E, se não há controle, não há gerenciamento. Ou seja, indicadores estratégicos mostram a relação entre os objetivos estratégicos e representam um teste permanente da validade da estratégia. Portanto, foram criados os seguintes indicadores estratégicos para fazer a medição dos objetivos estratégicos traçados no PDI 2012-2016:

Quadro 5 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Sociedade”.

Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Ações Estratégicas
Formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica.	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	1. Instituir projetos pedagógicos dos cursos, adequando-os às novas concepções sociopolíticas, teóricas metodológicas; às novas tecnologias; e às novas concepções de inclusão social.
		2. Proporcionar oferta regular e conjunta de componentes curriculares (módulos, disciplinas, estágios) para estudantes de todos os cursos da mesma área de formação.
		3. Instituir a política de assistência estudantil.
		4. Incentivar a participação em pesquisa e iniciação científica.
		5. Promover ações culturais e de extensão que envolvam a participação discente.
	Índice de inserção no mercado de trabalho	1. Estabelecer políticas de ensino. 2. Estabelecer política de acompanhamento do egresso.
Formar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade.	Taxa de Sucesso na Graduação por Unidade Acadêmica (TSGUA)	1. Proporcionar oferta regular e conjunta de componentes curriculares (módulos, disciplinas, estágios) para estudantes de todos os cursos da mesma área de formação.
	Índice de inserção no mercado de trabalho (Unidade Acadêmica)	1. Estabelecer política de acompanhamento do egresso.
Valorizar a diversidade cultural.	Índice de diversidade cultural em número de vagas	1. Estabelecer políticas de ensino.
	Índice de projetos realizados de ensino, pesquisa e extensão voltados à diversidade cultural	1. Estabelecer políticas de ensino, pesquisa e extensão.
	Índice de ações realizadas para a valorização cultural	1. Estabelecer políticas de cultura e extensão.
Contribuir para o avanço científico e tecnológico da região amazônica.	Índice de projetos de pesquisas registrados na área de Inovação e Tecnologia	1. Estabelecer política de pesquisa que envolva a inovação tecnológica.
	Número de registros concedidos (inovação tecnológica)	
	Número de publicações nas áreas científica e tecnológica	
	Número de projetos de pesquisa cadastrados	
	Índice de alunos com bolsas de iniciação científica	

Promover valores éticos e democráticos e inclusão social.	Índice de discentes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil.	1. Estabelecer políticas de assistência estudantil.
	Índice de discentes atendidos pelo Programa de Bolsa de Língua Estrangeira.	
	Índice de participação dos discentes em modalidades esportivas.	
Contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.	Número de ações para sensibilização e mobilização socioambiental.	1. Estabelecer o Plano de Logística Sustentável.

Quadro 6 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Processos”.

Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Ações Estratégicas
Ampliar e diversificar as oportunidades educacionais.	Índice de ingresso por processos seletivos especiais	1. Implantar a política de inclusão social nacional.
	Número de vagas por curso na graduação	1. Ampliar a oferta de cursos de graduação de acordo com as necessidades da região.
	Número de vagas por curso na pós-graduação <i>lato sensu</i>	1. Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da região.
	Número de vagas por curso na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	
Promover a interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na pós-graduação.	Índice de publicações distribuídas pelo QUALIS com foco interdisciplinar	1. Implementar as políticas institucionais de ensino e pesquisa.
	Número dos cursos de pós-graduação da área interdisciplinar	
	Número dos cursos de graduação da área interdisciplinar	
Potencializar a vocação regional.	Índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais	1. Instituir a política de pesquisa institucional
	Número de ações voltados para discussão de temas regionais	1. Instituir as políticas de extensão e cultura.
Fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos.	Número de publicações da Instituição	1. Instituir as políticas institucionais de pesquisa, ensino e extensão.
	Número de cursos de pós-graduação	
Intensificar a atividade de pesquisa de relevância social.	Número de publicações com relevância social	1. Instituir política institucional de pesquisa.
Promover maior interação com empresas e comunidades.	Índice de projetos em parceria com empresas	1. Instituir políticas institucionais de relacionamento com empresas e comunidades.
	Índice de projetos de integração com a sociedade	
Alavancar e ampliar parcerias estratégicas.	Montante de recursos captados por meio de projetos cooperativos	1. Instituir política institucional de captação de recursos.
	Número de termos de cooperação e aditivos estabelecidos com organismos nacionais e internacionais	
Fortalecer a interação com a educação básica.	Número de profissionais qualificados em programas para graduação que envolve a educação básica	1. Promover ações e programas voltados para a educação básica.

	Número de profissionais qualificados para pós-graduação que envolve a educação básica	
	Número de bolsas para docentes que envolvem a educação básica	
	Número de bolsas para alunos da educação básica (iniciação científica)	
	Número de ações que promovem a interação com a educação básica	
Intensificar o uso de tecnologias educacionais.	Índice de instalações acadêmicas com diversidade de recursos tecnológicos	1. Estimular a incorporação de tecnologias de informação à educação.
	Índice de realização de atividades de capacitação tecnológica para servidores	1. Instituir programas de capacitação tecnológica.
Fortalecer o envolvimento institucional das pessoas.	Índice de satisfação da comunidade acadêmica	1. Instituir política de autoavaliação.
Integrar as ações de planejamento e aprimorar a gestão estratégica.	Índice do alcance de metas estratégicas	1. Acompanhar e articular a execução das metas estratégicas previstas no PDI.
		2. Utilizar o resultado das avaliações institucionais internas e externas para planejamento de ações estratégicas.
		3. Fortalecer os órgãos de controle e correição internos (SIC, Auditoria Interna, Ouvidoria, Procuradoria), visando ao aprimoramento da publicização e transparência dos atos dos agentes públicos.
	Índice de execução dos projetos estratégicos	1. Planejar e monitorar transversalmente a execução dos projetos estratégicos institucionais.
Sistematizar, integrar e proteger a informação.	Índice de disponibilidade do sítio e de internet	1. Manutenção e melhorias na rede de dados da Ufopa.
	Índice de disponibilidade da rede local	1. Planejamento institucional das unidades organizacionais para facilitar o planejamento de TI em relação à ampliação da infraestrutura de rede.
		2. Previsão orçamentária para contratação de serviços de manutenção e de aquisição de novos equipamentos para expansão da infraestrutura de redes e elétrica de TI.
		Índice de bloqueio institucional
	3. Proteger os equipamentos provedores de serviços de rede, telecomunicações, sistemas e de dados de TI da Ufopa.	
Institucionalizar política de comunicação.	Índice da comunicação (internet, blogs, revista eletrônica e outros)	1. Instituir o plano de comunicação institucional.
	Índice de atividades de divulgação e marketing da Instituição	1. Aprimorar instrumentos de comunicação institucional.

Quadro 7 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.

Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Ações Estratégicas
Promover a qualificação dos servidores.	Índice de execução do orçamento com capacitação	1. Planejar ações de capacitação interna via CDD para técnicos administrativos e docentes.
	IQCD	1. Estabelecer política de qualificação para o corpo docente por meio de regulamentações.
		2. Orientar a elaboração do plano de qualificação para o corpo docente da Instituição.
		3. Viabilizar bolsas para o corpo docente em doutoramento.
	IQCTA	1. Estabelecer política de qualificação para o corpo

		técnico-administrativo por meio de regulamentações.
		2. Orientar a elaboração do plano de qualificação do corpo técnico-administrativo da Instituição.
		3. Viabilizar a criação de mestrados profissionais para o corpo técnico-administrativo.
Atrair e fixar pessoal qualificado.	Índice de vagas preenchidas por editais de concursos públicos	1. Realizar o dimensionamento de pessoal da Universidade, para verificar as necessidades de contratação de servidor por Unidade/Subunidade.
		2. Elaborar o plano de divulgação institucional.
		3. Elaborar editais de concurso para servidores em áreas estratégicas da Instituição.
	Índice de fixação de técnicos administrativos	1. Incentivar os técnicos administrativos à participação nos projetos institucionais e grupos de pesquisa e extensão existentes na Instituição.
		2. Planejar ações de capacitação, qualificação e de promoção de saúde e qualidade de vida do servidor.
		3. Implantar o banco de talentos institucional.
	Índice de fixação de docentes	1. Incentivar os docentes à participação nos projetos institucionais e grupos de pesquisa e extensão existentes na Instituição.
		2. Planejar ações de capacitação, qualificação e de promoção de saúde e qualidade de vida do servidor.
	Número de PVNS, PNPD, DCR, PDJ-Capes e Pesquisador Visitante Contratado (PV)	1. Divulgar os editais para atração de bolsistas e divulgar a Instituição.
Estimular a motivação e a valorização dos servidores com foco em resultados institucionais.	Índice de participação em ações de valorização	1. Planejar o acolhimento dos servidores.
		2. Implantar o projeto “Banco de Talentos”
	Índice de ações que promovem a saúde e a qualidade de vida do servidor	1. Elaborar plano institucional de saúde e qualidade de vida do servidor.
Ampliar e adequar a infraestrutura acadêmica e administrativa.	Índice de execução de projetos de infraestrutura	1. Estabelecer ações para a execução do plano institucional de gestão, otimização, adequação e ampliação dos espaços físicos – Plano de Gestão de Espaços (PGE).
		2. Participar da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CGPGLS) na elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) da Instituição.
		3. Planejar o provimento contínuo dos serviços essenciais de infraestrutura.
Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.	Índice de disponibilidade de equipamentos	1. Realizar o planejamento orçamentário para adquirir equipamentos de apoio ao ensino, pesquisa e extensão conforme o PDTI.
		2. Planejar o provimento contínuo dos serviços essenciais e de manutenção de equipamentos de TI e comunicação da Ufopa.
	Índice de disponibilidade de serviços	1. Planejar o provimento contínuo de serviços de TI e comunicação.
		2. Planejar capacitação técnica na área de TI para configuração e manutenção de equipamentos de servidores de serviços e de dados (redes), sistemas, segurança e suporte da Ufopa.
		3. Planejamento das demandas de sistemas: aquisição de licenças de software, termo de cooperação técnica e contratação de empresa terceirizada de suporte ao sistema SIG quando necessário.
	Conceito de avaliação do Inep para instalações físicas e equipamentos	1. Elaborar plano de melhorias conforme conceito de avaliações.

Assegurar recursos para a implantação da estratégia.	Índice de execução de orçamento para projetos estratégicos	1. Planejar a dotação orçamentária anual destinada à Instituição no Projeto de Lei Orçamentária Anual da União.
		2. Elaborar modelo de alocação de recursos orçamentários para unidades acadêmicas e administrativas (matriz orçamentária).

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

A Ufopa não aparece nominalmente no Plano Plurianual por ser uma unidade orçamentária vinculada ao MEC, do tipo universidade federal. Tem seus recursos orçamentários incluídos na Ação 8282 – Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior.

2.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.3.2.1. Ações do OFSS

Quadro 8 – Acompanhamento físico-financeiro da ação 20GK, constante na Lei Orçamentária Anual – 2015.

Identificação da Ação						
Código		20GK			Tipo: Programa/Projeto	
Título		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.				
Iniciativa		Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero. Código: 0390				
Objetivo		Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Código: 0803				
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032				
Unidade Orçamentária		26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
294.188,00	294.188,00	226.698,53	125.346,22	109.785,83	15.560,39	101.352,31
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores; Incentivo e promoção de ações de integração ensino-serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao			Unidade	2	2	3

SUS; Apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das IES públicas; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para laboratórios; à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais; e apoio à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Formação de grupos tutoriais de alunos visando a otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem.					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro de 2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
R\$ 149.245,36	R\$ 97.500,00	-	Programas de Extensão iniciados em 2013 e 2014.	Unidade	3

Análise situacional: Na Universidade Federal do Oeste do Pará, durante o exercício de 2015, foram executadas 3 (três) iniciativas apoiadas pela ação 20GK, quais sejam: a) Programa de Extensão "Patrimônio Cultural da Amazônia" (Proext/Sesu/MEC) - PI F0533G0100N e PI M0402G2100N; de responsabilidade da UG 151792 – Procce; b) Projeto de Restauração, Organização e Preservação de Documentos Históricos (Proext/Sesu/MEC) - PI F0544G0100N e PI M0402G2100N, também de responsabilidade da UG 151792 - Procce; c) Programa de Internacionalização - PI M0129G0100N, de responsabilidade da UG 151793 - Reitoria da Ufopa.

Em relação ao físico executado com restos a pagar do exercício anterior, informado no quadro do acompanhamento da ação 20GK, foram apoiados 3 (três) projetos de extensão iniciados em anos anteriores, que não são integrantes das iniciativas apoiadas com o recurso de 2015 elencadas acima. Por meio do Plano Orçamentário 0001 - Proex, destinado ao apoio aos programas e projetos de extensão universitários, aprovados por meio do Edital 2015 do Proext/Sesu/MEC, a principal dificuldade para a liquidação do recurso disponível (Tabelas 5 e 6) consistiu em problemas administrativos e operacionais, sobretudo no que concerne à aquisição de material permanente e de consumo.

Dentre estes problemas, pode-se destacar a greve nacional dos servidores públicos, apoiada localmente. Por esses motivos, R\$ 101.352,31 não foram liquidados, sendo então inscritos nos restos a pagar deste ano de 2016. Apesar das dificuldades, foi possível executar com sucesso a maior parte das metas previstas para ambos os projetos. Ressalta-se que a vigência do Programa de Extensão "Patrimônio Cultural da Amazônia" encerra-se somente em 31 de dezembro de 2016, ano no qual será disponibilizada a segunda metade do recurso total que lhe foi destinado. Quanto às despesas do "Projeto de Restauração, Organização e Preservação de Documentos Históricos" (PI M0401G2100N), o valor exibido na Tabela 2 corresponde ao liquidado até 31 de dezembro de 2015. No entanto, um total de R\$ 19.336,97, utilizado para aquisição de passagens durante o exercício de 2015, foi liquidado somente partir de 1º de janeiro de 2016.

No que concerne ao Programa Internacionalização, dos R\$ 47.250,00 disponíveis foram empenhados e liquidados somente R\$ 4.510,22 para o pagamento de diárias e passagens. As principais dificuldades para a utilização dos recursos foram o déficit de servidores e outros entraves administrativos e operacionais internos, principalmente a greve dos servidores públicos federais.

Tabela 9 – Detalhamento das despesas referentes ao Programa de Extensão “Patrimônio Cultural da Amazônia”, durante o exercício de 2015.

PI	Natureza da despesa detalhada	Despesas empenhadas (controle empenho)	Despesas liquidadas (controle empenho)	Despesas inscritas em RPNP (controle empenho)	Despesas pagas (controle empenho)
F0533G0100N	Bolsas de estudo no país	R\$ 11.192,00	R\$ 11.192,00		R\$ 11.192,00
M0402G2100N	Diárias no país	R\$ 9.966,30	R\$ 1.824,40		R\$ 1.824,40
			R\$ 840,65		R\$ 840,65
			R\$ 746,25		R\$ 746,25
			R\$ 840,65		R\$ 840,65
			R\$ 5.714,35		R\$ 5.714,35
	Bolsas de estudo no país	R\$ 51.764,00	R\$ 51.364,00		R\$ 51.364,00
			R\$ 400,00		R\$ 400,00
	Auxílios para desenvolvimento de estudos e pesquisas	R\$ 5.130,00	R\$ 630,00		R\$ 630,00
			R\$ 765,00		R\$ 765,00
			R\$ 1.890,00		R\$ 1.890,00
			R\$ 1.485,00		R\$ 1.485,00
			R\$ 360,00		R\$ 360,00
	Passagens para o país	R\$ 58.110,69	R\$ 8.948,38	R\$ 49.162,31	R\$ 8.695,81
					R\$ 252,57
		R\$ 312,69	R\$ 312,69		R\$ 312,69
	Serviços técnicos profissionais	R\$ 7.600,00		R\$ 14.200,00	
		R\$ 6.600,00			
	Exposições, congressos e conferências	R\$ 6.380,00		R\$ 6.380,00	
	Serviços gráficos e editoriais	R\$ 31.610,00		R\$ 31.610,00	
	Diárias - civil	R\$ 714,50	R\$ 714,50		R\$ 714,50
Total		R\$ 189.380,18	R\$ 88.027,87	R\$ 101.352,31	R\$ 88.027,87

Tabela 10 – Detalhamento das despesas referentes ao Projeto de Extensão “Projeto de Restauração, Organização e Preservação de Documentos Históricos”, durante o exercício de 2015.

PI	Natureza da despesa detalhada	Despesas empenhadas (controle empenho)	Despesas liquidadas (controle empenho)	Despesas inscritas em RPNP (controle empenho)	Despesas pagas (controle empenho)
F0544G0100N	Bolsas de estudo no país	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	-	R\$ 8.000,00
M0401G2100N	Diárias no país	R\$ 5.412,70	R\$ 663,65	-	R\$ 663,65
			R\$ 646,70	-	R\$ 646,70
			R\$ 326,60	-	R\$ 326,60
			R\$ 840,65	-	R\$ 840,65
			R\$ 1.467,55	-	R\$ 1.467,55
			R\$ 1.467,55	-	R\$ 1.467,55
	Bolsas de estudo no país	R\$ 15.200,00	R\$ 15.200,00	-	R\$ 15.200,00
	Passagens para o	R\$ 2.766,00	R\$ 2.766,00	-	R\$ 2.766,00

	país				
	Diárias a colaboradores eventuais no país	R\$ 1.429,00	R\$ 714,50	-	R\$ 714,50
			R\$ 714,50	-	R\$ 714,50
Total		R\$ 32.807,70	R\$ 32.807,70	-	R\$ 32.807,70

Quadro 9 – Acompanhamento físico-financeiro da ação 4002, constante da Lei Orçamentária Anual – 2015.

Identificação da Ação						
Código	2032.4002.26441.0015 Tipo: Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Iniciativa	03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 - Tipo:					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria (x) Outros					
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.585.565,00	7.585.565,00	7.044.586,80	6.969.721,91	6.772.747,60	196.974,31	74.864,90
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício concedido			Unidade	3.000	3.000	1.360
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro de 2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	

Análise Situacional: Os recursos do Pnaes foram distribuídos em 4 (quatro) Pró-Reitorias na Universidade: Proges, Procce, Proen e Proppit. Seguem abaixo os fatores que dificultaram e os que contribuíram positivamente para a execução dessas ações.

Fatores que dificultaram a execução das ações:

- Na Procce, os recursos foram aplicados no Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex). Os principais fatores que dificultaram a execução das ações foram: a substituição ou exclusão de bolsistas antes do término da vigência das bolsas, em razão das dificuldades na execução dos planos de trabalho ou interesse em outras modalidades de bolsa, além de atrasos na entrega de relatórios parciais e finais pelos discentes.

- Na Proges, no que se refere ao Programa Auxílio Permanência, as dificuldades vivenciadas para a realização do trabalho foram de caráter operacional. Entre elas, a necessidade da implantação de um sistema informatizado da assistência estudantil; dificuldades de localização de endereços de discentes; identificação da real situação socioeconômica de acadêmicos oriundos de outras

localidades; omissão de informações, não cumprimento, pelos acadêmicos, de prazos fixados pela Pró-Reitoria; alegação de dificuldade de acesso por parte dos acadêmicos ao site oficial da Universidade para conhecimento dos comunicados e convocações dos mesmos.

- Na Proen, os recursos foram destinados aos Programas de Monitoria Acadêmica, Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional e Programa Incluir. No primeiro, houve dificuldade de caráter operacional, como demora no envio de projetos de monitoria por parte dos professores e servidores para homologação das bolsas; falta de sistema informatizado para emissão de cadastros e relatórios de gestão; greve de professores no período de 8 de junho a 26 de outubro. O Programa de Monitoria Acadêmica depende da orientação dos professores em sala de aula para que o projeto seja implementado. No segundo, Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional, houve dificuldade de caráter operacional, como a falta de sistema que dê suporte às ações realizadas. O edital de mobilidade adotou critérios considerados genéricos e a greve dos professores acima mencionada também impactou na execução desse projeto. No Programa Incluir, houve atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Congresso Nacional, que retardou o repasse dos recursos para a Ufopa. Além disso, houve as greves de técnicos e professores, dificuldades na cotação de preços dos produtos e processos com licitação deserta, em que nem um proponente interessado compareceu ou demonstrou interesse na licitação.

Fatores que contribuíram para a execução das ações:

- Para o Pibex, foi o cumprimento das obrigações pela maioria dos bolsistas beneficiados.

- Para o Programa Bolsa Permanência, o cumprimento de prazos por parte da Universidade foi determinante no pagamento dos auxílios estudantis; as análises de casos para identificar a real vulnerabilidade socioeconômica dos discentes que solicitam qualquer tipo de auxílio; melhoria na organização dos processos seletivos; melhoria na distribuição de auxílios; aumento no quantitativo de auxílios concedidos; participação da categoria estudantil na comissão dos processos seletivos.

- Para o Programa de Monitoria Acadêmica e Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional, o quantitativo do orçamento anual e a avaliação e seleção dos projetos de monitoria por meio da designação de Comissões de Monitoria foi significativo para o bom cumprimento da execução dessas ações.

- Para o Programa Incluir, houve apoio da Administração Superior em relação à acessibilidade no ensino superior na Ufopa, além de profissionais disponibilizados para trabalhar na execução das ações deste projeto.

Principais Resultados obtidos:

- Para o Pibex: Foram pagas 587 (quinhentas e oitenta e sete) bolsas Pibex no período de janeiro a dezembro/2015; apenas 2 (dois) bolsistas ainda não entregaram o relatório final de atividades, o que representa uma minoria diante da quantidade de bolsistas beneficiados com esse projeto; foi realizado o I Salão de Extensão da Ufopa, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2015, com apresentação dos bolsistas com trabalhos nas modalidades Pôster, Comunicação Oral ou mostra interativa, os quais foram avaliados e pontuados por docentes da Ufopa.

- Para o Programa Bolsa Permanência: Foram pagos 11.954 (onze mil novecentos e cinquenta e quatro) auxílios no período de janeiro a dezembro de 2015 com recursos do Pnaes para uma média mensal de 996 (novecentos e noventa e seis) alunos bolsistas; contribuição para a permanência dos estudantes beneficiados na Universidade; diminuição das taxas de evasão; incentivo aos discentes na participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão; monitoria dos estudantes com reprovação; aumento da procura pelos discentes beneficiados para acompanhamento pedagógico e psicossocial; dedicação integral aos estudos, visto que os alunos beneficiados não podem possuir vínculo empregatício.

- Para o Programa de Monitoria Acadêmica: Maior número de bolsas de monitoria; maior número de monitores bolsistas e voluntários; maior número de projetos por Instituto; maior número de turmas assistidas por monitores e melhoria nos índices de aprovação e diminuição de reprovação (resultado de dados apresentados nos relatórios finais de monitoria); publicação de trabalhos acadêmicos resultantes do desenvolvimento dos programas institucionais; produção de Relatos de

Experiências para publicação em livro; fortalecimento das relações de aprendizagem entre professor/orientador, monitores e estudantes da disciplina/laboratórios; fortalecimento do ensino na Ufopa; formação mais significativa para o monitor e monitorados.

- Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional: maior número de bolsas de mobilidade; maior número de projetos por Instituto; maior número de discentes participantes nos programas da Universidade; fortalecimento do ensino na Ufopa; ampliação do conhecimento científico, contribuindo para a formação acadêmica e profissional dos estudantes da Ufopa; contato dos discentes da Ufopa com diferentes ambientes acadêmicos e com as diversidades regionais, culturais e históricas do país; vivências acadêmicas dos estudantes da Ufopa em outras Instituições de Ensino Superior; qualificação dos processos de formação acadêmica e pessoal; experiências de intercâmbio com espaços para diálogos e socialização de pesquisas e estudos; compartilhamento de projetos de ensino, contribuindo para o enriquecimento teórico acerca do tema em questão.

- Para o Programa Incluir: aquisição de tecnologias assistivas; aquisição de recursos de informática acessível; aquisição de materiais para a locomoção de cadeirantes/ou de pessoas com mobilidade reduzida; aquisição do formulário contínuo em Braille para a produção do material didático em formato impresso acessível; participação e produção de eventos aprofundando as atuais discussões políticas e teóricas sobre acessibilidade na educação superior no Brasil.

Quadro 10 – Ação 0181, Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis – 2015.

Quadro 10 – Ação 0181, Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis – 2015.						
Identificação da Ação						
Código	0181 Tipo: atividade					
Título	Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis					
Objetivo	Informação indisponível			Código: Informação indisponível		
Programa	Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: atividade					
Unidade Orçamentária	26441					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual – 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
712.803,00	978.094,00	923.400,86	923.400,86	923.400,86	0	0
Execução Física da Ação						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
A meta prevista para pagamento de aposentadorias e pensões é estabelecida com base no número de servidores aposentados e ocorrências que gerem obrigações de pagamento de pensões.		Quantitativo de servidores		8	8,5	9
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro de 2015		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
0		0	0	0	0	0

Análise situacional: a concessão das aposentadorias e pensões é realizada em conformidade com a legislação, somente após análise da Auditoria Interna da Ufopa ou, na indisponibilidade desta, pela Procuradoria Federal da UJ. A meta financeira realizada esteve em desacordo com a meta programada, considerando que houve aposentadoria de uma servidora no exercício de 2015.

Quadro 11 – Ação 4572, Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.

Requalificação.						
Identificação da Ação						
Código	4572 Tipo: atividade					
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.					
Objetivo	Informação indisponível			Código: Informação indisponível		
Programa	Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: atividade					
Unidade Orçamentária	26441					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
800.000,00	612.640,00	530.569,57	435.839,57	435.039,57	-	94.730,00
Execução Física da Ação						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
A meta para capacitação prevista para o exercício de 2015 foi estabelecida por meio do número de servidores capacitados.			Quantitativo de servidores capacitados.	230	230	258
		Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro de 2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida		Realizada
0	0	0	0	0		0

Análise situacional: A demanda prevista foi inferior à realizada, uma vez que no decorrer da execução das metas previstas foram realizadas parcerias com outros órgãos, surgindo a necessidade de capacitar também servidores externos como contrapartida na referida parceria. A meta financeira não foi alcançada em razão da impossibilidade de atuação do facilitador, totalizando 7 (sete) cursos que seriam executados na própria instituição por meio da utilização de banco de talentos. As dificuldades enfrentadas para a execução de capacitações devem-se à insuficiência de recursos humanos e materiais.

Quadro 12 – Ação 2010, Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis.

Quadro 12 – Ação 2010, Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis						
Identificação da Ação						
Código	2010 Tipo: atividade					
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis					
Objetivo	Informação indisponível			Código: Informação indisponível		
Programa	Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: atividade					
Unidade Orçamentária	26441					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual – 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
124.084,00	145.084,00	143.489,80	143.489,80	143.489,80	0	0
Execução Física da Ação						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
A meta prevista para pagamento de assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores é estabelecida em relação ao quantitativo de servidores que recebem este benefício.			Quantitativo de servidores	180	162,5	162,5
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orcamentária e Financeira				Execução Física – Metas		

Valor em 1º de janeiro de 2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0	0	0	0

Análise situacional: A meta financeira prevista não foi suficiente para o pagamento de auxílio pré-escolar aos dependentes dos servidores. Por isso, mesmo com a redução do quantitativo de servidores beneficiados, foi obrigado realizar a solicitação de créditos suplementares para a manutenção desta ação.

Quadro 13 – Ação 2004, Assistência Médica e Odontológica aos servidores civis.

Quadro 18 – Ação 2004, Assistência Médica e Odontológica aos servidores civis

Identificação da Ação							
Código		2004 Tipo: atividade					
Título		Assistência Médica e Odontológica aos servidores civis					
Objetivo		Informação indisponível		Código: Informação indisponível			
Programa		Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: atividade					
Unidade Orçamentária		26441					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
874.426,00	964.426,00	914.683,16	914.683,16	914.683,16	0	0	
Execução Física da Ação							
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
A meta para assistência médica e odontológica é estabelecida em relação ao quantitativo de servidores que recebem este benefício, caracterizando-se ainda pela impossibilidade de programar, uma vez que é discricionário do servidor receber o benefício.			Quantitativo de servidores	337	349,9	349,9	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro de 2015		Valor Liquidado	Valor Cancelado		Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
0		0	0		0	0	0

Análise situacional: na Ufopa a concessão deste benefício não se dá sob a forma de contrato ou convênio e durante o exercício de 2015, esta UPC não possuiu convênio ou contrato com operadoras de planos de saúde. A manutenção da saúde física e mental dos servidores ativos e inativos da Ufopa se dá exclusivamente por meio do auxílio de caráter indenizatório para os titulares de planos de saúde por meio do ressarcimento. A meta prevista esteve abaixo da meta financeira realizada, uma vez que ao longo do exercício houve um aumento de 37 (servidores) servidores que passaram a fazer jus ao benefício, gerando assim a necessidade de solicitação de créditos suplementares para o custeio da ação.

Quadro 14 – Ação 2012, Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militar.

Identificação da Ação	
Código	2012 Tipo: atividade
Título	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militar
Objetivo	Informação indisponível Código: Informação indisponível
Programa	Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação
Unidade Orçamentária	26441

Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual – 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.207.565,00	4.277.56500	4.228.277,89	4.228.277,89	4.228.277,89	0	0
Execução Física da Ação						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
A meta prevista para auxílio alimentação é proporcional ao quantitativo de servidores no órgão, já que é um benefício concedido a todos os servidores.			Quantitativo de servidores	901	924,7	924,7
		Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro de 2015		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0		0	0	0	0	0

Análise situacional: O auxílio alimentação concedido em forma de pecúnia aos servidores da Ufopa, conforme a Lei nº 9.527/97, teve um aumento contínuo no exercício de 2015 em virtude do crescimento do quadro de servidores da U.J. Considerando que a meta realizada foi superior à meta prevista, houve dificuldades no pagamento deste benefício, sendo necessária a solicitação de créditos suplementares. Essa dificuldade foi gerada pela ocorrência de novas admissões ao longo do exercício financeiro.

Quadro 15 – Ação 2011, Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militar.

Quadro 15 – Ação 2011, Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militar.						
Identificação da Ação						
Código		2011 Tipo: atividade				
Título		Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militar				
Objetivo		Informação indisponível		Código: Informação indisponível		
Programa		Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				
		Código: 2109		Tipo: atividade		
Unidade Orçamentária		26441				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual – 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.021,00	31.021,00	20.139,88	20.139,88	20.139,88	0	0
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
A meta prevista para pagamento de auxílio-transporte aos servidores se caracteriza pela dificuldade em realizar uma programação adequada, uma vez que é discricionário aos servidores receber este benefício, considerando a necessidade de contrapartida.			Quantitativo de servidores	34	32,2	32,2
		Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro de 2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	0		0	0

Análise situacional: Os servidores da Ufopa recebem auxílio-transporte em forma de pecúnia, com objetivo de custear as despesas nos deslocamentos de suas residências para o local de

trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações; e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23/8/2001. Houve uma pequena diminuição da meta financeira realizada em relação à meta prevista. Considerando que o valor pago com auxílio transporte é influenciado pelo valor do vencimento básico do servidor, mesmo ocorrendo ampliação do quadro de servidores a despesa reduziu, isto ocorreu em razão das progressões realizadas pelos servidores na U.J.

Quadro 16 – Ação 00M1, Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade.

Identificação da Ação						
Código	00M1 Tipo: atividade					
Título	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
Iniciativa						
Objetivo	Informação indisponível			Código: Informação indisponível		
Programa	Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: atividade					
Unidade Orçamentária	26441					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual – 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.204,00	41.204,00	23.889,74	23.889,74	23.889,74	0	0
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
A meta prevista para o pagamento de auxílio-funeral e natalidade é caracterizada pela dificuldade em realizar a previsão próxima da realizada, já que é influenciada pelo planejamento familiar, o qual não é compartilhado com a U.J.			Quantitativo de servidores	2	6	6
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro de 2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

Análise situacional: Houve uma alteração considerável entre a meta prevista e a meta realizada, considerando a dificuldade que existe para planejar corretamente esta ação, já que o benefício é pago aos servidores em razão do nascimento de filhos.

Quadro 17 – Ação 09HB, Contribuição da União, de suas autarquias e fundações.

Identificação da Ação						
Código		09HB Tipo: atividade				
Título		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações				
Iniciativa						
Objetivo		Informação indisponível		Código: Informação indisponível		
Programa		Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: atividade				
Unidade Orçamentária		26441				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual – 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.543.818,00	13.873.166,00	13.873.166,00	13.843.853,50	12.750.395,39	1.093.458,11	
Execução Física da Ação						

Descrição da Meta			Unidade de Medida	Metas		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
A meta para contribuições da União é diretamente influenciada pelo quantitativo de servidores, uma vez que esta é uma obrigação a todos imposta.			Quantitativo de servidores	898	922	922
	Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro de 2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

Análise situacional: Houve alteração na meta física para esta ação; no entanto, não houve mudanças em relação à meta financeira prevista e realizada, uma vez que nesta ação se consegue prever com maior grau de acertos, já que todos os servidores são beneficiados, possuindo um índice padrão para a efetivação do pagamento.

Quadro 18 – Ação 20TP, Pagamento de pessoal ativo da União.

Identificação da Ação						
Código		20TP Tipo: atividade				
Título		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Objetivo		Informação indisponível		Código: Informação indisponível		
Programa		Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: atividade				
Unidade Orçamentária		26441				
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual – 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
91.580.614,00	78.980.614,00	74.511.600,83	74.511.600,83	74.511.600,83	0	0
Execução Física da Ação						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
A meta para pagamento de pessoal ativo da União é prevista considerando o quantitativo de servidores a serem admitidos, bem como o cargo ao qual pertence, uma vez que esses fatores influenciam nos valores a serem pagos a título de remuneração.			Quantitativo de servidores	898	922	922
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro de 2015		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0		0	0	0	0	0

Análise situacional: O pagamento dos servidores ativos da U.J é concedido em conformidade com a legislação. A meta financeira realizada para esta ação esteve abaixo da prevista, considerando a necessidade de cortes nos recursos realizados no exercício de 2015, impactando na execução da meta física abaixo da meta programada. Embora tenha ocorrido nomeações, foram realizadas aquém do número desejado.

Quadro 19 – Ação 8282, Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior.

Identificação da Ação						
Código	2032.8282.26441.0015		Tipo:			
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código:		Tipo:			
Unidade Orçamentária	26441 – Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa					
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.289.921,00	6.289.921,00					
Execução Física da Ação						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
		-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro de	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Análise situacional: Os recursos de investimento da instituição previstos para serem aplicados no exercício estavam distribuídos em duas ações orçamentárias: 11G0 e 8282. Os créditos alocados na ação em análise estavam programados para serem aplicados integralmente em despesas de capital. Todavia, o contingenciamento nas cotas de limite impediu a execução orçamentária na referida ação.

Quadro 20 – Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa

Identificação da Ação						
Código	2032.11G0.26441.0015		Tipo:			
Título	Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa					
Iniciativa	03GD – Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da rede federal de educação superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão, visando à qualidade e garantindo condições de acessibilidade.					
Objetivo	0841 – Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.					
Programa	Educação Superior – Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão Código: 2032					

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro de 2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Análise situacional: Os recursos previstos na ação estavam canalizados para as despesas de custeio e capital prevendo a consolidação da implantação da Universidade. Foram celebrados diversos contratos para manutenção do funcionamento da sede e dos Campi, locação de imóveis necessários para comportar as unidades acadêmicas e administrativas, assim como salas de aula para funcionamento dos cursos de graduação. A greve dos técnicos administrativos e o contingenciamento do orçamento, tanto em custeio (10%) quanto em capital (50%), dificultaram a execução total da ação, impedindo que a meta física fosse alcançada. Aliado a esses dois fatores, mencionamos também a dificuldade na contratação de empresas para execução das obras, bem como a dificuldade em manter os contratos de obras em andamento.

Quadro 21 – Ação 20RK, funcionamento de instituições federais de ensino superior.

Quadro 21 - Ação 20RK, funcionamento de instituições federais de ensino superior.						
Identificação da Ação						
Código		20RK			Tipo: Programa/Projeto	
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino e pesquisa Código:				
Unidade Orçamentária		26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.166.758,00	5.394.118,00	4.078.537,05	2.590.384,13	2.952.580,87	-	1.488.152,92
Execução Física da Ação						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
			-			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro de 2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
		-				

Análise situacional: Com os créditos orçamentários alocados na referida ação foi possível complementar o pagamento de despesas necessárias ao funcionamento e manutenção da instituição, através da contratação de serviços terceirizados de limpeza, conservação e outros que envolveram mão de obra especializada, bem como com a locação de imóveis e serviços de publicidade legal. O contingenciamento nos limites orçamentários dificultou a execução integral dos valores e impediu que a meta física inicial fosse atingida

Quadro 22 – Ação 20RJ, Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica

Identificação da Ação		
Código	20RJ	Tipo: Programa/Projeto
Título	Ação 29 RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	
Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para	

	professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.					
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Código: 0597					
Programa	Código: 2030 – Educação Básica					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.901.915,00	1.901.915,00	91.182,27	91.182,27	819.055,43	-	-
Execução Física da Ação						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
			-			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro de 2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
		-				

Análise situacional: A formação de docentes que fazem parte do PNAIC, a melhoria nas práticas docentes, a elaboração de materiais didáticos e a integração dos participantes através dos seminários foram fatores que contribuíram para a execução e para os resultados da ação. A falta de técnicos específicos para atuar no acompanhamento da meta, a greve dos técnicos administrativos em educação e a burocracia da Universidade para execução/descentralização dos recursos para a Fundação de Apoio foram os principais motivos que dificultaram a ação e consequentemente impactando no resultado.

Quadro 23 – Ação 00OL, Contribuições e anuidade a organismos e entidades nacionais.

Quadro 25 - Ação 0002, Contribuições e Anuidade a Organismos e Entidades Nacionais.						
Identificação da Ação						
Código		00OL			Tipo: Programa/Projeto	
Título		Contribuições e Anuidade a Organismos e Entidades Nacionais				
Programa		Código:				
Unidade Orçamentária		26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
45.000,00	5.000,00	4.528,95	4.528,95	4.528,95	-	-
Execução Física da Ação						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
			-			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro de 2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
		-				

2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Como fator interveniente ocorrido na Ufopa, destaca-se o repasse de recurso de financeiro de modo insuficiente no decorrer do exercício de 2015. Com o repasse ocorrendo apenas uma vez por mês, que muitas vezes não atendiam à totalidade das obrigações a pagar, prejudicou o andamento de serviços continuados prestados por empresas terceirizadas, como a empresa de segurança, de limpeza, de motoristas, entre outros, assim como afetou também algumas obras em andamento, ocasionando atrasos no cronograma e deixando essas prestadoras de serviços em situação de fragilidade financeira, por não conseguirem cumprir suas obrigações fiscais e trabalhistas em tempo hábil. Muitas vezes ficava com certidões negativas, o que ocasionavam mais atrasos para o pagamento da despesa.

2.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência no exercício de 2015.

2.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 11 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de inscrição	Montante em 1º/1/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2013	R\$ 64.395,71	R\$ 64.395,71	R\$ -	R\$ -
Restos a Pagar não Processados				
Ano de inscrição	Montante em 1º/1/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	R\$ 17.027.310,38	R\$ 7.493.604,31	R\$ 2.190.305,14	R\$ 7.343.400,93
2013	R\$ 4.111.900,07	R\$ 1.204.705,60	R\$ 335.685,69	R\$ 2.571.508,78
2012	R\$ 8.567.907,39	R\$ 2.587.902,66	R\$ 514.164,32	R\$ 5.465.840,41
2011	R\$ 3.845.119,16	R\$ 160.686,90	R\$ 2.847.981,90	R\$ 836.450,36

Fonte: Proad.

Análise crítica: Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar não processados representam um montante de R\$ 33.552.237,00 no início do exercício de 2015. O valor correspondente ao exercício de 2014 representa aproximadamente 51% do montante total. É necessária a permanência dos valores inscritos em restos a pagar, pois eles atendem a diversas despesas, como obras que estão em andamento (Ex.: Prédio dos Institutos), aquisições de livros para as bibliotecas, equipamentos laboratoriais, equipamentos de informática, reformas e manutenções prediais e espaço, aquisição de imobiliários, despesas com serviços de vigilância e aluguéis de prédios que atendem aos setores administrativos e salas de aula.

No decorrer do exercício de 2015, foi cancelado R\$ 5.888.137,05 referente ao saldo de empenhos de contratos que findaram durante o ano. Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar estão todos vigentes, de acordo com o que foi estabelecido pelo MEC, que ampara a prorrogação da vigência dos empenhos atualmente inscritos em restos a pagar. No final do exercício de 2015, encerramos o ano com um montante de R\$ 16.217.200,48, e o exercício de 2014 corresponde aproximadamente a 45% dos valores inscritos.

2.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

A Ufopa não firmou convênios, contratos de repasse e termo de compromisso que causassem impacto financeiro no exercício 2015, somente Termos de Execução Descentralizada (TED). Estes se encontram em plena vigência.

2.3.6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A Ufopa possui a coordenação de prestação de contas (CPC) vinculada à diretoria de finanças e contabilidade (DFC) da Proad, essa coordenação é responsável pela análise; controle; elaboração de demonstrativos; acompanhamento da execução dos recursos descentralizados quanto ao crédito disponível; liquidação e pagamento das despesas; analisar a prestação de contas com emissão de relatório e parecer quanto à boa e regular aplicação dos recursos; encaminhar ao órgão descentralizador do recurso a Prestação de Contas parcial e final após análise, dos recursos que chegam para que se possam executar projetos que envolvem políticas públicas da área educacional, de assistência estudantil, aquisição de equipamentos, fomento à pesquisa e demais atribuições correlatas. Com objetivo de padronizar controles e prestação de contas a Ufopa vem instituindo normas internas como a Resolução nº141 de 29.12.2015, que normatiza a relação da Instituição com Fundações de Apoio.

No momento a coordenação conta com duas servidoras. A administração da Ufopa está trabalhando no sentido de reestruturar a área com mais servidores para atender de forma adequada as necessidades desta UPC.

2.3.7 Informações sobre a realização das receitas

O orçamento da Ufopa para o ano de 2015 foi composto por recursos repassados pelo Ministério da Educação, previstos na Lei Orçamentária Anual, para atender a suas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimento (Grupos de Despesas) e Recursos Próprios.

Em relação ao primeiro grupo, foi orçado o valor de R\$ 105.837.235,00 (cento e cinco milhões, oitocentos e trinta e sete mil, e duzentos e trinta e cinco mil reais), para o segundo a importância de R\$ 41.560.164,00 (quarenta e um milhões, quinhentos e sessenta mil, e cento e sessenta e quatro mil reais) e o último R\$ 31.841.624,00 (trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e um mil e seiscentos e vinte e quatro reais).

Quanto às Receitas Próprias, na fonte 250, foram previstos R\$ 2.068.769,00 (dois milhões, sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove mil reais) e na fonte 280 R\$ 8.146,00 (oito mil, cento e quarenta e seis), dos quais foram arrecadados, respectivamente, R\$ 2.314.320,60 (dois milhões, trezentos e quatorze mil, trezentos e vinte reais e sessenta centavos) e R\$ 409.613,91 (quatrocentos e nove mil, seiscentos e treze reais e noventa e um centavos).

2.3.8 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 24 – Despesas por modalidade de contratação.

Unidade orçamentária: Universidade Federal do Oeste do Pará			Código UO: 26441	UGO: 26441
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	R\$ 11.310.183,96	R\$ 12.679.806,66	R\$ 10.336.372,25	R\$ 12.679.806,66
b) Tomada de Preços	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
c) Concorrência	R\$ -	R\$ 4.013.237,04	R\$ -	R\$ 4.013.237,04
d) Pregão	R\$ 11.310.183,96	R\$ 8.666.569,62	R\$ 10.336.372,25	R\$ 8.666.569,62
e) Concurso	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
f) Consulta	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2. Contratações Diretas (h+i)	R\$ 8.605.957,69	R\$ 5.123.012,75	R\$ 8.237.273,87	R\$ 5.123.012,75
h) Dispensa	R\$ 8.332.140,61	R\$ 4.897.126,64	R\$ 7.980.756,79	R\$ 4.897.126,64
i) Inexigibilidade	R\$ 273.817,08	R\$ 225.886,11	R\$ 256.517,08	R\$ 225.886,11
3. Regime de Execução Especial	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
j) Suprimento de Fundos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	R\$ 96.076.962,79	R\$ 73.803.382,46	R\$ 94.983.504,68	R\$ 73.803.382,46
k) Pagamento em Folha	R\$ 95.155.587,65	R\$ 72.871.543,87	R\$ 94.062.129,54	R\$ 72.871.543,87
l) Diárias	R\$ 921.375,14	R\$ 931.838,59	R\$ 921.375,14	R\$ 931.838,59
5. Outros	R\$ 9.412.680,65	R\$ 8.924.740,18	R\$ 8.541.492,02	R\$ 8.924.740,18
6. Total (1+2+3+4+5)	R\$ 125.405.785,09	R\$ 100.530.942,05	R\$ 122.098.642,82	R\$ 100.530.942,05

Fonte: Proad.

Quadro 25 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade orçamentária: Universidade Federal do Oeste do Pará					Código UO: 26441		UGO: 26441	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada em R\$		Liquidada em R\$		RP não Processados em R\$		Valores Pagos em R\$	
DESPESAS DE PESSOAL	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	72.969.734,59	54.874.307,37	72.969.734,59	54.874.307,37			2.969.734,59	54.874.307,37
Obrigações patronais	13.882.357,50	10.852.780,77	13.855.045,00	10.852.780,77			12.761.586,89	10.852.780,77
Contratação por tempo determinado - pes.civil	1.086.729,18	1.083.079,05	1.086.729,18	1.083.079,05			1.086.729,18	1.083.079,05
Demais elementos do grupo	1.367.346,42	1.083.079,05	1.367.346,42	1.009.738,92			1.367.346,42	1.009.738,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
Outros serviços de terceiros PJ - op.int.orc.	14.036.906,78	7.969.325,00	9.736.788,53	6.630.346,98	4.030.955,86	1.338.978,02	9.504.434,49	6.630.346,98
Locação de mão de obra	9.002.777,11	7.165.147,27	7.821.368,28	6.146.871,54	1.087.714,80	1.018.275,73	7.801.774,60	6.146.871,54
Auxílio financeiro a estudantes	8.027.745,30	8.144.085,12	7.997.745,30	7.568.832,43	575.252,69	575.252,69	7.141.545,30	7.568.832,43
Demais elementos do grupo	10.552.586,52	8.570.893,90	9.559.563,66	8.031.173,35	664.084,67	539.720,55	9.414.922,22	8.031.173,35
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de despesa	Empenhada em R\$		Liquidada em R\$		RP não Processados em R\$		Valores Pagos em R\$	
INVESTIMENTOS	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Obras e instalações	11.968.050,12	13.445.874,82	-	4.013.237,04	9.432.637,78	9.432.637,78	-	4.013.237,04
Equipamentos e material permanente	4.086.867,88	1.557.239,18	1.011.252,13	320.574,60	1.236.664,58	1.236.664,58	50.357,13	320.574,60
Outros serviços de terceiros PJ - op.int.orc.	49.212,00	-	212,00	-	-		212,00	-

Fonte: Proad.

Análise Crítica: Analisando os quadros referentes à execução da despesa por modalidade de licitação e por grupo e elemento de despesa, identificamos que houve um aumento de aproximadamente 60% nas contratações diretas (dispensa e inexigibilidade) em relação ao exercício de 2014. Isso ocorreu em razão dos contratos celebrados para atender a despesas com aluguéis de prédios para salas de aula, administração e almoxarifado, assim como contratos de publicação legal, fornecimento de energia elétrica, convênio com a FGV referente ao curso de pós-graduação para os servidores e demais cursos de capacitação pela Abop, Esaf e outras empresas de capacitação profissional. As principais dificuldades encontradas para a execução do orçamento da Ufopa foram principalmente relacionadas ao quantitativo de pessoal e ao fato de que nas licitações realizadas muitas empresas não conseguiam se enquadrar nos requisitos mínimos estabelecidos em edital. Muitas se encontravam com pendências relacionadas a débitos na Receita Federal, INSS e/ou FGTS, fazendo com que ocorresse um atraso nas licitações abertas e consequentemente na execução do orçamento.

2.3.9 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não houve ocorrência no exercício 2015.

2.4 Desempenho operacional

A avaliação dos objetivos estratégicos definidos no PDI 2012-2016 é feito por meio de indicadores estratégicos. Esses indicadores estratégicos foram criados para medir o alcance de metas estratégicas estimadas para cada exercício de vigência do PDI. Cada meta estratégica ficou sob a responsabilidade das Unidades da Ufopa. Assim, o desempenho dessas ações reflete diretamente no alcance do objetivo estratégico. O desempenho no exercício de 2015 é demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 26 – Resultado dos indicadores no exercício 2015.

INDICADOR	Meta para 2015	Resultado Alcançado
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	30%	16,72%
Conceito de avaliação do Inep para instalações físicas e equipamentos	3,2	3,4
Índice da comunicação (internet, blogs, revista eletrônica e outras)	2,7	2,7
Índice de ações que promovem a saúde e a qualidade de vida do servidor	8	5
Índice de alunos com bolsas de iniciação científica	11,30%	2,92%
Índice de atividades de divulgação e marketing da Instituição	3500	2824
Índice de bloqueio institucional	94%	0%
Índice de discentes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil	34%	30%
Índice de discentes atendidos pelo Programa de Bolsa de Língua Estrangeira (Bolei)	6%	2,50%
Índice de disponibilidade da rede local	95%	97,8
Índice de disponibilidade de equipamentos	80%	41%
Índice de disponibilidade de serviços	98%	95,84%
Índice de disponibilidade do sítio e de internet	95%	95,70%
Índice de diversidade cultural em número de vagas	50%	57,15%
Índice de execução de orçamento para os projetos estratégicos	100%	84,56%
Índice de execução de projetos de infraestrutura	60%	47%
Índice de execução do orçamento com capacitação	60%	71%
Índice de execução dos projetos estratégicos	50%	30%
Índice de fixação de docentes	96%	97%

Índice de fixação de técnicos administrativos	96%	92%
Índice de ingresso por processos seletivos especiais	50%	57,15
Índice de inserção no mercado de trabalho (número de titulados)	220	170
Índice de inserção no mercado de trabalho (Unidade Acadêmica)	220	170
Índice de instalações acadêmicas com diversidade de recursos tecnológicos	70%	72%
Índice de participação dos discentes em modalidades esportivas	22%	29%
Índice de participação em ações de valorização	72%	76,50%
Índice de projetos de integração com a sociedade	15	71
Índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais	82	104
Índice de projetos de pesquisas registrados na área de Inovação e Tecnologia	10%	10,86%
Índice de projetos em parceria com empresas	2	11
Índice de projetos realizados de ensino, pesquisa e extensão voltados à diversidade cultural	18%	15,09%
Índice de publicações distribuídos pelo Qualis com foco interdisciplinar	110	não contabilizado
Índice de realização de atividades de capacitação tecnológica para servidores	8	0
Índice de satisfação da comunidade acadêmica	75%	0%
Índice de vagas preenchidas por editais de concursos públicos	95%	0%
Índice do alcance de metas estratégicas	70%	54,10%
Montante de recursos captados por meio de projetos cooperativos	R\$ 500.000,00	R\$ 320.000,00
Número de ações para sensibilização e mobilização socioambiental	11	11
Número de ações que promovem a interação com a educação básica	7	26
Número de ações realizadas para a valorização cultural	40	92
Número de ações voltadas para a discussão de temas regionais	8	13
Número de bolsas para alunos da educação básica (iniciação científica)	150	150
Número de bolsas para docentes que envolvem a educação básica	20	20746
Número de cursos de pós-graduação	8	8
Número de profissionais qualificados em programas para graduação que envolve a educação básica	380	443
Número de profissionais qualificados para a pós-graduação que envolve a educação básica	500	545
Número de projetos de pesquisa cadastrados	160	156
Número de publicações com relevância social	40	não contabilizado
Número de publicações da Instituição	180	311
Número de publicações nas áreas científica e tecnológica	160	não contabilizado
Número de PVNS, PNPD, DCR, PDJ-Capes e Pesquisador Visitante contratado (PV)	7	7
Número de registros de licenciamentos concedidos (inovação tecnológica)	1	1
Número de termos de cooperação e aditivos estabelecidos com organismos nacionais e internacionais	26	30
Número de vagas por curso na graduação	37	49
Número de vagas por curso na pós-graduação <i>lato sensu</i>	30	324
Número de vagas por curso na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	15	19
Número dos cursos de graduação da área interdisciplinar	6	4
Número dos cursos de pós-graduação da área interdisciplinar	2	2
Taxa de Sucesso na Graduação por Unidade Acadêmica (TSGUA)	30%	12,36%
Índice de qualificação do corpo docente	4,5	3,95
Índice de qualificação do corpo técnico-administrativo	1,4	1,4

Fonte: Proplan.

Destacam-se as principais dificuldades enfrentadas pela Ufopa na consecução de seus objetivos estratégicos, tais como o quadro de pessoal, infraestrutura inadequada, com poucos espaços para execução de tarefas dos servidores e até a falta de contrato para alguns serviços, como o de TI, o que dificulta a execução das atividades voltadas a determinadas ações estratégicas. Já nas metas de infraestrutura, a dificuldade em atingi-las se deu por conta de reformulação de projetos, logística local. Por exemplo, no caso das obras na cidade de Juruti, escassez de mão de obra, além de adversidades climáticas e falta de capacitação para o fiscal da obra e atraso nas licitações. Com relação aos cursos de capacitação para os servidores da Ufopa, algumas metas não foram atingidas por causa, por exemplo, da baixa procura pelos cursos oferecidos por uma das categorias de servidores. Isso se aplica também à participação em eventos que tratam da saúde do servidor, promovidos com intuito de orientação, prevenção e na oferta de serviços básicos, tais como medição de glicemia e aferição de pressão.

2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

A Ufopa, em nível operacional, ainda não estabeleceu formalmente a medição de desempenho por indicadores, mas a nível estratégico possui os indicadores presentes no seu PDI, estes medem os objetivos estabelecidos para o período e se eles foram alcançados (quadro 5).

Para nível operacional, algumas Unidades fazem o acompanhamento por indicadores, porém, estes indicadores não se encontram ligados a nenhum plano, são realizados para verificar a eficiência do trabalho desenvolvido no exercício para uma possível correção nos processos.

A Progep, por exemplo, utiliza indicadores para medir a taxa de rotatividade e o índice de absenteísmos na Ufopa. A taxa de rotatividade que mede a relação entre admissões e demissões, teve resultado de 8% para servidores técnico-administrativos e de 3% para servidores docentes, já a taxa de absenteísmos que mede as ausências no trabalho, foi calculada em função da greve e também em função de afastamentos e impedimentos legais, os resultados foram 10,94% e 23,5% respectivamente (esses indicadores são tratados no capítulo 6, subcapítulo 6.1 deste relatório).

A Proen utiliza como indicadores o índice de ingresso que visa medir a inserção de aluno nos cursos de graduação em seu processo seletivo especial, para o exercício o resultado foi de 57,15%, 7% a mais do estabelecido para o ano de 2015, este indicador também é estratégico, pois ele mede o objetivo de ampliação das oportunidades educacionais. Também é medido o índice de ocupação de vaga novas, medido pela divisão dos alunos ingressantes com o número de vagas ofertadas no processo seletivo do exercício e multiplicado por 100, temos o seguinte resultado, 79,9% de ocupação das vagas novas em 2015.

Para o desempenho orçamentário é utilizado o indicador índice de execução orçamentária, que mede o que foi planejado pela Proplan e o que foi executado pela Proad. Em 2015, esse indicador obteve o resultado de 89,6%, ele é a razão entre valor executado no exercício pelo valor geral do orçamento e multiplicado por 100.

A Ufopa vem trabalhando para estabelecer critérios e indicadores de medição de suas ações tanto estratégica quanto operacional, em 2016, será elaborado seu novo plano estratégico e partir da nova elaboração poderão surgir tanto indicadores a nível estratégico quanto a nível operacional, e estes estarão incluídos no seu planejamento.

2.5.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 27 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente sem HU	28.801.166,96	105.318.103,40	82.780.368,61	68.303.559,12	44.117.544,65
Número de Professores Equivalentes	326	401	274,50	262,50	218,00

Número de Funcionários Equivalentes sem HU	532	492,25	309,25	303,00	232,25
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	3904,5	3400	2.995,00	3.054,50	2.263,00
Total de Alunos na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	127	174	103,00	69,00	29,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	2081,19	1843,73	4.080,52	3.305,44	2.994,13
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	2050,62	1259,67	2.305,14	1.684,40	2.082,95
Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI)	254	348	206,00	138,00	58,00

Os indicadores Custo Corrente com HU, Número de Funcionários Equivalentes com HU, Alunos de Residência Médica (AR) e Número de Alunos de Residência não aparecem no quadro porque a Ufopa não possui hospital universitário. Assim, o resultado dos indicadores que utilizam as despesas com HU são os mesmo resultados dos indicadores sem essas despesas. Dessa forma, o Custo Corrente sem HU tem o mesmo valor do indicador Custo Corrente com HU e Número de Funcionários Equivalentes com HU tem o mesmo valor do indicador Número de Funcionários Equivalentes sem HU.

Quadro 28 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU/Aluno Equivalente	12.333,57	48.052,39	19.311,81	19.835,85	14.454,67
Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente	12.333,57	48.052,39	19.311,81	19.835,85	14.454,67
Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente	7,07	4,01	9,15	6,94	9,82
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HU	4,33	3,27	8,12	6,64	9,22
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HU	4,33	3,27	8,12	6,64	9,22
Funcionário Equivalente com HU/Professor Equivalente	1,63	1,23	1,13	1,15	1,06
Funcionário Equivalente sem HU/Professor Equivalente	1,63	1,23	1,13	1,15	1,06
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,53	0,37	0,77	0,55	0,94
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,03	0,05	0,03	0,02	0,01
Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação	3,4	3,2	3,25	3,00	3,00
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,04	3,72	4,03	3,94	3,73
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	3,98	12,89	19,72	18,84	28,66

Custo Corrente/Aluno Equivalente. Esse indicador é medido com e sem HU. Para a Ufopa, que não possui HU, a análise é feita **no Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente**. Esse indicador revela que a Ufopa continua investindo no custeamento de melhores condições de infraestrutura, ampliação de oferta de vagas no ensino público numa dinâmica positiva para a região oeste do Pará, pois a Universidade entrega serviços almejados pela sociedade, que são a entrada no ensino superior por meio de seus cursos, oferecendo oportunidades de pesquisa e extensão à comunidade.

No indicador **Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente**, que mede o número médio de alunos atendidos por professor, se compararmos 2014 a 2015, houve uma crescimento no indicador. Isso se deu por conta do ingresso de novos alunos nesta Ifes e da saída de docentes para a qualificação. No exercício de 2015, há o registro de 65 docentes afastados ou cedidos, mas o indicador ainda continua dentro do aceitável, pois nos revela que há corpo docente para o

atendimento dos alunos da Ufopa.

Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente. Indicador de eficiência que mede a quantidade de alunos atendidos por técnico administrativo. Esse indicador deve ser apurado com e sem as despesas correntes dos hospitais universitários. No caso da Ufopa, esse indicador é calculado sem o HU. Analisando os dois últimos anos, esse indicador sofreu uma redução de 1,06 em razão de o ingresso de novos alunos na Ufopa ser maior do que o ingresso de servidores técnicos administrativos e pela saída de servidores desta categoria para qualificação.

Funcionário Equivalente/Professor Equivalente. A apuração deste indicador de eficiência dá-se com e sem HU, relaciona a quantidade de servidores técnicos administrativos vinculados à Universidade. Para a Ufopa, que não possui HU, este indicador é calculado sem HU. Se comparados os dois últimos anos, esse indicador teve um aumento não expressivo e, analisando a série histórica, parece sugerir que o quadro de servidores técnicos administrativos é proporcional ao número de docentes.

Grau de Participação Estudantil (GPE). Indicador que expressa o grau de utilização da capacidade instalada na Instituição pelo alunado e a velocidade de integralização curricular. É obtido pela razão entre número de alunos em tempo integral e o número total de alunos matriculados na graduação. Esse indicador, ao longo da série histórica, vem diminuindo, mas isso se explica pelo fato de que o número de alunos que ingressam na Ufopa é maior do que o número de alunos que são diplomados. A Ufopa possui apenas 5 anos de existência e ainda não formou turmas dos seus cursos de graduação, que, em média, possuem duração padrão de 4,5 anos a 5,5 anos.

Grau de Envolvimento Discente com a Pós-graduação (GEPG). Expressa a relação entre o número de alunos matriculados na pós-graduação com o total de alunos matriculados. Este item teve uma redução de 0,02 em razão da implantação de novos cursos de pós-graduação na Instituição, explicado pelo aumento na expansão dos cursos de graduação em relação ao da pós-graduação.

Conceito Capes/MEC para a pós-graduação. Indica a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela Capes. Este indicador aumentou 0,2 em relação ao ano anterior, em razão da oferta de mais dois cursos de doutorado. Porém, o aumento desse indicador não é expressivo e ainda nos permite afirmar que, em 5 anos de existência, a Ufopa ofertará no próximo exercício até 8 (oito) cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que funcionam com conceitos positivos na avaliação feita pela Capes.

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD). Indicador que mensura a qualidade do corpo docente. Esse índice pode chegar ao máximo de 5, quando todos os docentes da Ifes são doutores. Nesse indicador, se comparado ao ano anterior, houve um aumento de 0,32 devido ao aumento no quadro de docentes com títulos de mestres e a redução de um exercício para outro nos demais títulos, principalmente especialistas.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG). Este índice é obtido pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes. Se comparado na série histórica, esse indicador teve redução. Isso se deve ao fato de a Ufopa ter mais alunos ingressantes do que diplomados, o que é explicado pelo fato de que existe apenas há 5 anos e seus cursos de graduação possuem em média 4,5 a 5 anos. Atualmente, a Ufopa forma apenas alunos dos 7 cursos herdados dos campi da UFPA e da Ufra que funcionavam na cidade de Santarém-PA, sede da Ufopa, e que foram incorporados a esta Ifes, de acordo com sua lei de criação (Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009).

2.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

A Ufopa firmou Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 2799/2015, referente ao Programa de Pós-Graduação (Proap) 2015, com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa dos programas de pós-graduação relacionadas aos estudos e produção de dissertação e tese e a manutenção e desenvolvimento dos programas de pós-graduação *strictu sensu*, no valor acordado de R\$

187.780,00, mas o valor efetivamente recebido foi de R\$ 55.945,00, tendo sido devolvido pelo encerramento do exercício R\$ 5.814,15, ficando em definitivo na Universidade R\$ 50.130,85.

Houve também o Contrato nº 2015/245, no valor de R\$ 187.235,00, firmado entre Banco da Amazônia, Ufopa e Fadesp, período de vigência: 15/10/2015 a 31/05/2018, cujo objeto é o apoio financeiro para o desenvolvimento de dois projetos de pesquisa selecionados pelo Edital de Pesquisa do Banco da Amazônia – Edição de 2015:

Projeto I – “Manejo sustentável de mandioca em áreas com podridão de raízes”

Projeto II – “Avaliação físico-química e atividades farmacológicas de óleos de *copaíferas* spp como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar nas comunidades da Flona do Tapajós - PA”. Ressalta-se que os projetos acima citados ainda não tiveram sua execução iniciada.

3 GOVERNANÇA

3.1 Descrição das estruturas de governança

Conforme o art.10 de seu Estatuto, a Ufopa organiza-se em:

- I - Conselhos Superiores;
- II - Reitoria;
- III - Pró-Reitorias;
- IV - Unidades Acadêmicas e Câmpus;
- V - Órgãos Suplementares.

A administração da Ufopa se dá por meio de seus órgãos colegiados superiores deliberativos e de seus órgãos executivos. Os órgãos colegiados superiores deliberativos da Ufopa são: o Conselho Universitário (Consun); o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe); e o Conselho Superior de Administração (Consad). Os órgãos executivos são aqueles que integram a Reitoria: Reitoria; Pró-Reitorias; Ouvidoria; Órgãos Suplementares.

O **Consun** é o órgão máximo de consulta e deliberação da Ufopa e sua última instância recursal. A ele compete:

- aprovar e/ou modificar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade, resoluções e regimentos específicos das Unidades Acadêmicas e dos Câmpus; organizar o processo eleitoral para os cargos de Reitor e Vice-Reitor, nos termos das normas previstas no Estatuto da Universidade, no Regimento Geral e no Regimento Eleitoral; criar, desmembrar, fundir e extinguir Órgãos e Unidades da Ufopa; aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional, supervisionar e avaliar a sua implementação; autorizar o credenciamento, o descredenciamento e o recredenciamento de Fundação de Apoio, bem como aprovar o relatório anual de suas atividades e recursos; propor, motivadamente, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, a destituição do Reitor e/ou do Vice-Reitor; estabelecer normas para eleição aos cargos de dirigentes universitários, em conformidade com a legislação vigente e com o Regimento Geral; assistir aos atos de transmissão de cargos da Administração Superior, bem como à Aula Magna do período letivo; julgar proposta de destituição de dirigentes de qualquer unidade ou órgão da Instituição, oriunda do órgão colegiado competente e de acordo com a legislação pertinente; julgar os recursos interpostos contra decisões do Consepe e do Consad; apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio Consun; julgar e conceder o título de Doutor *Honoris Causa* e demais títulos acadêmicos, conforme parecer circunstanciado do Consepe; definir a composição e o funcionamento de suas Câmaras e Comissões; apreciar o Plano de Gestão Orçamentária, bem como a prestação de contas anual da Universidade, considerando o parecer emitido pelo Consad; avaliar, aprovar e acompanhar a política geral, o planejamento e a execução orçamentária global da Universidade, ressalvadas as competências administrativas dos demais Conselhos Superiores Deliberativos; decidir sobre matéria omissa no Estatuto da Universidade e no Regimento Geral.

O **Consepe** é o órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria acadêmica. Ao Consepe compete: aprovar as diretrizes, os planos, os programas e os projetos de caráter didático-pedagógico, culturais e científicos e de assistência estudantil e seus respectivos desdobramentos técnicos e administrativos; fixar normas complementares às do Estatuto da Universidade e do Regimento Geral em matéria de sua competência; deliberar sobre criação, extinção, fusão e desmembramentos de cursos e Programas de Graduação e Pós-Graduação propostas pelas Unidades Acadêmicas, referendadas pelos seus respectivos Conselhos; deliberar sobre a participação da Universidade em programas de iniciativa própria ou alheia que importem cooperação didática, cultural, científica e tecnológica com entidades locais, nacionais e internacionais; deliberar originariamente ou em grau de recurso sobre qualquer matéria de sua competência, inclusive as não previstas expressamente no Estatuto da Universidade ou no Regimento Geral; definir o

funcionamento de suas Câmaras e Comissões; apreciar o veto do Reitor às decisões do Conselho; apreciar, em grau de recurso, decisões em instâncias inferiores sobre matérias de competência do Conselho; exercer outras atribuições que sejam definidas em lei ou no Estatuto da Universidade.

O **Consad** é o órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira. Compete ao Consad: propor e supervisionar o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoal e à administração do patrimônio, do material e do orçamento anual da Universidade; assessorar os órgãos da Administração Superior nos assuntos afetos à gestão das Unidades; homologar acordos, contratos ou convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, firmados pelo Reitor; apreciar a proposta orçamentária anual; emitir parecer sobre os balanços, a prestação de contas anual da Universidade e, quando for o caso, sobre as contas da gestão dos dirigentes de qualquer órgão, direta ou indiretamente ligado à estrutura universitária; pronunciar-se sobre aquisição, locação, concessão, permuta e alienação de bens imóveis pela Instituição; apreciar a aceitação de doações e legados; deliberar sobre qualquer encargo financeiro não previsto no orçamento; decidir, após sindicância, sobre intervenção administrativa em qualquer Unidade; definir o funcionamento de suas Câmaras e Comissões; apreciar o veto do Reitor às decisões do Conselho; exercer outras atribuições que sejam definidas em lei, no Estatuto da Universidade e no Regimento Geral.

A **Reitoria**, como órgão executivo superior, tem como atribuições a superintendência, o planejamento, a gestão, a fiscalização e o controle das atividades da Universidade, estabelecendo as medidas regulamentares pertinentes. As Pró-Reitorias, como órgãos executivos, têm como atribuições comuns: assessorar a Reitoria no estabelecimento da política de atuação nas atividades correspondentes à sua área específica; formular diagnósticos dos problemas da Instituição nas suas áreas específicas de atuação; elaborar as políticas de atuação nas áreas específicas de cada Pró-Reitoria; assessorar os Órgãos Colegiados nos processos de deliberação sobre as matérias relacionadas aos seus campos de atuação; coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução das decisões inerentes às suas áreas de atuação.

A Ufopa possui uma unidade técnica de controle representada pela Auditoria Interna que tem como finalidade assessorar, examinar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão, com o objetivo precípuo de assegurar:

a) a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal da Ufopa, objetivando a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;

b) aos ordenadores de despesas a orientação necessária para racionalizar a execução da receita e da despesa, com vistas à aplicação regular e a utilização adequada dos recursos e bens disponíveis;

c) o fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos internos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais e administrativos adotados pela Universidade;

d) a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Universidade;

e) a orientação quanto à aplicação de normas, instruções de procedimentos e a qualquer outro assunto no âmbito de sua competência ou atribuição.

A Ufopa formalizou, por meio da Portaria nº 783, de 24 de julho de 2012, sua Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA), em atenção à Lei nº 10.861, de 14/4/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); e à Portaria nº 2.051/04/MEC, de 9/7/2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes. A CPA tem por finalidade realizar a autoavaliação institucional, com base nos princípios e diretrizes do Sinaes, de modo a contribuir com a elaboração do PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), subsidiando as ações de planejamento na Ufopa.

A Ouvidoria da Ufopa foi criada como órgão de assessoramento ligado à Reitoria, por meio da Portaria nº 286, de 6 de março de 2013, publicada no Boletim de Serviço da Ufopa nº 38, Ano

IV, de 4 de abril de 2013. A Ouvidoria é um canal de comunicação entre servidores, alunos, público externo e a Ufopa, que, com os Conselhos e Unidades Acadêmicas e Administrativas, tem o dever de promover a interação equilibrada entre legalidade e legitimidade. Por meio dela, as pessoas podem expressar opiniões, fazer reclamações, apresentar denúncias e sugerir melhorias referentes a todos os processos da Universidade e, assim, participar de forma efetiva da gestão pública.

3.2 Atuação da unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o órgão técnico de controle, vinculado ao Reitor, nos termos do art. 15, § 4º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/02. Seu Regimento Interno foi aprovado pela Portaria Ufopa nº 876, de 24/1/2011.

Exerce suas atribuições sem elidir a ação de controle que cada servidor, como agente público, deve desempenhar no exercício de suas funções, bem como a competência dos órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Objetivos:

A Auditoria Interna tem por finalidade assessorar, examinar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão, com o objetivo precípua de assegurar:

a) a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal da Ufopa, objetivando a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;

b) aos ordenadores de despesas a orientação necessária para racionalizar a execução da receita e da despesa, com vistas à aplicação regular e a utilização adequada dos recursos e bens disponíveis;

c) o fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos internos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais e administrativos adotados pela Ufopa;

d) a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Ufopa;

e) a orientação quanto à aplicação de normas, instruções de procedimentos e a qualquer outro assunto no âmbito de sua competência ou atribuição.

Compete à Auditoria Interna:

a) acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual, visando comprovar a pertinência de sua execução;

b) assessorar os gestores no acompanhamento da execução dos programas governamentais no âmbito da Ufopa, objetivando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

c) verificar a execução do orçamento, para comprovar sua conformidade com os limites e destinações estabelecidos na legislação vigente;

d) examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, bem como os resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência, tanto em termos orçamentários, financeiros e patrimoniais, como em aspectos referentes ao gerenciamento de pessoal e aos demais sistemas operacionais;

e) orientar subsidiariamente os gestores quanto aos princípios e normas de controle interno, inclusive quanto à sistemática de prestação de contas;

f) examinar e emitir parecer prévio sobre o processo de prestação de contas anual e tomadas de contas especiais da Ufopa;

g) verificar a adequação e acompanhar a implementação das recomendações exaradas pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e pelo TCU;

h) elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint), nos termos da IN/CGU/07/2006, correspondente ao exercício seguinte, bem como o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (Raint), nos termos da IN/SFC/CGU/01/2007.

i) verificar o desempenho da gestão da entidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;

j) propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito da Ufopa.

l) comunicar, tempestivamente, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares, que causaram prejuízo ao erário, à CGU, após dar ciência à direção da entidade e esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, para ressarcir à entidade;

m) testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão, admissão de pessoal.

A Auditoria Interna da Ufopa possui a seguinte estrutura funcional, para atender às suas finalidades: 1 (um) auditor chefe; 2 (dois) auditores internos, 1 (uma) contadora, 1 (uma) secretária executiva e 1 (um) assistente em administração, sendo que para este último cargo a Audin possuiu 2 (dois) assistentes em administração no período de janeiro a novembro de 2015. A Audin possui ainda 1 (uma) auditora interna que está em exercício, desde a sua nomeação, ocupando cargo de direção na Procuradoria Federal junto à Ufopa.

Durante o exercício de 2015, a Audin/Ufopa não realizou grande parte das ações previstas em seu Paint. Dentre os fatores que contribuíram, destacamos a greve dos servidores técnicos administrativos em educação e dos docentes, que perdurou aproximadamente por 4 (quatro) meses, inclusive com a suspensão do calendário acadêmico desta Ifes, o que inviabilizou a realização de algumas ações previstas. Em razão da composição e/ou reforço do quadro funcional da equipe de Auditoria Interna ter ocorrido no segundo semestre de 2014, durante o exercício de 2015, foram realizadas capacitações aos servidores para se ambientarem às necessidades do setor para que assim pudessem melhor desempenhar suas atividades, permitindo maior integração da equipe de Auditoria Interna.

Além dos trabalhos de auditoria e fiscalizações pontuais, a Audin realiza o acompanhamento das informações no Portal Extranet, da Controladoria-Geral da União, para os módulos: Observatório da Despesa Pública e Trilhas de Pessoal; do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), para o acompanhamento da execução orçamentária/financeira; acompanhamento das recomendações dos relatórios de Auditoria Interna. Para este último, ainda temos um alto grau de recomendações não atendidas; e suporte necessário às equipes dos órgãos de controle interno e externo durante a realização de seus trabalhos.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Na Ufopa, foi criada a Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD) cuja finalidade é promover a apuração de responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que com elas tenham relação, mediante o devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa do acusado, na forma da legislação vigente. Compete também orientar e acompanhar as comissões disciplinares processantes, instituídas na forma da lei, visando dar celeridade e efetividade às apurações de possíveis atos ilícitos cometidos por servidores, bem como evitar erros de procedimentos que possam vir a anular os trabalhos das mencionadas comissões.

A sistemática de apuração de ilícitos administrativos consiste na instauração do devido processo disciplinar, de acordo com o procedimento cabível, isto é, por meio de sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinar (PAD) sob o rito comum/ordinário ou rito sumário. As comissões são composta por 3 servidores estáveis, escolhidos mediante apresentação de lista de servidores estáveis pela CPAD, bem como pela Reitoria.

No que tange às atividades de correição, em 2015, a Ufopa buscou atuar na prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos, realizando inclusive o evento denominado “I Seminário de

Controle Interno”, com o objetivo de orientar e conscientizar os servidores da Ufopa acerca da importância do cumprimento do dever funcional.

A Ufopa, como parte integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, realiza a inserção de informações no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD). O sistema ainda carece de cadastramento e atualização de alguns processos disciplinares, situação esta será regularizada com brevidade.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

Com intuito de reduzir riscos e melhorar controles internos, a Ufopa por meio da Proad, introduziu novos fluxos de processos, *check list*, manuais e resoluções durante o exercício de 2015. Vinculada a Proad, a Coordenação de Controle Interno foi composta por 3 (três) servidores e teve como atribuição realizar a conformidade nos processos de empenho, liquidação e pagamentos, e demais registros no Siafi.

Com o objetivo de realizar procedimentos administrativos que visem mitigar riscos por esta unidade administrativa, adotam-se procedimentos com base em legislações que norteiam as contratações e aquisições públicas (Lei Nº 8.666/1993), lançamentos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais (Lei Nº 4.320/1964, Decreto Nº 93.872/1986 e a Lei Complementar Nº 101/2000), de forma a assegurar o uso do recurso público de forma eficaz e eficiente perante as metas estabelecidas pela administração da Ufopa.

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de acesso do cidadão

A Ufopa, por meio da Ouvidoria, atende às manifestações dos usuários do serviço público, de forma presencial e também por meio do sistema SIG-Ufopa, módulo Ouvidoria, que pode ser utilizado pela comunidade interna, por meio de usuário e senha, e pela comunidade externa, preenchendo um formulário eletrônico.

Outra forma de comunicação entre o usuário e a Ufopa é por e-mail, telefone e pelo site da Ouvidoria (<http://www.ufopa.edu.br/ouvidoria/manifestacao>), hospedado na página oficial da Ufopa. A Ouvidoria executa divulgação dos seus serviços por meio de fôlderes, *banners*, página nas redes sociais, pois isso auxilia o cidadão a utilizar os serviços da unidade, proporcionando-lhe a oportunidade de participar da gestão desta Instituição por meio de suas manifestações, tais quais: reclamações, críticas, denúncias, solicitações de informações, entre outras. Há ainda o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que, além dos outros meios de solicitações (e-mail, telefone), pode também usar o sistema e-SIC, sendo possível ao cidadão obter informações, de acordo com a Lei de Acesso à Informação.

A Ouvidoria da Ufopa, no exercício 2015, recebeu 162 manifestações por meio do sistema SIG-Ufopa, um número expressivo, considerando que o referido exercício foi parcialmente atípico, em virtude da greve dos técnicos e docentes. Dessas 162 manifestações recebidas, 19 foram pedidos de informação, 39 referentes a denúncias, de acordo com a qualificação dada pelo solicitante, ainda recebemos 2 críticas, 58 reclamações, 11 manifestações denominado como “outros”, 27 manifestações intituladas como “solicitação”, 6 sugestões e nenhum registro de elogios.

Tabela 12 – Quantitativo de manifestações na Ouvidoria – 2015.

Manifestações	Quantidade
Reclamações	58
Denúncias	39
Elogios	0
Críticas	2
Sugestões	6
Solicitação	27
Pedido de informações	19
Outros*	11
Total	162

Fonte: SIG-Ufopa.

*Assuntos diversos.

Observamos ainda que a maioria das solicitações foi feita pelos discentes, pois é o maior público desta Instituição. Existiram ainda solicitantes oriundos da comunidade externa, técnicos administrativos e docentes.

Tabela 13 – Quantitativo de atendimentos na Ouvidoria por tipo de usuário - 2015

Usuário	Quantidade
Docente	5
Discente	68
Técnico	10
Outros*	79
Total	162

Fonte: SIG-Ufopa.

*Comunidade Externa.

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão da Ufopa está em fase de elaboração, conforme Processo nº 23204.006034/2014-21. Em razão da adesão à greve dos técnicos e dos docentes da Ufopa, houve prorrogação de prazo para conclusão das atividades da comissão instituída pela Portaria nº 869, de 27 de março de 2015. A Ouvidoria mostra-se empenhada em dar efetividade a esse instrumento de suma importância para a Instituição e para o cidadão, assim como o Serviço de Informação ao Cidadão.

4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

No exercício 2015, a Ouvidoria utilizou o Questionário de Pesquisa de Satisfação do e-SIC, sistema do Governo Federal, como mecanismo de medição de satisfação do usuário dos serviços da unidade. O sistema e-SIC gerou um relatório da pesquisa de satisfação dos cidadãos-usuários realizada em determinados períodos do ano de 2015.

Essa pesquisa foi composta de duas perguntas e disponibilizou a inserção de comentários. Conforme demonstrado na tabela 7, dos usuários que responderam à pesquisa, 70% responderam que a resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido; 12% responderam que atendeu parcialmente e 18% disseram que não atendeu plenamente o pedido; 87% dos usuários-cidadãos responderam que a resposta fornecida foi de fácil compreensão e 13% responderam que a resposta fornecida foi de difícil compreensão. Ademais, a pesquisa demonstrou que 41% dos usuários-cidadãos fizeram comentários acerca do atendimento de suas solicitações, contribuindo, assim, para a melhoria dos serviços prestados.

Tabela 14 – Questionário de Pesquisa de Satisfação e-SIC.

Pergunta	Resposta	Qtd. de usuários-cidadãos	%
A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?	Atendeu plenamente	12	70%
	Atendeu parcialmente	2	12%
	Não atendeu	3	18%
A resposta fornecida foi de fácil compreensão?	Fácil compreensão	14	87%
	Difícil compreensão	3	13%
Comentários	Houve	7	41%
	Não houve	10	59%

Fonte: e-SIC.

4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Os mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Ufopa estão consubstanciados na divulgação periódica de relatórios (mensal, trimestral e anual), no sítio eletrônico da Ouvidoria, também na divulgação das informações de interesse geral na seção específica denominada “Acesso à Informação”, no portal da Instituição, conforme dispõe a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 (<http://acessoainformacao.ufopa.edu.br/>). Esta seção reúne e divulga informações institucionais e organizacionais da Ufopa, compreendendo suas funções, competências, estrutura organizacional, relação de autoridades (quem é quem), agenda de autoridades, horários de atendimento e legislação do órgão/entidade.

No sítio eletrônico da Ufopa, precisamente no [link](http://www.ufopa.edu.br/diavi/informacoes) <http://www.ufopa.edu.br/diavi/informacoes>, é disponibilizado para acesso ao público em geral os relatórios de gestão de todos os exercícios, relatório de atividades, anuário estatístico e Ufopa em números, como forma de informar sobre o desenvolvimento institucional da Ufopa por meio de estatística.

4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

Com relação à infraestrutura, a Ufopa, para atender às exigências do Decreto nº 5.296/2004 e do Decreto nº 5.773/2006, está procurando adequar sua infraestrutura física, no sentido de atender às orientações legais. Quanto aos prédios novos que estão em construção ou ainda sendo projetados em todos os espaços, há previsão de ações que contemplem acessibilidade e facilidade de locomoção para portadores de necessidades especiais, com a instalação de elevadores, rampas, áreas de circulação com largura adequada e sem obstáculos, entre outros.

Quanto aos prédios existentes, o plano para garantir a acessibilidade destes é o de elaborar projetos arquitetônicos de adaptação, projetando rampas, construção ou adequação de banheiros acessíveis, piso tátil e mapa tátil, reforma para elevação de piso para abolir os desníveis entre ambientes, entre outros. Essas ações tiveram avanço no ano de 2015, pois conseguimos dar andamento na elaboração dos projetos. É importante registrar a dificuldade para propor as adaptações e intervenções, pois grande parte dos prédios antigos estão em desacordo com várias recomendações da norma de acessibilidade, além de serem prédios já ocupados que, para qualquer intervenção neles, faz-se necessário um eficiente planejamento de remanejamento para não prejudicar as atividades acadêmicas.

Com relação à acessibilidade em seus sistemas e por conta da Lei nº 10.098/2000 e das normas técnicas da ABNT aplicáveis ao plano de acessibilidade, o portal da Ufopa já implementa medidas padronizadas que estão disponíveis no portal padrão do governo federal. Dentre elas, estão as teclas de acesso, que se encontram disponíveis em todas as páginas do *site*, dando celeridade no processo de interação e busca de informações. Além do mais, existe a opção de mudança do tamanho do texto, que auxilia o usuário do serviço na leitura de conteúdo. Entretanto, o portal da Instituição ainda não emprega o uso do alto contraste para auxílio de usuários com baixa visão, nem disponibiliza o ícone “acessibilidade” na parte de cima do site, mas está previsto a implementação destes ajustes no novo portal que está em desenvolvimento, bem como as recomendações do Modelo de Acessibilidade em Governo eletrônico (e-MAG). Para os Sistemas Integrados de Gestão (Sigaa, Sipac, Sigrh, Sigadim), como são sistemas distribuídos por meio de termo de cooperação e desenvolvidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fica a expectativa de, em atualizações futuras, serem atendidas a resoluções aplicáveis e repassadas aos cooperados.

Para o ano de 2016, o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação da Ufopa planeja expandir ainda mais a acessibilidade aos servidores da Instituição, como a aquisição de equipamentos para PcD – Pessoa com Deficiência. Dentre esses equipamentos, podem-se destacar alguns já demandados pelas necessidades elencadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação: Lupa Eletrônica, Leitor Autônomo, Vocalizador, Terminal de Informação para surdos e Mouse RCT.

O Núcleo de Acessibilidade da Ufopa está vinculado à Proen e foi criado pela Portaria nº 1.298, de 18 de junho de 2014, e contou com o apoio do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos (GPEEPI) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Surdos (GEPES), os quais colocam em andamento projetos de pesquisa e extensão que colaboram com a comunidade acadêmica. O Núcleo faz parte do Programa Incluir, que, de acordo com o documento orientador (Secadi-Sesu-2013), “objetiva orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Ifes, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e nos Decretos nºs. 186/2008; 6.949/2009; 5.296/2004; 5.626/2005; e 7.611/2011”. A Ufopa é contemplada com o programa, por meio de repasse de recursos orçamentários para auxiliar a subsidiar as ações no interior das Ifes para o acesso, permanência e sucesso das pessoas com necessidades educacionais especiais.

A Universidade busca promover o acesso e a permanência de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e surdez na Ufopa, por meio de orientações políticas e legais, procurando ofertar o atendimento educacional especializado

e formação continuada, objetivando minimizar obstáculos arquitetônicos, pedagógicos, comunicacionais, informacionais, atitudinais e curriculares.

Atualmente, no que diz respeito à implantação da acessibilidade à pessoa com necessidades educacionais especiais no âmbito da educação superior, o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa tem buscado fortalecer diagnóstico, ações e planejamento. No ano de 2015, o Núcleo de Acessibilidade reuniu-se semanalmente no planejamento de compra de materiais acessíveis para disponibilizar aos alunos com necessidades educacionais especiais, tendo em vista as necessidades apresentadas. Ainda debruçou-se sobre o regimento do núcleo de acessibilidade, documento que está elaborado e aguarda aprovação no Consepe.

Sobre a Bolsa de Monitoria de Inclusão no ano de 2015, foram concedidas 3 bolsas, por meio do Edital nº 015/15 – Proen/DE, de 14 de abril de 2015. Essa ação foi executada com os recursos financeiros da Proen.

O Programa Incluir tem auxiliado nos recursos para a aquisição de materiais pedagógicos acessíveis como lupa, máquina de escrever e calculadora falante, além de recursos de Tecnologia Assistivas, disponíveis às pessoas com deficiência, tais como teclado braille, recursos de informática acessível, computador, micro computador, *tablets*, materiais para auxiliar na locomoção de cadeirantes ou de pessoas com mobilidade reduzida, cadeiras de rodas, andador, bengala e almofada antiescaras. Também foi feita aquisição do formulário contínuo em Braille para a produção do material didático em formato impresso acessível. Todos os materiais foram adquiridos mediante licitação pública, e a Ufopa apenas aguarda a entrega de parte dos itens.

Quadro 29 – Panorama de aquisição de recursos pedagógicos/tecnologias assistivas no ano de 2015.

Recursos pedagógicos/tecnologias assistivas	
Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - Deficiência Visual ou Baixa Visão	Lupa
	Máquina de escrever em Braille
	Teclado Braille
	Formulário contínuo em Braille
	Microcomputador
	Tablets
Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - Deficiência Física/ cadeirantes/ou de pessoas com mobilidade reduzida	Calculadora falante
	Cadeiras de rodas
	Andador
Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - Surdos	Almofada antiescaras
	Microcomputador
	Tablets
Núcleo de Acessibilidade	Computador
	Câmera
	Filmadora

Quadro 30 – Equipamentos disponíveis na Ufopa.

Equipamento	Quantidade
Microcomputador	<u>4</u>
Cadeiras de rodas	<u>4</u>
Andador	<u>2</u>
Almofada antiescaras	<u>3</u>
Câmera	<u>1</u>
Filmadora	<u>1</u>
Formulário Contínuo em Braille	5 resmas

Entre os dias 12 e 14 de novembro de 2015, o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa e a Associação de Surdos de Santarém, em parceria com o Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos e com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém, promoveram o segundo Encontro de Surdos e Interpretes de Libras de Santarém, onde foram

desenvolvidos minicursos (Escrita de Sinais: *Signwiting*; Produção de Vídeos em Mídias Móveis; e Confecção de Materiais Didáticos para o Ensino de Libras) e oficinas (Libras: Os primeiros Sinais; Expressão Facial e Corporal para Intérpretes; e Técnicas de Interpretação/Voz Libras).

Destacam-se os pontos favoráveis, intervenientes, e os resultados obtidos durante o exercício de 2015 do Programa Incluir da Ufopa. Como fatores que contribuíram para a execução das ações elencam-se: apoio da Administração Superior à acessibilidade no ensino superior na Ufopa; e profissionais disponibilizados para trabalhar na execução das ações do programa. Já os fatores intervenientes foram: atraso da aprovação da LOA pelo Congresso Nacional, que retardou o repasse do recurso orçamentário para a Ufopa; atraso nos processos de licitação de tecnologias assistivas para o Núcleo de Acessibilidade; dificuldade de cotação dos preços dos produtos a serem adquiridos ; e processos de licitação deserta, em que nenhum proponente interessado compareceu ou demonstrou interesse na licitação. Como resultados há: aquisição de tecnologias assistivas; aquisição recursos de informática acessível; aquisição de recursos para a locomoção de cadeirantes/ou de pessoas com mobilidade reduzida; aquisição do formulário contínuo em Braille para a produção do material didático em formato impresso acessível; e a participação e produção de eventos aprofundando as atuais discussões políticas e teóricas sobre acessibilidade na educação superior no Brasil.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Desempenho financeiro no exercício

A Ufopa utilizou como metodologia para o acompanhamento de seu fluxo financeiro um comparativo das demandas de suas unidades com o que estavam efetivamente executando durante o exercício financeiro de 2015. Nesse período, manteve constante interação com suas unidades para verificar suas necessidades, de forma a reavaliar suas despesas, para, dessa forma, harmonizar o balanço das contas da Universidade.

O fluxo financeiro desta Ifes ocorre a partir do momento da liquidação da despesa no Siafi, pois nesse momento há a efetiva certeza da prestação do serviço e/ou fornecimento do material. Informamos, ainda, que durante todo o exercício de 2015, as liberações de financeiro por parte do SPO/MEC foram de periodicidade mensal, em valores insuficientes para atender à totalidade das exigibilidades de crédito, o que gerou dificuldade no cumprimento do referido artigo, tendo em vista que para não ocorrer descontinuidade dos serviços que comprometessem o pleno funcionamento e segurança institucional foram realizados pagamentos prioritários como: energia elétrica, locação de mão de obra, assistência estudantil etc.

5.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Os recursos para ensino, pesquisa e extensão são repassados pelo MEC e constam da LOA, servindo para manutenção das universidades federais. São repassados por meio de Ações Orçamentárias, entre as quais, em relação a essas demandas se destacam a 11G0 – Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa (R\$ 47.060.141,00); a 20RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior (R\$ 5.166.758,00); e 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior (R\$ 6.289.921,00).

Quanto às Receitas Próprias, na fonte 250, foram previstos R\$ 2.068.769,00 (dois milhões, sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove mil reais); e na fonte 280, R\$ 8.146,00 (oito mil, cento e quarenta e seis reais), dos quais foram arrecadados, respectivamente, R\$ 2.314.320,60 (dois milhões, trezentos e quatorze mil, trezentos e vinte reais e sessenta centavos) e R\$ 409.613,91 (quatrocentos e nove mil, seiscentos e treze reais e noventa e um centavos).

5.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão.

A arrecadação das receitas próprias foi feita mediante as seguintes fontes de receita:

- multas e juros previstos em contratos (R\$ 451.179,46);
- outras indenizações (R\$ 44.945,10);
- outras receitas (R\$ 28,22);
- recuperação de despesas de exercício anterior (R\$ 3.045.195,12);
- remuneração de depósitos bancários (R\$ 835.519,82);
- serviços administrativos (R\$ 3.746.749,00); e
- tarifa de inscrição em concursos e processos seletivos (R\$ 1.851.344,00).

5.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados.

A alocação dos recursos próprios foi feita apenas nas seguintes naturezas de despesas:
339018 - auxílio financeiro a estudante (R\$ 845.477,00); e
339092 – despesas de exercícios anteriores (R\$ 59.200,00).

5.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

Em concordância com a Resolução nº 1.136/2008 – NBC T 16.9 e seguindo as orientações e os critérios da macrofunção 02.03.30, é realizado o cálculo de depreciação, mensalmente, conforme relatório do Sistema Sima, amparado pelo artigo 14 da Lei nº 10.180/2001, no qual a metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens e as taxas utilizadas para cálculos foram feitos com base no manual do Siafi. Em se tratando da amortização, NBC T 16.10, foi realizado levantamento de todos os ativos intangíveis e adquiridos pela Ufopa quanto ao prazo de licença/uso do programa. No mês de dezembro, foram registrados os lançamentos contábeis de amortização conforme o período de uso, restando apenas os intangíveis de vida útil indefinidos.

A Ufopa, no tocante à avaliação e à mensuração dos elementos patrimoniais, segue os critérios cabíveis definidos na NBC T 16.10, em relação às disponibilidades, aos créditos e às dívidas, aos estoques, aos investimentos permanentes, ao imobilizado, ao intangível, ao diferido e aos ajustes referentes à reavaliação e à redução a valor recuperável. A taxa de depreciação e amortização segue a tabela de vida útil dos bens estabelecidos pela STN.

5.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Ufopa ainda não realiza o trabalho de apuração de custo.

5.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis do exercício 2015 estão no anexo deste relatório.

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

a) Composição da Força de Trabalho

A Ufopa possui um efetivo de 923 (novecentos e vinte e três) servidores em exercício, dos quais 534 (quinhentos e trinta e quatro) são técnicos administrativos em educação e 389 (trezentos e oitenta e nove) são docentes. Esses servidores estão distribuídos nas unidades acadêmicas e administrativas e nos Campi. A força de trabalho distribuída em cada uma delas está descrita na tabela a seguir:

Tabela 15 - Distribuição da Força de Trabalho.

Setores	Técnico Administrativo	Docente
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	41	0
Pró-Reitoria de Administração	71	1
Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão	9	2
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	16	0
Pró-Reitoria de Gestão Estudantil	20	0
Pró-Reitoria de Ensino da Graduação	25	0
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica	15	0
Reitoria	8	2
Instituto de Ciências da Sociedade	21	60
Centro de Formação Interdisciplinar	11	23
Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas	27	47
Instituto de Saúde Coletiva	13	16
Instituto de Ciências da Educação	30	113
Instituto de Engenharia e Geociências	17	62
Instituto de Biodiversidade e Florestas	32	63
Órgãos Suplementares	103	0
Superintendência de Infraestrutura	37	0
Campus de Alenquer	4	0
Campus de Oriximiná	11	4
Campus de Óbidos	7	0
Campus de Juruti	6	0
Campus de Itaituba	5	0
Campus de Monte Alegre	5	0

Fonte: Progep, 2016.

b) Relação entre Servidores Efetivos e Temporários

A Ufopa possui no seu quadro de servidores 389 (trezentos e oitenta e nove) docentes efetivos e 15 (quinze) professores substitutos, resultando em um percentual abaixo de 5% do quadro efetivo. Ressaltamos que a contratação de professores substitutos é realizada apenas em casos de afastamentos dos servidores efetivos, existindo a possibilidade de contratação de até 20% do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino, conforme Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

c) Qualificação da Força de Trabalho Quanto ao Grau de Escolaridade

O índice de qualificação docente é parâmetro importante para a aferição do nível de qualificação dos servidores, principalmente daqueles que exercem suas atividades na área-fim. Considerando que menos da metade dos servidores docentes possuem doutorado, o índice de qualificação docente ainda está abaixo do desejável, atualmente está em 3,95.

d) Política da Capacitação e Treinamento de Pessoal

A política de capacitação e treinamento de pessoal está em fase de construção.

e) Indicadores Gerenciais

Índice de Rotatividade (Turnover)

Para o cálculo do Índice de Rotatividade foram considerados os servidores ocupantes de cargos efetivos e servidores temporários (professores substitutos).

Efetivo médio do período = $903 + 940/2$.

Efetivo médio do período = 771,5.

Turnover (total) = $\{(79 + 43)/2/771,5\} * 100$.

Turnover (total) = $(61/771,5) * 100$.

Turnover (total) = 7,9%.

Taxa de absenteísmos

O índice utilizado para os cálculos de absenteísmo na Ufopa está fundamentado em pesquisas realizadas por Marras (2000) *apud* Assunção (2012). Segundo o autor, para o cálculo de absenteísmo dividimos o número de horas não trabalhadas pelo número de horas planejadas e multiplicamos o resultado por 100.

Índice de Absenteísmo em função da greve dos técnicos administrativos em educação:

A greve dos técnicos administrativos em educação ocorreu no período de 28 de maio a 8 de outubro de 2015, com adesão parcial dos servidores. Nesse período, o total de dias trabalhados foi de 90 dias, considerando os dias não trabalhados em finais de semana e feriado. A taxa de absenteísmo na Instituição no período de greve foi a seguinte:

Absenteísmo/greve = $(42072/384.480) * 100$

Absenteísmo/greve = 10,94%

Ressaltamos que os servidores docentes também estiveram em greve no exercício de 2015, no período de maio a novembro de 2015, sendo impossível quantificarmos a taxa de absenteísmo, considerando que não há controle de assiduidade para os Professores do Magistério Superior.

Realizando análise apenas qualitativa da situação, inferimos que houve impacto nas atividades-fim da Instituição, uma vez que o calendário acadêmico esteve suspenso no período da greve.

Índice de Absenteísmo com servidores afastados:

Para este cálculo, foram considerados todos os afastamentos dos servidores, incluindo faltas não justificadas e gozo de direitos previstos na legislação.

Índice de Absenteísmo com servidores afastados = $(467.024/1.983.168)*100$

Índice de Absenteísmo com servidores afastados = 23,5%

Os índices de absenteísmos encontrados na Ufopa estão muito acima dos resultados obtidos na iniciativa privada, que em média é de 2,5%. No entanto, quando comparamos a resultados obtidos em outros órgãos públicos, verificamos que o resultado é similar (Assunção, 2012).

Conclusão de estudos de dimensionamento de pessoal

Em relação ao estudo necessário para distribuição adequada da força de trabalho, a Ufopa informa que foi planejada a realização do referido estudo; no entanto, a greve dos servidores interrompeu o estudo que havia sido iniciado e prejudicou a retomada do mesmo, considerando o acúmulo de trabalho gerado em decorrência dos dias paralisados.

Dessa forma, planeja-se executar no exercício de 2016 o estudo que fora interrompido, entendendo a importância desta ferramenta de gestão para a tomada de decisões no âmbito da Instituição, relacionadas à melhor adequação da força de trabalho.

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 31 – Força de Trabalho da UPC.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		924	78	32
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		924	78	32
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		923	78	32
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com contratos temporários		15	1	11
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública				
4. Total de servidores (1+2+3)	Não há	939	79	43

Fonte: Progep, 2015.

No exercício de 2015, o quantitativo de servidores que ingressaram na Instituição foi bastante inferior quando comparado ao exercício de 2014. No entanto, verificamos que o número de ingressos foi superior ao de egressos, gerando uma evolução no quadro de pessoal da Instituição. Dos 43 (quarenta e três) egressos, 9 (nove) foram exonerações, 1 (um) aposentadoria, 1 (um) vacância por falecimento, 20 (vinte) redistribuições 1 término de exercício provisório e 11 (onze) distrato. Tivemos a colaboração técnica de 1 (um) servidor oriundo da Universidade Federal do Pará em exercício provisório e a contratação de 15 (quinze) professores substitutos para atender às demandas dos cursos da Universidade. Houve também 73 (setenta e três) admissões, 5 (cinco) redistribuições e 1 (um) contrato de professor substituto.

Quadro 32 – Distribuição da Lotação Efetiva.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área-Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	534	389
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	534	388
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com contratos temporários		15
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública		
4. Total de servidores (1+2+3)	534	404

Fonte: Progep, 2015.

O quadro de servidores da Ufopa reflete a realidade de muitas outras Instituições de Ensino Superior no país, com um número de servidores que estão lotados na área meio superior em relação aos servidores pertencentes à área-fim do órgão.

Quadro 33 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Ufopa.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		43	5	4
1.1. Cargos natureza especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		39	5	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo		4	2	1
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas		126	73	55
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		126	73	55
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		169	80	60

Fonte: Progep, 2016.

A rotatividade de servidores ocupantes de cargos e funções na Ufopa é elevada, principalmente ao analisarmos especificamente as funções gratificadas. Embora seja de livre nomeação e exoneração, muitas vezes a movimentação é ocasionada por solicitação dos próprios servidores, gerando demanda à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e perda de produtividade, considerando capacitações e experiência gerada pelo exercício das atividades, ao efetivar constantes substituições.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 34 – Despesas do pessoal (R\$).

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	41.420.329,13	16.522.415,50		4.089.696,39	4.239.949,18	926.974,32		165.109,97	35.781,3	67.400.255,9
	2014	27.700.961,43	13.080.114,47		3.375.293,01	267.703,32	900.424,87		85.016,92	50.975,04	45.460.489,06
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	261.444,02				15.869,44	3.147,52				280.460,98
	2014	74.627,71				14.903,03					89.530,74
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	105.007,44									105.007,44
	2014	210.312,82									210.312,82
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	272.450,50	180.691,05		18.443,18	26.357,00	6.151,15		2.332,20	11.927,1	518.352,21
	2014	97.789,97	101.308,52		42.098,14	22.380,00	132,00				263.708,89
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	768.546,85				87.378,20					855.925,05
	2014	979.461,45				93627,55					1.073.089,00

Fonte: Progep, 2015.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Partindo do princípio que a gestão de risco é fundamental na administração pública, por oportunizar o estudo e a busca de melhores práticas, podemos dizer que na área de pessoal, a Ufopa vem gradativamente implementando a gestão de risco relacionado a esta área por meio de políticas e metodologias. Contudo, ressaltamos que ao longo dos 6 (seis) anos de existência desta UPC, os esforços aplicados na área de pessoal não se esgotaram e estão em contínuo aperfeiçoamento.

Desde 2010, o setor de Gestão de Pessoas vem expandindo sua infraestrutura, seu quadro de servidores e investindo em capacitação, até meados de 2014 a Gestão de Pessoas na Ufopa era de responsabilidade da Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, hierarquicamente vinculada à Proplan. Com a atual administração, essa área ganhou um espaço de destaque e coeso com suas atividades, tornando-se uma Pró-Reitoria e até o final do exercício de 2015, consolidou seu novo formato de trabalho, contando com 2 (duas) Diretorias (Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida). Administrativamente, a área de gestão de pessoas obteve um enorme ganho, uma vez que, hoje, consegue segregar tarefas e controlar o um possível risco relacionado à área.

Vejamos os eixos principais:

Folha de Pagamento: Com o advento adotado pela própria Secretaria de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e ainda da Controladoria Geral da União (CGU), que se refere às trilhas de auditorias de folha de pagamento, a Ufopa, conseguiu diminuir a execução de falhas substanciais quanto a pagamento de pessoal, uma vez que possível incongruência detectada pelo MPOG é repassada ao órgão e este tem a oportunidade de corrigi-lo e/ou saná-lo.

Medidas internas também são adotadas para evitar possíveis erros, tais como:

- todos os cálculos são revisados antes do lançamento no Siae;
- a homologação é feita de forma segregada, portanto quem executa a ação no Siae não tem a prerrogativa de homologá-la;
- antes da homologação que é autorização definitiva para processar na folha de pagamento, a equipe da Coordenação de Administração de Pagamento de Pessoal da Ufopa, revisa todas as rubricas lançadas.

Cadastro e Movimentação de Pessoal: na área de cadastro de pessoal, embora o quantitativo de servidores seja baixo, composto por 4 (quatro) servidores, consegue-se realizar as tarefas com a devida segregação das funções/habilitações junto ao Siae, evitando que se incorra em cadastro equivocado. Todos os processos são anteriormente e minuciosamente observados se há todos os requisitos legais para sua inclusão no Sistema, caso seja observado alguma inconsistência, o processo não é atendido, retornando à autoridade que o encaminhou para sanar a possível pendência. O cadastro além de se atentar quanto ao registro de novos servidores, inclui todas as movimentações regulamentares, previstas na legislação de pessoal vigente. Embora se tenha um sistema de processos, onde se registram o protocolo, data, origem e destino daquele processo, a Coordenação de Cadastro e Movimentação de Pessoal, registra em planilha independente, os processos e sua execução por CPF;

Atividades segregadas

Contudo há outros índices de risco na área de pessoal que vem sendo trabalhada tais como:

- **Absenteísmo:** trata-se de um padrão usual de ausências no processo de trabalho, sendo ocasionado por vários motivos, sendo os mais frequentes, falta em serviço por adoecimento e outros afastamentos legais. Em 2015, identificou-se que o índice de 23,5% de absenteísmo foi alto, de forma que a gestão planeja em 2016, identificar os maiores fatores que contribuíram para esse índice, além de traçar uma estratégia a fim de evita-la no âmbito institucional.

- **Ausência de fluxos documentados:** a Progep juntamente com o CTIC, aprimorou o sistema interno de recursos humanos, onde os servidores tem acesso para realizarem suas programações e alterações de férias e outros serviços, de forma sistematizada, evitando o desperdício de papel e otimizando o tempo daquele servidor. O Sigrh é integrado com o Siape de forma que serviços como: marcação de férias; troca de conta bancárias; alterações de dados de correspondência do servidor; comprovação de pagamento de plano de saúde para fins de obtenção do ressarcimento suplementar; inclusão de dependentes; e entre outros, fez com que diminuísse consideravelmente erros processuais físicos. Apesar do sistema informatizado, há o comprometimento dessa gestão até o final do primeiro semestre de 2016, lançar o Manual do Servidor da Ufopa, primeiramente de forma sistematizada e incorporado ao site institucional. Tem-se o entendimento que o Manual do Servidor relativo aos procedimentos dos principais processos da área de pessoal, trará maior eficácia e segurança aos nossos usuários.

Em 2014, a Ufopa instituiu o grupo de gestão constituído pelo Consad e pela Câmara de Recursos Humanos: Consad, órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira da Ufopa. Sendo constituído: pelo Reitor, como Presidente, pelo Vice-Reitor, pelo Pró-Reitor de Administração, pelo Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, pelo Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, pelos diretores das Unidades Acadêmicas, pelo Superintendente de Infraestrutura e pelos representantes das categorias dos Docentes, Técnico-Administrativos e dos Discentes, estes últimos, escolhidos por meio de eleições diretas realizadas pelo Conselho. Sendo um dos pilares de suas atribuições: Propor e supervisionar o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoal e à administração do patrimônio, do material e do orçamento anual da Universidade; e a Câmara de Recursos Humanos, composta pelo Pró-reitor de Gestão de Pessoas, um técnico-administrativo em educação e 4 (quatro) docentes do magistério superior, e tem como objetivo, admitir proposições acerca de gestão de pessoas, discutilas entre seus atores e subsidiar as decisões do Consad e Consun na matéria de pessoal.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 35 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.

Unidade Contratante						
Nome: Universidade Federal do Oeste do Pará						
UG/Gestão: 158515/26441						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de vigilância armada patrimonial	09.211.205/0001-90	1º/2/2013	30/4/2016	Médio	P
2014	Prestação de serviços de limpeza e asseio e conservação diária	09.409.620/0001-53	2/1/2014	2/7/2016	Não exigido	P
2014	Prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores oficiais para atender à Ufopa.	04.630.524/0001-17	6/3/2014	5/9/2015	Fundamental	E
2015	Serviços continuados de condução de veículos automotores oficiais, para atender às necessidades da Ufopa, nas cidades de Santarém e arredores e Oriximiná.	13.924.459/0001-23	8/9/2015	9/2/2016	Fundamental	E

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

Quadro 36 – Composição do Quadro de Estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	75	17	22	48	R\$ 80.352,00
1.1 Área-fim	22	7	3	12	R\$ 21.824,00
1.2 Área meio	53	10	19	36	R\$ 58.528,00
2. Nível Médio	0	0	0	0	0,00
2.1 Área-fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área meio	0	0	0	0	0,00
3. Total (1+2)	75	17	22	48	R\$ 80.352,00

Fonte: Progep, 2015.

Em consonância com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e ainda Orientação Normativa nº4, de 4 de julho de 2014 da Secretaria de Gestão Pública a Ufopa ao longo de sua existência tem oportunizado ao acadêmico matriculado em cursos de Graduação – Nível Superior tanto da própria Universidade com outras instituições de Ensino Superior da cidade, aquelas que possuem Convênio com a instituição, vagas para Estágio remunerado no âmbito da Ufopa. No ano de 2015, não houve contratação de acadêmicos matriculados em cursos de Graduação – Nível Superior de outras Ifes, pelo que o quadro acima se refere apenas aos acadêmicos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Ufopa.

À critério da Administração, os editais para seleção de estagiários remunerados podem vir com o requisitos de serem alunos da Graduação ou do Ensino Médio, contudo, não há Escolas de Aplicação na Ufopa; portanto para que pudéssemos recrutar alunos do Ensino Médio externos, a Administração deveria ter Convênio com as Escolas que ofereçam essa modalidade de ensino na cidade, o que ainda não foi concretizado. Como não é uma obrigatoriedade, esta Ifes opcionalmente trabalha apenas com o Nível Superior, isso não quer dizer que o estagiário já tenha concluído sua graduação, mas que esteja em pleno aprendizado, ou seja, para que seja considerado estagiário de Nível Superior o mesmo deve estar regularmente matriculado nessa modalidade de ensino e não tê-la concluído. Como em anos anteriores, primou-se em fomentar o contato dos alunos de graduação com o mundo do trabalho e vivências profissionais através do estágio não obrigatório e remunerado.

6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve ocorrência no exercício de 2015.

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Na Ufopa a Gestão do Patrimônio é de responsabilidade da Proad, vinculada a ela está a Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio que tem como objetivos coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas com as áreas de Almoxarifado e Patrimônio. Executar o recebimento e incorporação de bens e controlar a distribuição de materiais de consumo e permanentes.

Com relação à infraestrutura, a Sinfra é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, regulação, execução e controle das atividades relacionadas à gestão de infraestrutura física e de apoio. Para tanto, coordena programas e desenvolve suas atividades operacionais, em parceria com as demais unidades acadêmicas, visando à melhoria das condições necessárias para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. A atuação da Sinfra vai além da estrutura física da Universidade, seu trabalho é fundamental para execução das ações desenvolvidas nas áreas acadêmicas, administrativas, organizacional e financeira, proporcionando as condições estruturais necessárias para o desenvolvimento das atividades fins da Universidade.

6.2.1 Gestão da frota de veículos

A Gestão da frota de veículos na Ufopa esteve sob a responsabilidade de sua Pró-Reitoria de Administração (Proad). Para facilitar o uso de seus veículos e orientar as Unidades desta UPC, foi criado no exercício de 2015, por meio da Coordenação de Transporte, o Manual de Procedimento de Uso dos Veículos Oficiais. Neste manual, é apresentado o processo de requisição, autorização, disponibilização e uso dos veículos oficiais da Instituição.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é:

- Código de Trânsito Brasileiro e Conselho Nacional de Trânsito;
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução de serviços DNIT nº 7, de 26 de maio de 2009, que dispõe sobre a atividade de transporte destinada ao atendimento das necessidades de serviços, por meio de veículos oficiais, próprios ou contratados, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, em complementação às normas vigentes na administração pública federal;
- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais;
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículos oficiais.

Para a Ufopa, a frota de veículo tem importância estratégica para seu funcionamento, uma vez que, garante a mobilidade de seus servidores e discentes para resolução de assuntos acadêmicos e/ou administrativos, impactando diretamente no alcance dos resultados, ao se considerar as necessidades de deslocamento e logística para atendimento das atividades finalísticas, por exemplo: visitas técnicas agendadas por professores (aula prática); deslocamentos de docentes e discentes à unidade experimental (fazenda); transportes intermunicipais e interestaduais para participação em seminários e intercâmbio sociocultural entre outras atividades acadêmicas; transporte de alunos entre as unidades da Universidade.

A frota é composta de 25 (vinte e cinco) veículos funcionais (utilitários, van, ônibus e micro-ônibus), com aproximadamente 6 (seis) anos de uso e, em média, 228.214 (duzentos e vinte e oito mil, duzentos e quatorze) quilômetros rodados. Individualmente, a média de quilometragem rodada, em 2015, é 9.128 (nove mil, cento e vinte e oito) quilômetros por veículo, com custo médio mensal de manutenções e combustíveis atingindo R\$ 35.455,89 (trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos). Se formos comparar com o ano de 2014, houve uma redução nos gastos em aproximadamente 29% (vinte e nove por cento).

No exercício de 2015, iniciou o processo de renovação da frota de veículos. Posteriormente, a Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio irá iniciar o descarte de veículos considerados antieconômicos. Os estudos desenvolvidos para renovação da frota partiram da identificação inicial das categorias de veículos potencialmente necessárias: a) tipo 1: veículos de transporte institucional; b) tipo 2: veículos de serviços comuns, sendo 1 veículo de transporte institucional e 24 veículos de serviços comuns, num total de 25 veículos.

No momento, a Coordenação de Transporte da Universidade está analisando as opções, para posterior decisão do modelo de frota a ser utilizado. Não obstante, fizemos aquisições recentes de veículos para renovação da frota. Em relação ao veículo de transporte rodoviário, estamos estudando a possibilidade de contratação do serviço de transporte, ou seja, de terceirização do transporte para atendimento às demandas de viagens interestaduais e intermunicipais. Para assegurar a prestação, eficiência e economia do serviço de transporte é utilizado o controle de quilômetros rodados por veículo. A fim de aferir sua eficiência, utiliza-se formulário apropriado para tal finalidade, com a anotação da quilometragem inicial e final no fim do expediente.

A seguir são apresentados os indicadores apurados no exercício de 2015 sobre a frota de veículos da Ufopa:

Tabela 16 – Média anual de km rodado

Classificação	Quant.	Média de km anual por veículo	Média de km anual total
Veículos de transporte institucional	1	16.806	16.806
Veículos de serviços comuns	24	8.809	211.408

Tabela 17 – Idade média dos veículos

Classificação	Quant.	Utilização	Média de km anual total
Veículos de transporte institucional	1	Transporte da Reitoria e autoridades	5 anos
Veículos de serviços comuns	24	Transporte de servidores, discentes, docentes, entre outros.	6 anos

Tabela 18 – Gastos com combustíveis

Classificação	Quant.	Utilização	Consumo anual
Veículos de transporte institucional	1	Transporte da Reitoria e autoridades	R\$ 9.988,05
Veículos de serviços comuns	24	Transporte de servidores, discentes, docentes, entre outros.	R\$ 141.559,75

Tabela 19 – Gastos com manutenção

Classificação	Quant.	Utilização	Manutenção anual
Veículos de transporte institucional	1	Transporte da Reitoria e autoridades	R\$ 3.804,17
Veículos de serviços comuns	24	Transporte de servidores, discentes, docentes, entre outros.	R\$ 270.118,66

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, bem como dos demais bens patrimoniais nas mesmas condições, obedece à legislação pertinente à questão, ou seja, ao Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, que dispõe sobre a regulamentação, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material; ao Decreto nº 6.087, de 20 de abril de 2007, que altera os art. 5º, art. 15 e art. 21 do Decreto nº 99.658 e demais pautas que tratam do assunto.

A Comissão Permanente de Desfazimento de Materiais Permanentes e de Consumo foi nomeada por meio da Portaria nº 1.667, de 20 de agosto de 2015, atendendo às diretrizes do Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais da Ufopa.

No exercício de 2015, nenhum veículo pertencente à Universidade foi classificado como inservível e apresentado à Comissão, a fim de proceder aos trâmites de baixa patrimonial.

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Ufopa dispõe de 3 (três) imóveis próprios situados no município de Santarém, 6 imóveis em processo de transferência de registro e 5 imóveis alugados. Os imóveis dos municípios dos campi da Universidade estão todos em processo de doação, totalizando 6 imóveis (Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná). Os imóveis registrados em nome da Ufopa estão todos com informações atualizadas no SPIUnet, os alugados apenas um ainda sem atualização. Está sendo criada na Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio vinculada a Proad, uma estrutura para dar condições mais adequadas para a realização da gestão desses bens. A Ufopa também possui servidor responsável para operar o Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A Cessão de espaços físicos na Ufopa é realizada por meio de concessão administrativa de uso de bem público, e é formalizada por contrato administrativo realizado com prévia licitação, onde o critério de seleção foi o menor preço dos serviços oferecidos conforme as condições convencionadas com a Administração. Para a Cessão de espaço, levam-se em consideração os espaços localizados nas Unidades da Ufopa que são apropriados à exploração, onde se considerou a demanda da comunidade acadêmica pelos serviços de lanchonete. A Ufopa no exercício 2015 teve os seguintes espaços em contrato de concessão:

Cessão 1 – Cantina da Unidade Rondon, contrato de concessão de uso de bem público nº 30/2013, celebrado entre a Ufopa e a empresa Bombom Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. - ME, no valor de R\$ 586,60, com vigência de 24/9/2015 a 24/9/2016.

Cessão 2 – Cantina da Unidade Tapajós, contrato de concessão de uso de bem público nº 30/2013, celebrado entre a Ufopa e a empresa Bombom Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. - ME, no valor de R\$ 761,45, com vigência de 24/9/2015 a 24/9/2016.

6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiro

Diante da necessidade de acomodação de suas Unidades Acadêmicas e Administrativas e das dificuldades enfrentadas na construção dos prédios definitivos, a Administração da Ufopa viu-se obrigada a optar pela locação de imóveis de particulares na cidade de Santarém, considerando as características de cada imóvel quanto à satisfação de critérios de adequabilidade e localização, assim como a compatibilidade do preço dos aluguéis com o mercado local.

Quanto à manutenção dos prédios locados, exceto nos contratos de locação dos prédios utilizados pelo Almoxarifado e pelo Ibef, em que a manutenção é realizada pela locatária (Ufopa), é previsto em cláusulas contratuais que os locadores assumam a responsabilidade pela mesma, mantendo as condições de uso e higienização, ficando sob a responsabilidade da locatária, findada a locação, a restituição dos imóveis nas condições de recebimento, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal e de caso fortuito ou de força maior.

a) Imóvel 1 – Prédio do Amazônia Boulevard:

Endereço: Av. Mendonça Furtado, 2946, Bairro: Fátima.

Locador: Empresa Irmãos Muniz Ltda.-ME.

Contrato nº 033/2013..

Valor mensal: R\$ 507.324,13 (quinhentos e sete mil trezentos e vinte e quatro reais e treze centavos).

Vigência: de 4/11/13 a 4/11/2016;

b) Imóvel 2 – Prédio da Proppit:

Endereço: Av. Mendonça Furtado, 2440, Bairro: Aldeia.

Locador: Ideal Indústria e Comércio de Refrigerantes e Bebidas Ltda. – ME.

Contrato nº 11/2015.

Valor mensal: R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais)

Vigência: de 9/6/2015 a 9/6/2017;

c) Imóvel 3 - Almoxarifado Geral:

Endereço: Av. Silvério Sirouteau, 3048, Bairro: Salé,

Locador: Machado Veículos Ltda.,

Contrato nº 01/2010.

Valor mensal: R\$ 8.449,35 (oito mil quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

Vigência: de 26/6/2015 a 26/6/2017;

d) Imóvel 4 - Almoxarifado Geral:

Endereço: Av. Presidente Vargas, 3724, Bairro: Caranazal.

Locador: Machado Veículos Ltda.

Contrato nº 25/2013.

Valor mensal: R\$ 11.181,09 (onze mil cento e oitenta e um reais e treze centavos).

Vigência: de 30/5/2014 a 30/5/2016;

e) Imóvel 5 – Ibef:

Endereço: Rua 24 de Outubro, 3122, Bairro: Salé.

Locador: Rômulo Luiz Barroso Mubarac.

Contrato nº 33/2015.

Valor mensal: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Vigência: de 10/12/2015 a 10/12/2016.

6.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

Considerando que o Sistema de Avaliação das Universidades, que trata de seu credenciamento junto ao Ministério da Educação, considera o espaço físico como ponto relevante das avaliações por tratar-se de uma expressão da estrutura acadêmica onde ocorre a formação de mão de obra qualificada para atuar em nossa sociedade, a Ufopa, por meio da Sinfra, vem avançando nas construções de seus novos prédios, melhorando a qualidade daqueles já existentes, adaptando-os às reais necessidades de seus usuários, com vistas a contribuir para a qualidade de ensino, zelando pela melhor utilização possível dos recursos destinados à construção, funcionamento e à manutenção de suas instalações, além de buscar solucionar o déficit de espaços físicos, mesmo que de forma provisória, alugando imóveis de particulares para o funcionamento de unidades não contempladas nos espaços ora disponíveis, de forma que as atividades não fiquem prejudicadas. Porém, apesar de todos os esforços destacados, ainda não apresenta estrutura física considerada satisfatória no que diz respeito ao oferecimento de espaços suficientes e de qualidade a todas as demandas existentes.

Atribui-se isso à velocidade com que a Universidade cresceu em número de alunos, professores, técnicos e funcionários terceirizados, isto é, uma expansão qualitativa e quantitativa, aliada à diversificação das estruturas organizacionais, além das restrições financeiras. A necessidade de solucionar tal problema ainda é refletida na estipulação de curtos prazos para elaboração de projetos, o que conseqüentemente ocasiona problemas na sua elaboração.

A expectativa pela conclusão das obras que estão em execução é ampliada pela grande demanda por laboratórios, pois os prédios que estão sendo construídos resolverão uma grande parcela da demanda por laboratórios, garantindo, conseqüentemente, um melhor ensino e ampliando a quantidade de pesquisas que poderão ser desenvolvidas.

A estrutura física da Ufopa está crescendo a cada ano, resultado do esforço empenhado para o desenvolvimento institucional. Dessa forma, a gestão da Ufopa, por meio da Sinfra, busca o desenvolvimento da infraestrutura da Instituição. Com relação ao ano de 2014, observa-se um avanço na quantidade de instalações, principalmente em relação às salas de aula, que passou de 73 (setenta e três) para 85 (oitenta e cinco); as salas de docentes que passou de 30 (trinta) para 42 (quarenta e dois); salas administrativas, que passou de 52 (cinquenta e dois) para 57 (cinquenta e sete). Apenas o número de laboratórios teve um decréscimo, pois em 2014 contava com 71 (setenta e um) laboratórios e em 2015 caiu para 63 (sessenta e três). Pode-se considerar que algumas salas que eram utilizadas como laboratórios passaram a ter outro uso em 2015.

6.3 Gestão da tecnologia da informação

O Planejamento de TI pode ser entendido como um processo gerencial administrativo, de identificação e organização de pessoal, aplicações de ferramentas baseadas em tecnologia da

informação (recursos de TI), necessários para apoiar a Instituição na execução de seu plano de negócios e no cumprimento de seus objetivos institucionais. Para isso, a área de TI deve possuir estratégias que promovam ações estruturantes para suportar as metas e objetivos definidos no Planejamento Estratégico do Órgão. É necessária, portanto, a elaboração de um documento estratégico relacionado à TI, de forma a estabelecer diretrizes e metas que orientem a construção do Planejamento de TI do Órgão.

A IN nº 4/2014 em seu art. 2º, inciso XXVII, define o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), como instrumento de planejamento de TI a ser utilizado no âmbito da Administração Pública Federal. Ainda segundo a IN nº 4/2014, um PDTI é um “instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período”.

É conveniente que do planejamento estratégico da organização retirem-se as informações necessárias ao planejamento de TI, pois estes planejamentos são altamente interdependentes (IN 4/2014, art. 4º). O PDTI foi elaborado com base nas perspectivas elencadas no mapa estratégico da Ufopa, planejando as metas e ações de acordo com os objetivos estratégicos, buscando sempre atingir os indicadores desejados. Para discussão do PDTI foi instituído, em 2012, o Comitê Gestor de TI (CGTI), o qual tem como principal objetivo coordenar a formulação de propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de Tecnologia da Informação, a elaboração do PDTI e do Plano de Ações de TI e classificar as informações nele contidas. Durante o ano de 2015, este Comitê realizou apenas duas reuniões, sendo uma em 27/1, que tratou sobre os regimentos do Comitê Gestor de TI (CGTI) e do Comitê Gestor de Segurança de TI (CGSTI), e outra em 25/3, que tratou da discussão do PDTI e homologação do PETI. Quanto à sua composição, esta é formada conforme quadro abaixo:

Tabela 20 – Membros com CGTI

Membros do CGTI - Comitê Gestor de TI	
Presidente	Vice-Reitor
Vice-Presidente	Diretor do CTIC
Demais Membros	Pró-Reitor de Administração
	Representante do Diretório Central dos Estudantes
	Representante do SINDUFOPA
	Representante do SINDTIFES/UFOPA
	Coordenador de Redes do CTIC
	Coordenador de Sistemas do CTIC

Capacitação e força de trabalho de TI da Ufopa

No ano de 2015, cada coordenação que compõe o CTIC procurou desenvolver a capacitação dos seus servidores; no entanto, por motivos diversos, apenas a Coordenação de Segurança conseguiu capacitar seus servidores em um curso externo. As demais coordenações apenas desenvolveram seus colaboradores em cursos oferecidos pela própria Instituição. Na Coordenação de Sistemas, por exemplo, foram programadas a inscrição dos colaboradores em quatro cursos distintos, essenciais para atividades desempenhadas dentro da coordenação, já que tinha como objetivos consolidar o *know-how* já adquirido, bem como tornar a equipe autônoma e independente de empresas terceirizadas. No entanto, em virtude da falta de quórum mínimo para a criação de turma, os cursos foram remarcados para datas posteriores ou mesmo adiados. Dentre os cursos externos e internos a Ufopa realizados, destacam-se:

Curso externo:

I. Gestão da Segurança da Informação – NBR 27001 e NBR 27002.

Período: 6 a 10 de abril de 2015.

Local: Escola Superior de Redes – Unidade João Pessoa.

Cursos internos:

I. Curso: Virtualização de servidores.

Período: 3 a 13 de novembro de 2015.

II. Curso: Administração do sistema Linux.

Período: 16 a 27 de novembro de 2015.

Com relação ao quadro de servidores, o CTIC, em 2015, esteve formado por 31 profissionais efetivos, distribuídos nos cargos de Administrador (1), Analista de TI (20), Assistente Administrativo (2), Engenheiro Elétrico (1), Secretário Executivo (1), Técnico de Tecnologia da Informação (6).

Com relação ao gerenciamento de serviços de TI, a Coordenação de Suporte, por meio da utilização do sistema GLPI, adotou o processo de gerenciamento de incidentes, oriundo das boas práticas de TI denominadas ITIL v3, que tem por objetivo assegurar que, depois da ocorrência de um incidente, o serviço de TI afetado tenha restaurada a sua condição original de funcionamento o mais breve possível, minimizando os impactos decorrentes do efeito sobre o nível de serviço ou, mesmo, da indisponibilidade total. O CTIC implementa a Central de Serviços, que é a área responsável pelo atendimento dos usuários e registro dos incidentes, passando a zelar por eles durante todo o seu ciclo de vida. A central de serviços monitora o estado e o ritmo de progresso de todos os incidentes e mantém as áreas usuárias dos serviços de TI informadas sobre o atendimento dos incidentes.

A padronização do processo de atendimento e registro dos incidentes, executado pela equipe da central de serviços, permite uma melhora no atendimento aos usuários dos serviços de TI, o aumento da produtividade da equipe e a diminuição do tempo de indisponibilidade dos serviços de TI. O CTIC também implementa uma estrutura de monitoração ativa da infraestrutura, conhecida como centro de comando, responsável por monitorar e sinalizar qualquer evento na infraestrutura de TI que afete ou possa a vir afetar os seus serviços disponibilizados à Universidade. O centro de comando passa a interagir com a central de serviços, enviando-lhes informações que permitam a abertura de um incidente e o início do seu atendimento.

A equipe da Central de Serviços, responsável pelo atendimento dos chamados e detecção de incidentes, deve também determinar a prioridade dos incidentes à medida que os recebe. Consultando o usuário, a equipe calculará a prioridade de atendimento.

A figura a seguir apresenta uma correlação entre impacto para o negócio e urgência, permitindo a atribuição de uma prioridade entre 1 e 4, para atendimento dos incidentes, sendo a prioridade 1 mais alta.

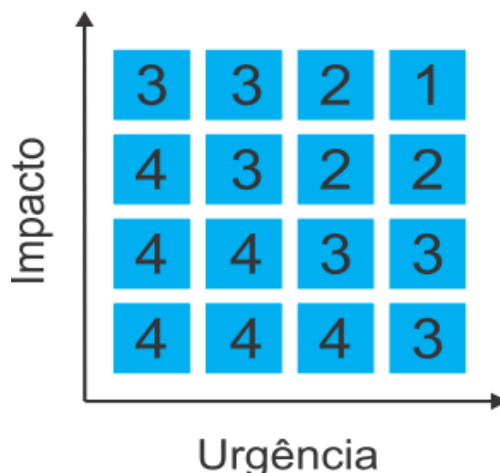


Figura 3 – Priorização de incidente para atendimento

O gerenciamento de serviços de TI decorre da necessidade de garantir a melhor utilização dos recursos da área de TI para suporte ao negócio, registrar e preservar informações significativas relacionadas aos incidentes e desenvolver e aplicar estratégia consistente de atendimento para todos os incidentes reportados.

Ações de TI desenvolvidos no CTIC em 2015

A Coordenação de Suporte tem como principal responsabilidade a manutenção do serviço de suporte e atendimento aos usuários por meio da implementação do conceito de *Service Desk*. Suas principais realizações no exercício estão descritas no quadro a seguir:

Quadro 37 – Ações desenvolvidas pela Coordenação de Suporte do CTIC em 2015.

Atividade	Status	Objetivo/Ação Estratégica	Público Alcançado
Instalação de impressoras setoriais	Concluído	Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.	Todos os setores da Ufopa
Instalação do servidor de antivírus centralizado com a criação de tarefas automáticas de atualização e verificação de vírus em todos os computadores clientes.	Concluído	Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.	Todos os setores da Ufopa
Aquisição de equipamentos de TI (computador, notebook e nobreak).	Concluído	Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.	Todos os setores da Ufopa
Backup automático do sistema de chamados de informática (GLPI).	Concluído	Sistematizar, integrar e proteger a informação.	CTIC
Desfazimento de bens de TI.	Em andamento	Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.	Todos os setores da Ufopa
Pasta compartilhada setorial hospedada no <i>Datacenter</i> com controle de acesso.	Em andamento	Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.	Todos os setores da Ufopa

A Coordenação de Segurança é responsável pela manutenção das políticas de segurança da informação da Instituição. É responsável por promover a cultura da segurança da informação, apoiando e desenvolvendo atividades alinhadas com as estratégias de negócio da Instituição mediante um monitoramento contínuo dos seus processos, métodos e ações.

Quadro 38 – Ações desenvolvidas pela Coordenação de Segurança do CTIC em 2015.

Atividade	Status	Objetivo/Ação Estratégica	Público Alcançado
Treinamento em Segurança da Informação para servidores da Ufopa.	Não realizado	Planejar capacitação técnica na área de TI para configuração e manutenção de equipamentos de servidores de serviços e de dados (redes), sistemas, segurança e suporte da Ufopa.	
Seminário em Segurança da Informação, promovendo palestras e minicursos voltados à comunidade acadêmica.	Não realizado	Planejar capacitação técnica na área de TI para configuração e manutenção de equipamentos de servidores de serviços e de dados (redes), sistemas, segurança e suporte da Ufopa.	
Sistema de Controle de Inventário, permitindo que sejam cadastrados os materiais permanentes, tanto do CTIC como de outras Unidades.	Em andamento	Proteger os equipamentos provedores de serviços de rede, telecomunicações, sistemas e de dados de TI da Ufopa.	
Instalação do sistema de controle de inventário computacional, que visa realizar levantamento do parque computacional da Instituição, permitindo um maior controle sobre os ativos de informação (localização e demais <i>hardware</i> e <i>software</i> pertencentes aos ativos).	Cancelado	Organizar e hierarquizar o acesso e a disponibilidade da informação, alinhados à política de segurança institucional.	

Revisão e aprovação da Política de Segurança da Informação da Ufopa.	Realizado	Elaboração e homologação do Plano Diretor das Políticas de Segurança da Informação.	Comunidade Acadêmica
Reedição da Cartilha de Segurança da Informação.	Realizado	Organizar e hierarquizar o acesso e a disponibilidade da informação, alinhados à política de segurança institucional.	Comunidade Acadêmica
Campanha de conscientização da utilização do e-mail institucional.	Realizado	Proteger os equipamentos provedores de serviços de rede, telecomunicações, sistemas e de dados de TI da Ufopa.	Cerca de 900 servidores.
Semana de conscientização em Segurança da Informação.	Realizado	Proteger os equipamentos provedores de serviços de rede, telecomunicações, sistemas e de dados de TI da Ufopa.	Cerca de 3000 pessoas visualizaram a campanha nas redes sociais e nos sites onde a campanha foi divulgada.

A Coordenação de Redes é responsável pelo projeto, desenvolvimento, implantação e sustentabilidade de uma infraestrutura de rede confiável e segura.

Quadro 39 - Ações desenvolvidas pela Coordenação de Suporte do CTIC em 2015.

Atividade	Status	Avaliação / Observação
Elaboração do termo para disponibilização de IP válido	Em andamento	Documento elaborado, aguardando aprovação por parte da direção do CTIC.
Adequação da base do <i>Spark</i> .	Em andamento	Adequação da base utilizada pelo <i>Spark</i> , a fim de que todos os servidores da Ufopa possam utilizar a ferramenta de comunicação interna.
Início da modelagem dos processos de redes.	Em andamento	Foi realizada a modelagem preliminar de alguns processos realizados pela Coordenação de Redes, tais como: criação de usuários temporários para a rede sem fio, criação de usuários sem fio (individual), cadastro de MAC no DHCP, rotina de monitoramento de rede, tratamento de falhas, tratamento de falhas no acesso à internet, tratamento de falhas no <i>nobreak</i> , tratamento de falhas na rede elétrica, <i>backup</i> de configuração de equipamentos críticos de rede, solicitação de IP válido, ampliação da rede cabeada, ampliação da rede sem fio, atualização de documentação de rede etc. Os modelos ainda estão pendentes de discussão e aprovação.
Especificação de um sistema para controle de ativos de rede.	Em andamento	Foi feita uma especificação para sistema de controle de ativos de rede a ser desenvolvido em conjunto com a Coordenação de Sistemas. O sistema foi desenvolvido pela Coordenação de Sistema e atualmente o sistema está em fase de testes.
Prosseguimento no projeto de segmentação dos das Unidades Tapajós e Rondon.	Em andamento	Foram realizadas segmentações de alguns setores nos campi Rondon e Tapajós (Reitoria, Laboratórios, etc.), dando prosseguimento ao projeto de segmentação desses campi.
Ativação dos links dos <i>campi</i> do interior	Concluído parcialmente	Foi realizada a ativação dos links de Óbidos e Juruti, assim como a ampliação do link de Oriximiná. Não foi possível concluir as ativações, pois Monte Alegre, Alenquer e Itaituba não possuem local com uma estrutura mínima de segurança nem para os equipamentos nem para os dados que passarão pela rede.
Conclusão da segmentação da rede da Unidade Amazônia.	Concluído	Todo o prédio encontra-se segmentado.
Atualização do cliente de e-mail.	Concluído	Atualização de versão e instalação de um filtro Antispam
Criação do catálogo de endereços do e-mail.	Concluído	Criação do catálogo com todos os endereços de e-mail da Ufopa.
Interligação do prédio da Proppit, na Av. Mendonça Furtado, à rede	Concluído	Foi realizada a conexão do prédio utilizando-se um enlace de rádio ponto a ponto. Foi instalada uma rede local cabeada e

de dados da Ufopa, com acesso à internet.		instalados dois rádios para acesso sem fio.
Configuração de rádios cisco, com substituição de <i>firmware</i> , para operação no modo autônomo e utilização no Campus de Óbidos.	Concluído	Foi feita a conversão de rádios cisco para operação no modo autônomo no Campus de Óbidos, uma vez que nesse Campus não há controladora <i>wireless</i> .
Realização do <i>backup</i> da configuração dos equipamentos de rede gerenciáveis.	Concluído	Em cumprimento à rotina de <i>backup</i> dos equipamentos de rede, foi realizado <i>backup</i> dos arquivos de configuração de todos os <i>switches</i> da rede da Ufopa.
Conexão do prédio do Almoxarifado (Av. Presidente Vargas) à rede da Ufopa.	Concluído	Realização das instalações e configurações necessárias nos equipamentos para mudança de local do Almoxarifado para o prédio da Presidente Vargas.
Realocação do rádio (enlace) da Unidade Amazônia, visando ao aumento de disponibilidade e melhoria na segurança física.	Concluído	Foi realizada a mudança de local da IDU do rádio (enlace) que atende ao prédio da Unidade Amazônia, com intuito de melhorar a segurança física do equipamento e aumentar a disponibilidade do serviço, uma vez que ocorreram incidentes de segurança envolvendo esse equipamento, os quais prejudicaram a disponibilidade do acesso à internet na Unidade Amazônia.

A Coordenação de Sistemas desenvolve atividades de gestão das demandas que se relacionam com a análise de processos de negócios, engenharia de requisitos, arquitetura de *software*.

Quadro 40 – Ações desenvolvidas pela Coordenação de Sistemas do CTIC em 2015.

Atividade	Status	Avaliação
Capacitação em JBoss, PostgreSQL, Análise de Pontos de Função, Padrão Governamental	Não realizado	Quórum mínimo não alcançado pela empresa prestadora do serviço
Realização do termo de cooperação com a UFRN	Não realizado	A UFRN não aceitou o termo de capacidade técnica emitido pela Ufopa
Treinamento de usuários no Sigaa	Realizado	Solicitação vinda de institutos
Workshop de utilização do memorando eletrônico	Realizado	Grande aceitação das unidades administrativas
Desenvolvimento de sites	Realizado	3 projetos finalizados e colocados em produção
Implantação de módulos	Realizado	Módulo Diploma implantado no Sigaa, Módulo Assistência ao Estudante em fase homologação, Módulo Patrimônio e Almoxarifado realizando a migração de base de dado.
Auxílio na realização do processo seletivo	Realizado	Implementação de página de inscrição para os candidatos e utilização de sistema para gerar lista de chamada baseada nos critérios do edital
Correções de erros nos Sistemas SIG	Realizado	Atividade sujeita à solicitação pelos usuários dos sistemas
Atualização de sistema	Realizado	Saad, Sigrh e Sigadmin
Desenvolvimento de aplicação para Jornada Acadêmica	Realizado	Aprimoramento da aplicação já utilizada
Desenvolvimento de sistemas	Realizado	2 aplicações Web disponibilizadas para acesso interno (INGE, Artibeus)
Contratação de empresa licenciada	Realizado	Foi aderida a ata de registro de preço para dar suporte aos sistemas SIG da Ufopa.

Medidas para mitigar dependência tecnológica:

No ano de 2015, o CTIC utilizou os serviços terceirizados de desenvolvimento de *software*, serviço de impressão, telefonia analógica e cabeamento de redes de dados. Para mitigar eventual dependência tecnológica, segue abaixo algumas medidas adotadas para implementação em 2016:

- Serviço de desenvolvimento de *software*: capacitação em tecnologias de desenvolvimento de *software* para os analistas da Coordenação de Sistemas.
- Serviço de impressão: aquisição de impressoras multifuncionais de grande porte em setores estratégicos para atendimento de vários setores.
- Cabeamento de redes de dados: ampliação da rede sem fio na sede e nos interiores, com maior qualidade de sinal e velocidade de dados.

6.3.1 Principais sistemas de informações

No que tange aos sistemas de informação da Instituição, o ano de 2015 representou um grande avanço no desenvolvimento e atualização dos sistemas SIGs, com a assinatura do contrato com a e-SIG, que irá fornecer todo suporte necessário à realização dessas atividades, bem como ajudará a equipe da Coordenação de Sistemas a tornar-se mais autônoma. Para o ano de 2016, está planejado o melhoramento dos Sistemas Sigaa, Sigrh, Sipac e Sigadmin, visando atender às resoluções vigentes e também reduzir suas inconsistências. Por outro lado, para o Sistema de Apoio a Atividade Docente (Saad), é esperada a sua evolução com a inclusão de novas funcionalidades e novos relatórios, que servirão como ferramenta de apoio à tomada de decisões da alta administração.

Atualmente, a Universidade conta com oito sistemas:

Sigaa: Informatiza os procedimentos da área acadêmica por meio dos módulos de: graduação, pós-graduação (*stricto sensu*), submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. O acesso ocorre por meio de link eletrônico (<http://www.sigaa.ufopa.edu.br>).

Sipac: Oferece operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da Ufopa, sendo, portanto, atuante nas atividades-meio da Instituição. O Sipac integra totalmente a área administrativa desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente. O acesso ocorre por meio de link eletrônico (<http://www.sipac.ufopa.edu.br>).

Sigrh: Informatiza os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos *on-line*, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, entre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o Siape (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno. O acesso é por meio de link eletrônico (<http://www.sigrh.ufopa.edu.br>).

Sigadmin: É a área de administração e gestão dos três sistemas integrados. Este sistema gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades. Apenas gestores e administradores do sistema tem acesso a esse sistema, e a forma ocorre por meio de link eletrônico (<http://www.sigadmin.ufopa.edu.br>).

Saad: Sistema de Acompanhamento de Atividade Docente, é desenvolvido com a finalidade de gerenciar as atividades desempenhadas pelos docentes por meio de suas associações a projetos e atividades administrativas, gerando relatórios para proporcionar ao setor de planejamento uma visão quantitativa da distribuição de demandas dos docentes. Seu acesso ocorre por meio de link eletrônico (<http://www.ufopa.edu.br/saad/>).

Sistema de Consulta de Status de Manifestação: Sistema implementado para servir de fonte de consulta para os usuários da Ouvidoria da Ufopa. Sua principal característica é expor ações tomadas referentes às manifestações cadastradas. Sua forma de acesso ocorre por meio de link eletrônico (<http://www.ufopa.edu.br/statusmanifestacao/>).

Saap: Sistema Acadêmico de Apoio à Pesquisa, foi desenvolvido com o objetivo de automatizar o processo de aprovação de projetos na Capes e CNPq. Sua forma de acesso se dá pelo link <http://www.ufopa.edu.br/saap>.

GLPI: Gestão Livre de Parque de Informática, trata-se de uma aplicação livre, distribuída sob a licença GPL para a gestão de TI. Tem funções aprimoradas para tornar o cotidiano dos analistas mais fáceis, com um sistema de controle de TI, e-mail de notificação e métodos para construir banco de dados com informações básicas sobre a sua topologia de rede. O GLPI é dinâmico e está diretamente ligado aos servidores, que podem postar os chamados para os analistas. Uma interface autoriza, assim, se necessário, solicitar o serviço de manutenção de um problema encontrado em um dos recursos técnicos, como computador, impressora, redes, internet, sistemas e outros. Seu acesso se dá por meio de link eletrônico (<https://suporte.ufopa.edu.br>).

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Na Ufopa, foi criada em 2014 a Diretoria de Meio Ambiente (DMA), inicialmente composta de 4 (quatro) servidores, sendo esta vinculada à Superintendência de Infraestrutura da Ufopa. Ao longo desse tempo, vem desenvolvendo suas atividades de forma mais pontual, mas tentando atuar de maneira radial e sempre integrando estas atividades aos demais setores que compõem a Sinfra, quando se trata especificamente das questões ambientais.

O ponto de partida para o desenvolvimento das ações ambientais por parte dessa Diretoria foi inicialmente identificar suas atribuições e seus eixos prioritários de atuação, os quais nortearão a gestão ambiental necessária na Ufopa.

6.4.1 Atribuições da DMA

- Participar, de forma integrada com as unidades e setores que compõem a Ufopa, nas fases de planejamento, execução e/ou operação de projetos, programas e obras voltadas para sistema de abastecimento de água, sistema de coleta, transporte e tratamento de efluentes, gerenciamento de resíduos sólidos, manejo e drenagem de águas pluviais, regularização ambiental, educação ambiental e conforto ambiental.

- Apoiar e promover a sustentabilidade na gestão dos diversos setores que compõem a Ufopa, buscando a adequação ambiental de seus processos e aspectos ambientais.

- Promover a sensibilização e a conscientização das comunidades acadêmica e técnico-administrativa na preservação, conservação, recuperação e manutenção do meio ambiente..

- Subsidiar ações, projetos e programas ambientais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão da Ufopa.

- Atuar, sempre de acordo com o interesse da administração pública federal, de forma conjunta e participativa com organismos relacionados ao meio ambiente em outras esferas do governo, bem como com as organizações não governamentais e comunidades em geral.

A atuação da DMA durante o exercício de 2015 foi pautada nos seguintes eixos:

Gerenciamento de resíduos, visando à implantação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, elaboração do programa de coleta seletiva na Ufopa.

Sistemas de abastecimentos de água e esgotamento sanitário, buscando implantar novas técnicas de tratamento e realizando melhorias para o funcionamento dos sistemas nos Campis.

Uso racional de energia e água, elaborando programas de redução do custo e consumo de água e energia elétrica, além de promover campanhas de mobilização e sensibilização de redução do consumo de água e energia elétrica.

Licenciamento ambiental, elaborando e acompanhando os processos de licenciamento ambiental de todas as obras, atividades e serviços de responsabilidade da Ufopa e demais que necessitem de regularização ambiental.

Compras ecoeficientes, estabelecendo critérios sustentáveis de aquisição de materiais e/ou contratação de serviços na construção de novas unidades e nos mais diversos usos e atividades da universidade.

Edificações sustentáveis, definindo e estabelecendo parâmetros sustentáveis na concepção de novas unidades de edificações; e

Conforto ambiental, em que uma das metas é priorizar, nas mais diversas ações, a preservação da vegetação dos Campi da Ufopa.

Em outubro de 2014, com a elaboração do Plano de Logística Sustentável instituído um ano depois, em outubro de 2015, criou-se uma nova fase de consolidação das questões ambientais e apropriação de práticas mais sustentáveis na Ufopa.

6.4.2 Agenda Ambiental da Administração Pública na Ufopa

A participação da Ufopa na A3P ainda se dá de forma muito tímida, pois uma política de gestão ambiental a ser implantada na Ufopa ainda não foi abertamente discutida e aprovada pelos Conselhos competentes. Com isso, critérios ambientais deixam de ser atendidos ou mesmo priorizados nos processos, contratações, rotinas administrativas e acadêmicas da Instituição.

Com a aprovação em outubro de 2015 do Plano de Logística Sustentável, que visa ao planejamento de ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação que permitirão ao órgão estabelecer práticas de sustentabilidade, vislumbra-se uma participação mais efetiva.

6.4.3 Gerenciamento de resíduos na Ufopa

Uns dos eixos de atuação da DMA é o gerenciamento dos resíduos (sólidos e líquidos) gerados em todas as Unidades da Ufopa. Visando a isso, foram realizadas as seguintes ações:

- a) elaboração do diagnóstico de geração e o descarte dos resíduos (químico, orgânico, inorgânico, eletroeletrônico, saúde, construção civil) que ocorrem nas Unidades da Ufopa;
- b) capacitação dos trabalhadores terceirizados que atuam na limpeza e conservação das Unidades da Ufopa para o gerenciamento de resíduos;
- c) participação no Projeto Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos (projeto-piloto da Prefeitura de Santarém).

Atualmente somente os resíduos gerados na Unidade Amazônia são segregados e os recicláveis são entregues ao projeto-piloto de coleta seletiva implantado pela Prefeitura do Município de Santarém.

6.4.4 Plano de Logística Sustentável

Por meio da Resolução nº 6, de 20 de outubro, foi aprovado o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Ufopa. Para a elaboração do PLS, houve a necessidade do cumprimento da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, que regulamenta o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, documento que estabelece as regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável no âmbito da Administração Pública.

6.4.5 Constituição da comissão gestora.

O PLS foi elaborado por sua Comissão Gestora, criada por meio da Portaria nº 2.422, de 13 de outubro de 2014, tendo como membros os servidores/as:

Titulares:

- a) João Santos da Silva – Presidente;

- b) Daniele Ferreira de Sousa;
- c) Deam James Azevedo da Silva;
- d) Francisco Teixeira Pires;
- e) Júnior de Almeida Ferreira.

Suplentes:

- a) Amanda Monteiro Sizo Lino;
- b) Jacqueline Bailão Silva Lopes;
- c) Killian Sumaya Fuziel Lima;
- d) Kleber Pagel Saggin;
- e) Rodrigo Oliveira da Silva.

Essa Comissão surgiu da reunião realizada entre a Vice-Reitoria e a Proplan. Na ocasião, foram escolhidos os representantes relacionados na Portaria nº 2.422, de 13/10/2014, lotados nos seguintes setores da Ufopa: Diretoria de Meio Ambiente, Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida, Diretoria do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação, Diretoria de Planejamento e Diretoria de Compras e Serviços.

A elaboração do PLS ocorreu de acordo com as necessidades da Instituição, tendo em vista os critérios descritos na IN nº 10/12, como também as práticas utilizadas na Instituição. Como referência, foram utilizados também os planos de outras Universidades e adotou-se a seguinte metodologia:

Etapa 1: Criação da Comissão Gestora e divisão dos servidores em grupos de trabalho para ajudar na elaboração, uma vez que para os assuntos que o PLS aborda são necessários conhecimentos específicos de diversas áreas.

Etapa 2: Realização de coleta geral de informações da Instituição, com o objetivo de buscar dados a respeito de práticas de sustentabilidade e propostas a serem inseridas no plano.

Etapa 3: Sistematização das informações coletadas e apresentação de minuta do plano.

Etapa 4: Divulgação e aprovação do plano.

Etapa 5: Execução do plano.

Etapa 6: Monitoramento da execução do PLS e, se for necessário, revisão de metas.

Todos os projetos elaborados para o PLS abrangem as áreas que contemplam o conceito de logística sustentável apresentado na Instrução Normativa nº 10/2012, da SLTI/MPOG. Para cada projeto foram criados os objetivos, as ações, as metas a serem alcançadas, o cronograma de implantação além dos resultados esperados e definidos os responsáveis pela execução de cada projeto.

Os projetos contemplados no PLS:

- a) Projeto de compras sustentáveis – material de consumo;
- b) Projeto de obras sustentáveis e manutenção predial;
- c) Projeto de serviços sustentáveis.

6.4.6 Indicação da publicação do PLS

O plano de Logística Sustentável da Ufopa pode ser visualizado em seu sítio eletrônico por meio do link <http://www.ufopa.edu.br/institucional/consun-1/resolucoes-consun/consad>.

6.4.7 Publicidade dos resultados

Os resultados ainda não foram apropriados, pois o PLS ainda não foi efetivamente colocado em prática em sua plenitude. Vários projetos do PLS dependem de recursos financeiros que ainda não foram disponibilizados pela Administração da Ufopa. Conforme determinado no Plano, a cada seis meses haverá o acompanhamento das atividades, por meio do levantamento de indicadores, inclusive via obtenção de dados de solicitações mensais de produtos e materiais registradas pela

administração do departamento e almoxarifado. Também, serão levantados indicadores de consumo de insumos, energia, água etc.

6.4.8 Ações realizadas na sensibilização ambiental

a) Condução e participação da elaboração do Plano de Logística Sustentável da Ufopa.

Objetivo: Planejamento de ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação que permitirão ao órgão estabelecer práticas de sustentabilidade na Ufopa.

A partir da formalização da comissão de servidores responsáveis pela elaboração do PLS da Ufopa em outubro de 2014, formada por representantes de diversos setores da Universidade (Proad, Proplan, CTIC, DSQV e DMA), coube à Diretoria de Meio Ambiente a coordenação dos trabalhos da criação do PLS que foi aprovado em 2015.

Os projetos elaborados e aprovados para o PLS abrangem as áreas que contemplam o conceito de logística sustentável apresentado na Instrução Normativa nº 10/2012, da SLTI/MPOG preveem a implementação de novas ações sustentáveis e a manutenção de outras já colocadas em práticas em todos os Campis da Ufopa.

Resultados: Criação e aprovação do Plano de Logística Sustentável da Ufopa.

b) Levantamento de informações sobre os resíduos (orgânicos, inorgânicos, químicos, eletroeletrônicos e resíduos de saúde) gerados e dos sistemas de abastecimento de água e esgoto da Ufopa.

Objetivos: montar banco de dados para elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Ufopa; implantar o monitoramento dos sistemas de abastecimento de água e esgoto nos Campis da Ufopa.

Foi desenvolvido, ao longo do ano de 2014 e 2015, o levantamento das informações e pesquisas para obter os dados e informações sobre resíduos sólidos e líquidos, informações dos sistemas de saneamento (água, esgoto e drenagem) nas Unidades Rondon, Amazônia e Tapajós em Santarém.

Resultados: banco de dados sobre os resíduos da Ufopa, relatórios para subsidiar a elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos; e relatórios para subsidiar o monitoramento dos sistemas de abastecimento de água, esgoto e drenagem.

c) Programa institucional de sensibilização ambiental.

Objetivo: promover a educação ambiental em todos os Campis da Ufopa, por meio da redução no consumo de materiais de insumo (copos descartáveis, papéis, energia elétrica e água).

Em setembro de 2014, iniciou a realização das campanhas de sensibilização ambiental objetivando a redução no consumo de materiais e insumos: copos plásticos descartáveis, papel, energia. Inicialmente foram realizadas reuniões internas para exposição da campanha “adote uma caneca”, em que os servidores da Sinfra/Ufopa assumiram o compromisso de não mais utilizar copos descartáveis posteriormente às ações de sensibilização. A divulgação da campanha “adote uma caneca” ocorreu pelos diversos setores das Unidades da Ufopa.

Resultados: servidores aboliram o uso de copos descartáveis durante suas atividades; estimativas de redução no consumo de água e energia elétrica.

Com relação a dados concretos, não se tem em razão da falta de equipamentos necessários para aferição exata.

d) Projeto Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos.

Objetivo: orientar a prática da coleta seletiva (projeto-piloto da Prefeitura de Santarém) para a multiplicação de ações que promovam a sustentabilidade.

e) Capacitação dos trabalhadores terceirizados que atuam na limpeza e conservação dos Campis da Ufopa.

Objetivo: orientação no manejo de resíduos sólidos gerados na Ufopa.

Em maio de 2015, houve a realização de orientações técnicas quanto à separação de resíduos sólidos em secos e úmidos aos colaboradores das empresas contratadas de lanchonete/restaurante que funcionam nas Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós/Ufopa, bem como aos colaboradores da empresa terceirizada para os serviços de conservação e limpeza dos Campis da Ufopa. Foram orientações necessárias para que a universidade adeque-se ao projeto-piloto de coleta seletiva, lançado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma) de Santarém, denominado “Lixo Legal”.

Resultados: servidores e trabalhadores terceirizados orientados sobre a separação dos resíduos sólidos gerados na Ufopa.

Repasse dos resíduos sólidos recicláveis gerados na Ufopa, especificamente na Unidade Amazônia, para o projeto de coleta seletiva da Prefeitura Municipal de Santarém.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações do TCU

Esta UPC não foi objeto de nenhum Acórdão do Tribunal de Contas da União para o exercício; portanto, não houve determinações e/ou recomendações do TCU para esta Ifes. Não possuindo pendências na Corte de Contas, relativos ao cumprimento de Acórdãos direcionados à Ufopa, o que é compreensível em virtude do pouco tempo de existência da Instituição, sendo esta a segunda vez em que a Ifes foi relacionada para ter sua prestação de contas julgada pelo TCU.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quanto às recomendações exaradas pelo Órgão de Controle Interno (OCI), esta Ifes possui 12 (doze) recomendações pendentes para o exercício de 2015, segundo última atualização do Plano de Providências Permanentes (PPP).

Dentre as recomendações pendentes, podemos destacar:

1 (uma) relacionada à regularização de imóveis que foram incorporados à Ufopa (por meio da lei de criação), oriundos da UFPA e Ufra. A Ufopa tem encontrado dificuldades para a regularização dos referidos imóveis, pois isto não depende exclusivamente desta Ifes, que está em articulação com as demais instituições envolvidas e com a Secretaria de Patrimônio da União, estando o processo de regularização da UFPA em estágio mais avançado que o da Ufra.

Quanto às recomendações: 2 (duas) para apuração de responsabilidades de servidores; 3 (três) levantamento de prejuízo causado à Ufopa; e 1 (uma), aplicação de penalidades cabíveis às empresas envolvidas. Elas estão em curso, tão logo sejam finalizados os respectivos processos disciplinares os seus resultados serão informados/encaminhados ao OCI para assim comprovar o atendimento das recomendações.

A Auditoria Interna tem acompanhado com o Gabinete da Reitoria e as demais unidades envolvidas as medidas necessárias ao saneamento das recomendações oriundas do OCI, bem como o atendimento dos prazos estabelecidos.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

A Ufopa busca tratar de forma preventiva a ocorrência de ilícitos administrativos. Para tanto, conta com o apoio dos órgãos de controle interno, a saber: Ouvidoria, Auditoria Interna; Comissão de Ética e Coordenação de Processos Administrativos Disciplinares (CPAD). No exercício de 2015, a CPAD realizou, em parceria com os outros órgãos de controle interno da Universidade, um Seminário de Controle Interno, visando à prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos.

Por parte da unidade CPAD, não foi identificado algum processo que acarretasse dano ao erário nem foi preciso a realização de tomada de contas especiais. A CPAD, que foi implantada em junho de 2015, já iniciou a construção de um manual de procedimentos e também a elaboração de um regimento interno da unidade, a ser aprovado posteriormente pelas instâncias superiores.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Referente ao disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, que determina que cada unidade da Administração, no pagamento de obrigações contratuais, obedeça à estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades dos créditos para cada fonte diferenciada de recurso. A Ufopa adota controles por meio de planilhas eletrônicas, que ficam disponíveis para consulta e conhecimento a qualquer momento por parte dos fornecedores, salvo quando presente relevantes razões de interesse público para a não observância do referido artigo.

Entendemos como exigibilidade do crédito o momento da liquidação da despesa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, pois nesse momento há a efetiva certeza da prestação do serviço e/ou fornecimento do material.

Durante todo o exercício de 2015 as liberações de financeiro por parte do SPO/MEC foram de periodicidade mensal, em valores insuficientes para atender à totalidade das exigibilidades de crédito, o que gerou dificuldade no cumprimento do referido artigo, tendo em vista que para não ocorrer descontinuidade dos serviços que comprometessem o pleno funcionamento e segurança institucional, foram realizados pagamentos prioritários como: energia elétrica, locação de mão de obra, assistência estudantil etc.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

No exercício de 2015 a Ufopa iniciou a revisão de dois contratos ainda por serem finalizados, relativos a obras de construção civil.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda.

Tabela 21 – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Legal	12364203211G00015	R\$ 418.943,88	R\$ 319.190,75

Os valores utilizados pela Ufopa em publicidade legal no exercício de 2015 foram para publicações no Diário Oficial da União, conforme o Contrato nº 02/2011 com o Fundo de Imprensa Nacional; e para atender ao serviço de distribuição de publicidade legal – impressa e eletrônica em jornais, rádio e televisão, conforme Contrato nº 09/2012 com a Empresa Brasil de Comunicação S/A.



PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

APRESENTAÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal do Oeste do Pará, cumprindo a atribuição estabelecida no art. 15, parágrafo 6º, do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, vem apresentar parecer sobre a prestação de contas da Ufopa a ser apresentada ao Tribunal de Contas da União, em conformidade com a Instrução Normativa/TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e com a Decisão Normativa/TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015 e Decisão Normativa/TCU nº 147, de 11 de novembro de 2015. A Prestação de contas da Ufopa se dará com as seguintes peças junto ao Sistema E-contas do TCU: o Relatório de Gestão, Rol de Responsáveis e Parecer da Audin. Informamos que o relatório de Gestão a Ufopa contempla as informações requeridas nas decisões Normativas 146, 147/2015-TCU e Portaria nº 321/2015-TCU, como também as orientações e informações disponibilizadas no Sistema E-Contas do TCU, onde será anexado ao sistema por capítulo às informações do Relatório de Gestão/2015.

DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 146 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015: Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos **devem apresentar relatório de gestão** referente ao exercício de 2015, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010.

DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 147, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 : Dispõe sobre a relação das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas de 2015 julgadas pelo Tribunal e especifica a forma, os prazos e os conteúdos para a elaboração das peças de responsabilidade dos órgãos de controle interno e das instâncias supervisoras que comporão os processos de contas, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010.

PORTARIA-TCU Nº 321, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015: Dispõe sobre as orientações para a elaboração de conteúdos dos Relatórios de Gestão e de informações suplementares referentes ao exercício de 2015, bem como sobre a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas, conforme as disposições da Decisão Normativa-TCU 146, de 30 de setembro de 2015.

O presente parecer contemplará a síntese das avaliações e resultados das ações de auditoria planejadas e realizadas no Plano Anual de Auditoria Interna do exercício de 2015, externando aspectos relevantes da Gestão, tendo em vista o escopo delineado de acordo com a Matriz de Risco elaborada. Também serão emitidas opiniões acerca dos controles internos administrativos de cada uma das áreas examinadas externando as principais fragilidades e enfatizando as rotinas otimizadas que fortaleceram os controles internos do setor. Por fim, serão prestadas informações relevantes acerca da estrutura e do funcionamento desta unidade de Auditoria Interna.

Para fins de cumprimento das normas citadas a Auditoria Interna opinará sobre os seguintes aspectos exigidos no Processo de Contas do exercício de 2015, a saber:

a) indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na Internet, basta indicar o caminho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridos neste item;

b) demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC;

c) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);

d) avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes;

e) descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna;

f) informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

g) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

h) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

i) informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho da auditoria interna do exercício de referência das contas.

Para demonstrar as informações relevantes sobre a unidade de auditoria interna e sua atuação, importa considerar os seguintes pontos:

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na Internet, basta indicar o caminho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridos neste item;

Os documentos que norteiam a atuação da Audin na Ufopa estão estabelecidos no § único art. 95, do Regimento Geral da Ufopa; e o Regimento Interno da Auditoria Interna s da Portaria Ufopa, nº 876, de 24 de janeiro de 2011, conforme abaixo: <http://www.ufopa.edu.br/institucional/consun-1/regimento-geral>.

A Audin, é o órgão técnico de controle da Instituição, com orientação normativa e supervisão técnica do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme assevera o art. 15 do Decreto nº 3.591/2000. Considerando que a Auditoria Interna tem como função básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito da Ufopa, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A IN/SFC-MF N.º 01, de 06 de abril de 2001, disciplina no capítulo X, as atividades específicas quando trata sobre as Unidades de Auditoria Interna das Entidades da Administração Indireta, define Auditoria Interna como um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada. Dentre suas atribuições, cabe a Audin elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint do exercício seguinte, bem como, o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint, que serão encaminhados ao Órgão ou à Unidade de Controle Interno que estiver jurisdicionado, para

efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe as Instruções Normativas no. 01, de 03 de janeiro de 2007, combinados com Instrução Normativa no. 07, de 29 de dezembro de 2006.

Complementando o Regimento Geral da Ufopa as competências da Auditoria Interna estão devidamente delineadas por meio do Regimento Interno do setor de Auditoria Interna, aprovado pela Portaria nº 876, de 24/01/2011, encontra-se disponível no sítio eletrônico da Instituição (<http://www.ufopa.edu.br/institucional/arquivo/boletim-de-atos-administrativos/2011/boletim-de-atos-administrativos-12-aditivo-1>).

Foi submetido ao Conselho de Administração – Consad. O processo 232004.000224/2015-15, que trata da alteração do Regimento Interno da Auditoria Interna.

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140:

Além do disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 13º do referido regimento interno da Auditoria Interna:

§ 1º O Auditor Interno exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurando o devido sigilo, quando os trabalhos assim o exigirem.

§ 2º Os dirigentes de órgãos e Unidades ligados à Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa deverão proporcionar aos auditores condições de trabalho, permitindo-lhes livre acesso a informações, títulos, documentos, bens, valores e demais instrumentos necessários e pertinentes à execução dos trabalhos, bem como às dependências e instalações físicas em seu âmbito.

A Audin elaborou a Nota Técnica nº 01/2014, de 23 de junho de 2014, publicada no sítio da Ufopa na rede mundial de computadores, através da URL: <http://www.ufopa.edu.br/arquivo/divdocs/2014/NotaTcnica012014AUDIN.pdf>.

Através da referida Nota Técnica buscou-se, no âmbito desta Ifes, dar a devida importância para os trabalhos de Auditoria Interna, tais como:

- α) O cumprimento das implementações das recomendações emitidas nos relatórios de auditorias e/ou outros quaisquer documentos oriundos dos trabalhos da Auditoria Interna, ou justificativa da impossibilidade de fazê-lo;*
- β) As demandas de informações e prioridades emanadas da Auditoria Interna terão prioridade administrativa na Instituição, e sua recusa ou atraso no atendimento importará em representação aos órgãos superiores;*
- χ) A equipe de apoio da Auditoria deve ter amplas condições para o exercício de suas funções, permitindo-se o livre acesso às informações, dependências e instalações, bem como a títulos, documentos e valores.*
- δ) Todas as informações solicitadas pela Auditoria Interna sejam respondidas tempestivamente e de forma completa.*

c) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta:

A Audin está localizada nas salas 529, 531 e 535, 5º piso, na Unidade Amazônia, na Avenida Mendonça Furtado, nº 2496 – Bairro Fátima, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará. Possui um quadro funcional constituído por 6 (seis) servidores, sendo: 1(um) Auditor-Chefe, 2 (dois) Auditores Internos, 1(uma) Contadora, 1 (uma) Secretária Executiva e 1 (um) Assistente em Administração.

A escolha do titular de Auditoria Interna ocorrerá entre servidores lotados no setor, observando o disposto na Portaria CGU nº 915, de 29/04/2014 e no artigo 15º, § 5º, do Decreto 3.591/2000.

A AUDIN está vinculada a Reitoria, como órgão suplementar, atuando como órgão técnico de controle e de assessoramento ao Reitor, conforme pode ser verificado no organograma institucional publicado na URL: <http://www.ufopa.edu.br/institucional/organograma>.

d) avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes;

Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem, por força constitucional, implantar, manter, monitorar e revisar controles internos institucionais, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público.

Durante a execução de nossos trabalhos, examinamos os controles internos administrativos das unidades, e com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de auditoria concluímos que os controles internos atualmente existentes na Ifes, ainda não se apresentam adequados, tendo em vista a existência de fragilidades encontradas junto às respectivas unidades, em especial, na gestão de contratos firmados entre a Ifes e Fundações de Apoio.

Ainda sobre os controles internos administrativos da entidade, é relevante informarmos que a Auditoria Interna, em seus relatórios produzidos, seja no exercício de 2015, seja em exercícios anteriores, sempre alertou os responsáveis acerca das fragilidades encontradas, propondo medidas corretivas e acompanhando suas implementações. Contudo, é importante mencionar que há recomendações que ainda carecem de implementação pelos setores da Instituição, o que ensejará um rigoroso acompanhamento no exercício de 2016, para que os controles sejam considerados adequados e as fragilidades sejam devidamente sanadas.

Além disso, para a melhoria dos controles internos na Instituição faz-se necessário o mapeamento dos macroprocessos finalísticos, medida essencial para a definição de um plano de ação onde se estabeleceria as ações a serem realizadas no exercício, vinculado aos objetivos e metas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional. Permitindo assim, melhor acompanhamento e monitoramento dos resultados, além da realização da gestão de riscos.

Ressalta-se ainda, que a Auditoria Interna com Ouvidoria, Comissão de Ética e Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar realizaram o “I Seminário de Controle Interno da Ufopa”, nos dias 14 e 15/10/15, com o intuito de esclarecer aos servidores o que é controle interno e o papel de cada uma das unidades, no âmbito desta Ifes.

Dentre os pontos em há necessidade de melhorias na instituição, destacam-se: a normatização e padronização de procedimentos e rotinas de suas respectivas unidades. Neste sentido, enfatizamos algumas medidas adotadas pelas unidades na busca de melhorias, tais como: Manual de Procedimentos de Uso de Veículos Oficiais, Manual de Procedimentos de Compras de Materiais e Serviços e Manual de Procedimentos de Administração de Bens Móveis Patrimoniais, disponíveis em: <http://www.ufopa.edu.br/institucional/pro-reitorias/proad/manuais>

Algumas regulamentações ocorridas no exercício:

Resolução nº 141 - Relação entre Fundações de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional;

Resolução nº 131 - Regulamenta o Plano Institucional de Qualificação Docente das Unidades Acadêmicas da Ufopa;

Resolução nº 129 - 26.10.15 - Homologa a Resolução nº 124 de 02.09.15 - Aditamento ao PDI;

Resolução nº 108 - Estabelece a Política Institucional de Extensão da Ufopa;

Resolução nº 86 - Aprova Regimento Interno do Comitê Gestor de Segurança da Informação;

Resolução nº 85 - Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor da Tecnologia da Informação;

Resolução nº 84 - Estabelece normas gerais para a atribuição de carga horária;

Resolução nº 83 - Aprova o Regimento Interno do CGTI;

Resolução nº 82 - Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor de Segurança da Informação;

Resolução nº 81 - Institui a Política de Cultura da Ufopa;

Resolução nº 80 - Estabelece regulamentação para afastamento de Técnico;

Resolução nº 79 - Regulamenta a concessão da GRECC.

Disponíveis em: <http://www.ufopa.edu.br/institucional/consun-1/resolucoes-consun/2015>

e) descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna;

Nesta Ifes, o acompanhamento de implementações das recomendações baseiam-se por meio de monitoramento dos relatórios expedidos as unidades auditadas, por meio dos quais os auditados, em prazo fixado pela Auditoria Interna, solicita-se a manifestação a respeito das necessárias providências a serem adotadas para sanar a fragilidade (impropriedade e/ou irregularidade) constatada e, no caso de discordância da(s) recomendação(ões) exarada(s), a apresentação de justificativa para a não implementação.

É por ocasião da elaboração do atual relatório de auditoria que se visualiza a reincidência ou correção de inconsistências já apontadas em relatórios anteriormente emitidos.

f) informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Com relação à implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna, esta unidade não conta com um sistema informatizado e gerencial para monitorar o nível de atendimento e implementação das recomendações proferidas nos relatórios de auditoria emitidos. A sistemática de monitoramento das recomendações ocorre quando se realiza a triagem das recomendações exaradas e das manifestações das unidades auditadas, procedimento este realizado pelo menos duas vezes durante o exercício.

Para o exercício de 2016, esta Audin está relacionada para ser contemplada com o sistema informatizado SADIN (Sistema de Auditoria Interna), fruto de um projeto-piloto entre Andifes e Sesu que fará o compartilhamento do referido sistema já utilizado pela Universidade federal do Ceará.

g) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

Em cada trabalho realizado pela auditoria interna é elaborado e emitido o relatório de auditoria, no qual são apontadas as inconsistências deparadas.

Este relatório é encaminhado ao destinatário pertinente com cópia ao gestor máximo da instituição para tomarem ciência do resultado apurado e implementação de ajustes, conforme necessidades, no qual é solicitado, em prazo estipulado no referido relatório, o envio da comprovação das providências adotadas pelos setores competentes à auditoria interna, para fins de acompanhamento, bem como, em caso de discordância por parte dos gestores em relação às recomendações exaradas, que sejam apresentadas tais justificativas.

h) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

O Auditor-Chefe emite uma Solicitação de Auditoria/SA às unidades as quais se referem os procedimentos a serem avaliados, solicitando a apresentação de processos ou documentação equivalente.

Nesta solicitação fixa o prazo para remessa do que foi lícito e conforme a situação, o motivo para o não atendimento. Após término e análise dos trabalhos de campo, a auditoria interna emite o Relatório de Auditoria, cujas informações são fidedignas aos fatos apurados.

Tal relatório é encaminhado ao gestor máximo da Instituição, como também aos gestores responsáveis pelos respectivos setores, para conhecimento dos resultados apurados. Para cada constatação apontada é(são) emitida(s) recomendação(ões) visando a implementação de ações corretivas, vislumbrando o alcance da eficiência, eficácia e transparência da gestão. As recomendações exaradas pela auditoria interna normalmente são aceitas e acatadas, na medida do possível, pelos respectivos gestores envolvidos.

i) informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho da auditoria interna do exercício de referência das contas.

Durante o exercício, diversos fatores acabaram contribuindo para a não realização das ações previstas no plano de atividades da Audin, o que impactou não apenas nos trabalhos de auditoria, mas como de toda a instituição, aqui destacamos a greve de servidores Técnico-Administrativos e Docentes que perdurou aproximadamente por 4 (quatro) meses, inclusive com a suspensão do calendário acadêmico desta Ifes, o que inviabilizou a realização de algumas ações previstas naquele momento. Devido a composição e/ou reforço do quadro funcional da equipe de Auditoria Interna ter ocorrido no segundo semestre de 2014, durante o exercício de 2015 foram realizadas capacitações aos servidores para se ambientarem às necessidades do setor para que assim possam melhor desempenhar suas atividades, permitindo maior integração da equipe de auditoria interna.

Destacamos que os trabalhos ora realizados foram importantes para o alinhamento dos objetivos institucionais pretendidos.

Além dos trabalhos de Auditoria e fiscalizações pontuais, esta Audin realiza o acompanhamento/monitoramento das informações nos sistemas corporativos: Observatório da Despesa Pública e Trilhas de Pessoal (CGU); Siafi e Siasg, para o acompanhamento da execução orçamentária/financeira; Diário Oficial da União; acompanhamento das recomendações dos relatórios de Auditoria Interna, sendo que para este último ainda temos um alto grau de recomendações não atendidas; e suporte necessário as equipes dos órgãos de controle interno/externo durante a realização de seus trabalhos nesta Ifes.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos, vislumbra-se que a Auditoria Interna cumpriu suas competências regimentais no ano de 2015, ao assistir à organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança corporativa, além de que buscou dar assistência sempre que necessário aos gestores com o fito de fortalecer a gestão além de acompanhar o cumprimento das recomendações de auditorias anteriores e as do exercício de 2015.

A auditoria interna está procurando aprimorar os trabalhos com bastante dedicação, esforço, contribuindo para minimizar as fragilidades encontradas e para que estas possam resultar em melhorias nos controles internos dentro da Ufopa. Em nossa opinião o Processo de Prestação de Contas Anual Ufopa, relativo ao exercício de 2015, está em condições de ser submetido à apreciação do Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Santarém, 14 de março de 2016.

JONATHAN CONCEIÇÃO DA SILVA
Auditor-Chefe/Ufopa
Port. nº 1.521, de 26/12/12



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 29 DE MARÇO DE 2016.

*Aprova o Relatório de Gestão 2015 da
Universidade Federal do Oeste do Pará.*

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 817, de 10 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 14 de abril de 2014, Seção 2, pág. 33, e consoante às disposições legais e estatutárias vigentes, em conformidade com os autos do Processo nº. 23204.002600/2016-97 proveniente da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Proplan, em cumprimento a decisão do egrégio Conselho Superior de Administração (Consad) na 1ª Reunião Extraordinária realizada no dia 29.03.16 promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º. Fica aprovado o Relatório de Gestão 2015 da Universidade Federal do Oeste do Pará conforme o disposto no Anexo, que é parte integrante e inseparável desta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares
Presidente em exercício
Conselho Superior de Administração



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO
CPF 402.947.222-20

Processo nº: 23204.002600/2016-97
Interessado: Reitoria
Assunto: Relatório de Gestão exercício de 2015.
Parecer nº: 1/2016

PARECER DA CÂMARA DE ASSUNTOS ECONÔMICO

A Câmara de Assuntos Econômicos do Conselho Superior de Administração (Consad) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em cumprimento ao disposto no inciso V do artigo 31 do Regimento Geral da Ufopa, aprovado pela Resolução nº 55, de 22 de julho de 2014 e do inciso V do artigo 29 do Estatuto Geral da Ufopa, aprovado pela portaria nº 400/MEC, de 15 de agosto de 2013, apresenta seu parecer sobre o Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício 2015, em conformidade com o disposto no inciso II da decisão normativa 146/TCU de 30 de setembro de 2015 e as exigências da portaria 321/2015-TCU de 30 de novembro de 2015 detalhadas nas instruções do sistema e-Contas.

ANÁLISE DAS SEÇÕES DO RELATÓRIO DE GESTÃO

I – VISÃO GERAL DA UNIDADE

Em análise feita desta seção do Relatório de Gestão do exercício 2015, identificamos que os itens 1.1 a 1.4 estão atendendo as normas de elaboração do Relatório de Gestão para o exercício. O item 1.5, mesmo não atendendo as exigências, é aprovado, pois, faz a descrição da finalidade para que a Ufopa foi criada, destacando seus principais resultados, faz-se a recomendação para que sejam realizados os processos de mapeamentos das Unidades administrativas ligadas as atividades fins da Ufopa.

II – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Conforme análise feita desta seção do Relatório de Gestão do exercício 2015 os itens presente nele estão de acordo com as normas de elaboração do Relatório de Gestão para o exercício.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO

III – GOVERNANÇA

Conforme análise feita desta seção do Relatório de Gestão do exercício 2015, os itens 3.1 a 3.4 estão de acordo com as normas de elaboração do Relatório de Gestão para o exercício. Recomenda-se que o item 3.4 precisa ser aprimorado nessa Ifes.

IV – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Conforme análise feita desta seção do Relatório de Gestão do exercício 2015, os itens 4.1 e 4.5 estão de acordo com as normas de elaboração do Relatório de Gestão para o exercício. Os itens 4.2, 4.3 e 4.4, foram parcialmente atendidos, recomenda-se que os itens sejam aprimorados nessa Ifes.

V – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme análise feita desta seção do Relatório de Gestão do exercício 2015, os itens 5.1, 5.2, 5.3 e 5.5 estão de acordo com as normas de elaboração do Relatório de Gestão para o exercício. Recomenda-se que o item 5.4 seja realizado nos próximos exercícios.

VI – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Conforme análise feita desta seção do Relatório de Gestão do exercício 2015, os itens 6.1 a 6.4 estão de acordo com as normas de elaboração do Relatório de Gestão para o exercício.

VII – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Conforme análise feita desta seção do Relatório de Gestão do exercício 2015, os itens 7.1 a 7.6 estão de acordo com as normas de elaboração do Relatório de Gestão para o exercício.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO

CONCLUSÃO

A partir da análise realizada sobre o Relatório de Gestão do exercício 2015, peça para a prestação de contas anual, avaliamos que o referido relatório encontra-se em condições de ser submetido à apreciação do Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Portanto fica aprovado o encaminhamento do presente relatório de Prestação de Contas da Ufopa do exercício 2015 por esta Câmara.

Prof. Dr. Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos

Presidente

Câmara de Assuntos Econômicos

CPF 339.067.502-72



RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), considerando a necessidade de melhoria da eficiência no tratamento de questões referentes à apuração de ilícitos administrativos, instituiu em junho de 2015 a unidade administrativa denominada Coordenação de Processos Administrativos Disciplinares (CPAD), com a competência para realizar a gestão dos processos disciplinares no âmbito da Ufopa, sendo ligada diretamente à Reitora.

A criação da unidade CPAD foi uma medida necessária realizada pela gestão, tendo em vista o aumento de situações que demandavam a instauração do devido processo administrativo disciplinar. A CPAD tem a finalidade de promover a apuração de responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que com elas tenham relação, mediante o devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa do acusado, na forma de legislação vigente.

Destacamos que desde a criação da Ufopa, até meados de 2015, a gestão dos processos disciplinares estava sob a responsabilidade do departamento de pessoal desta Universidade. À CPAD compete orientar e acompanhar as comissões disciplinares processantes, instituídas na forma da lei, visando dar celebridade e efetividade às apurações de possíveis atos ilícitos cometidos por servidores, bem como evitar erros de procedimentos que possam vir a anular os trabalhos das mencionadas comissões.

Vale dizer que os fatos apurados pelas comissões disciplinares até o presente momento não evidenciam indícios de dano ao erário, fraudes ou corrupção. A partir da criação da unidade, assumimos a atribuição para realizar o cadastramento e atualização dos processos disciplinares no Sistema CGU/PAD. Ainda não foi possível o cadastramento e atualização de todos os processos na plataforma da CGU/PAD, o que está sendo feito de forma gradativa, em razão da expressiva demanda de serviço no setor.

Santarém, fevereiro de 2016.

ROMERO CARRILHO FELIX JUNIOR
Coordenador de Processo Administrativo Disciplinar
CPF 014.059.054-41



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Eu, Polianne Karla Araújo de Almeida, CPF nº 872.747.952-87, Contadora, atualmente na função de Coordenadora de Contratos e Convênios, exercido na Universidade Federal do Oeste do Pará, declaro aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), conforme estabelece na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Santarém – Pará, 26 de janeiro de 2016.

POLIANNE KARLA ARAÚJO DE ALMEIDA
CPF nº 872.747.952-87



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES

Declaro aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, relativos ao pessoal da Universidade Federal do Oeste do Pará estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), para fins de registro no Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Santarém-PA, 28 de janeiro de 2016.

MILTON RENATO DA SILVA MELO
CPF: 695.070.312-00
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Declaro aos órgãos de controle interno e externo que nem todos os servidores da Universidade Federal do Oeste do Pará, obrigados pela Lei nº 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas à esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo do órgão de controle. Informamos ainda que estamos tomando providências cabíveis para a regularização dessa pendência.

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão)	Obrigados a entregar a DBR	154	103	169
	Entregaram a DBR	140	90	142
	Não cumpriram a obrigação	14	13	27

Santarém-PA, 18 de fevereiro de 2016.

MILTON RENATO DA SILVA MELO

CPF: 695.070.312-00

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) é um sistema de planejamento e gestão orçamentária do governo federal utilizado para consolidar o orçamento dos vários órgãos do governo federal, como é o caso do Ministério da Educação. Este, por sua vez, utiliza internamente o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) para realizar gestão orçamentária entre suas várias unidades, como é o caso da Ufopa. Portanto, os registros de informações no SIOP para fins de monitoramento do PPA são feitos em nível do MEC, cuja Ufopa é vinculado.



DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Conformidade Contábil da Ufopa é realizada pela CCONT da unidade no Siafi observando a segregação funcional. O procedimento dessa conformidade se dá a partir da análise dos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD).

Ao longo do ano de 2015, a conformidade contábil foi do tipo: Alerta (restrição 315) e do tipo: Ressalva (restrições: 640, 642 e 651). Foram regularizadas as restrições em tempo oportuno, exceto as restrições:

640 - Saldo Contábil bens móveis não confere com RMB: Em razão de os materiais permanentes adquiridos, conforme Processo nº 23204.007401/2014-11, do fornecedor Loidia Maria Moreira ME não terem sido movimentados no Sima pela DAP, em razão do sistema utilizado pelo almoxarifado da Ufopa está em processo de desuso e em transição para outro sistema.

642 - Falta/Evolução Incompatível Dep. Ativo Imobilizado: Em razão da ausência de depreciação do elemento de despesa (142121200) Embarcações em alguns meses. Identificamos a divergência dos saldos final do Relatório Mensal da Depreciação da Diretoria de Almoxarifado da Ufopa com o do Siafi, em virtude de o sistema utilizado pelo Almoxarifado da Ufopa está em processo de desuso e em transição para outro sistema.

651 - Falta ou Inconsistência no Contrato: Em razão da ausência de registro de contratos no SIASG, conforme determina a IN nº 2, de 16/8/11/MPOG/SLTI.

REGIANE LEITE CORRÊA RAMALHO

Siape: 1966578



**DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS
CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO
GOVERNO FEDERAL (SIAFI)**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ		158515	
De acordo com análise realizada nos demonstrativos balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015 do órgão 26441, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante à: Ressalvas: a) Restrição na Conformidade Contábil no código 640- Saldo de bens móveis não confere com RMB. b) Restrição da Conformidade Contábil no código 642 – Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado. c) Restrição na Conformidade Contábil no código 651 - Inconsistência de Contrato. Justificativa(s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2015. a) Restrição 640- Saldo de bens móveis não confere com RMB. Em razão de o sistema utilizado atualmente pelo Almoxarifado da Ufopa (Sima) está em processo de desuso e em transição para outro sistema (Sipac). A Administração da Ufopa se propõe a sanar essa pendência ainda no primeiro semestre de 2016. b) Restrição 642 – Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado. Em razão de o sistema utilizado atualmente pelo Almoxarifado da Ufopa (Sima) está em processo de desuso e em transição para outro sistema (Sipac). A Administração da Ufopa se propõe a sanar essa pendência ainda no primeiro semestre de 2016. c) Restrição 651 - Inconsistência de Contrato, em razão da ausência de registro de contrato e termos aditivos no SIASG, conforme determina a IN nº 2, de 18/8/2011/MPOG/SLTI. Referente ao Contrato nº 33/2013 – formalizado entre a Ufopa e Irmãos Muniz Ltda. para locação de espaço. Há dificuldade para sanar essa pendência em razão da dependência da finalização de obras de construções dos prédios da Ufopa. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Santarém-Pará	Data	31/12/2015
Contadora Responsável	Regiane Leite Corrêa Ramalho SIAPE: 1966578	CRC nº	PA-016432/0-6



INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/199

A Ufopa celebrou contrato com Fundação de Apoio no ano de 2015, como segue abaixo:

Identificação da Fundação de Apoio								
Nome:		Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)						
CNPJ:		05.572.870/0001-59						
Página na internet:								
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento celebrado						
Sequencial	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
		35/2015	Contrato	Apoio à execução do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor)	30/12/2015	15/4/2016	R\$ 1.489.813,25	
Totais								
Recursos da UPC envolvidos nos projetos								
Instrumento celebrado		Recursos da UPC à disposição da Fundação						
Nº	Tipo	Financeiros		Materiais		Humanos		
		Valor		Tipo		Valor	Quantidade	Valor
Fonte: Proad/Ufopa.								

Fonte: Proad/Ufopa.

A Ufopa está finalizando contrato com a Fadesp, no valor de R\$ 1.200.000,00, para apoiar o projeto **“Identificação dos Microeixos de transportes dos estados do Acre, Mato Grosso e Rondônia”**.